



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EUCLIDES AFONSO CABRAL

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM
UBERLÂNDIA.**

UBERLÂNDIA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EUCLIDES AFONSO CABRAL

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM
UBERLÂNDIA.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.

UBERLÂNDIA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas
da UFU, MG, Brasil.

C117p Cabral, Euclides Afonso, 1981-
2020 A precarização do trabalho dos profissionais da educação municipal
em Uberlândia [recurso eletrônico] / Euclides Afonso Cabral. - 2020.

Orientador: Carlos Alberto Lucena.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.5547>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Lucena, Carlos Alberto, 1964-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU:37

Glória Aparecida
Bibliotecária - CRB-
6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 09/2021/760, PPGED				
Data:	Quinze de junho de dois mil e vinte e um	Hora de início:	[14:30]	Hora de encerramento:	[16:40]
Matrícula do Discente:	11912EDU013				
Nome do Discente:	EUCLIDES AFONSO CABRAL				
Título do Trabalho:	"A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM UBERLÂNDIA"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/CT-INFRA - 04/2018 - PLANO INSTITUCIONAL DE INFRAESTRUTURA DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Anderson Claytom Ferreira Brettas - IFTM-MG; Sônia Maria dos Santos - UFU e Carlos Alberto Lucena - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Carlos Alberto Lucena, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre].

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/06/2021, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Claytom Ferreira Brettas, Usuário Externo**, em 15/06/2021, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos, Usuário Externo**, em 15/06/2021, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2829438** e o código CRC **539CF9F7**.

EUCLIDES AFONSO CABRAL

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM
UBERLÂNDIA.**

Data: 15/06/2021

Resultado: APROVADO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Sociedade, Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Educação

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Maria dos Santos (Membro Titular)

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Educação

Prof^ª. Dr^ª. Anderson Claytom Ferreira Brettas (Membro Titular Externo)

Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

“O trabalhador, portanto, só se sente em si fora do trabalho; no trabalho sente-se fora de si. Só está à sua vontade quando não trabalha, quando trabalha não está no seu domínio. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto; é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. A estranheza do trabalho ressalta claramente do facto de se fugir dele como da peste, logo que não exista nenhuma coerção material ou de outro tipo”.

Karl Marx. Manuscritos Económico-Filosóficos, 1844.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Carlos Alberto Lucena, que tive a honra de conhecer no primeiro ano do curso de Pedagogia, este cavalheiro, este Cientista Social, esta pessoa tão preocupada com o bem estar de seus familiares e alunos (as), sem deixar de lado o rigor científico, e também de coração gigante, compartilhamos a mesma origem, advindo das indústrias sabe o peso de buscar sua sobrevivência e ao mesmo tempo estudar e refletir sobre as condições dos trabalhadores e do mundo, entende em profundo o valor do trabalho e das reflexões acerca dele, e principalmente o valor de uma vida, obrigado Professor Lucena, você é um exemplo para mim.

A minha vida é repleta de pessoas das quais devo agradecimentos, devido à essa quantidade de pessoas, vou iniciar de forma cronológica, aquelas que apareceram primeiro na minha vida, e à medida que eu tomava consciência da minha existência, dos meus desejos acadêmicos, dos meus objetivos de vida, foram cada uma, na sua possibilidade, contribuindo e me dando forças.

A primeira delas é minha mãe, dona Mariana Divina Cabral, uma senhora que desde a infância, como ela nos dizia, adorava estudar, vinda de Tupaciguara, nos anos 70 do século XX, chegou em Uberlândia, já carregando um filho, e que logo depois no ano de 1981, me deu a vida. Esta mulher com uma caligrafia requintada, uma mulher calma e de coração imenso. Ela mesmo sendo mãe solteira de três filhos, devido as circunstâncias deste mundo, conseguiu terminar o ensino médio na EJA, buscando dar o exemplo aos filhos ainda pequenos, começou um curso técnico de enfermagem, um sonho que ficou no tempo, assim como muitas mães, não teve aportes necessários para consolidar suas vontades e sonhos. A história desta mulher daria um livro, mas aqui eu somente agradeço, por tudo, se estou a escrever estas frases e reflexões, foi devido a você. Obrigado mãe.

Quero agradecer aos meus avós, que já não estão entre nós, Senhora Luiza Antônia e o Senhor Sebastião Cabral, meu avô, gari, analfabeto, foi quem com muita dificuldade concedeu um valor em dinheiro para que eu iniciasse um curso de *Office Boy* em 1993, minha avó que aguentou firme e fez questão de estar na minha formatura do curso de Licenciatura em Pedagogia, uma pessoa com uma vida também difícil, mãe de 09 filhos, perdeu o primeiro ainda recém-nascido, passou por uma hanseníase e um câncer, que veio aos 50 anos e voltou aos 80, uma senhora tão forte, que eu nunca a vi derramando uma lágrima, mas sorriu até o último segundo.

Agradeço aos meus tios, em especial o Senhor Sebastião Cabral II, conhecido como "Tengo", que me colocou no primeiro emprego ainda em 1994 na Prefeitura de Uberlândia, também muito politizado, onde eu aprendi muito. Obrigado.

Quero agradecer ao meu irmão, Márcio Roberto Cabral, ele me ensinou as artes da mecânica industrial, profissão que comecei a entender o real valor das ciências, sejam materiais ou humanas, uma pessoa exigente ao máximo, com ele e principalmente comigo, me deu um dos melhores conselhos, e ainda carregou comigo: Preocupe-se com a qualidade do seu trabalho, o dinheiro será consequência. Agradeço aos trabalhadores que passaram pela minha vida, de todas as áreas que atuei, escritório, indústrias, festas e eventos.

Saltando alguns anos na vida, não posso de forma alguma deixar de agradecer minhas companheiras de sala de aula, do curso de pedagogia, em especial à Tamiries, uma mulher de garra, e lógico a todas as pessoas da Rede UFU, representadas pela minha amiga Sônia Maria dos Santos, que me capturou ainda no segundo ano do curso de Pedagogia, me deu as direções acadêmicas e até aportes financeiros para continuar, outra mulher cujo seu coração é tão grande que transborda, uma pessoa que carregarei sempre no coração, ela é uma das pessoas das quais tenho grande apreço. Tenho que agradecer aos bolsistas que por lá deram suas contribuições, onde ensinei e pude ensinar, e também a minha amiga, que me salvou em várias condições, Gabriela Marques de Sousa, que sempre me chamou a atenção, que brigamos, mas que amo de coração, e aos meus amigos de lutas e conhecimentos, João Carlos e Professor Justino.

Por último, mas não menos importante, agradeço minha esposa Sayonara Nogueira, com todos os desafios que tivemos, ela esteve lá, não me negou ajuda hora nenhuma, me deu a estabilidade necessária para me concentrar na minha caminhada, obrigado Sayonara, são 12 anos de muitas aprendizagens e também à minha filha, razão pela qual comecei a dedicar toda a minha vida aos estudos.

Finalizo dedicando esta dissertação aos profissionais da educação pública, de nível fundamental, médio e superior, em especial ao nível fundamental, enfatizo a escola pública, pois estes têm em sua responsabilidade, dar as bases do conhecimento científico, aos filhos e filhas de trabalhadores, e aos próprios trabalhadores, este trabalho é um dos alicerces para uma sociedade melhor, vocês merecem respeito, dignidade e todas as honrarias.

Obrigado à todas e todos.

RESUMO

O intuito deste trabalho foi investigar a degradação do trabalho docente nas escolas do Município de Uberlândia/MG. Para compreender tal objetivo, iniciamos as análises por meio da constituição do município, no qual tem em sua história, membros que interagiram e interagem com o cenário político regional e nacional de forma ativa, o que constituiu a formação ideológica dos gestores do município. Fizemos uma pesquisa em fontes primárias e bibliográfica, por meio de solicitações de dados sobre os atestados protocolados por professores e professoras, junto a Prefeitura Municipal de Uberlândia, na Diretoria de Gestão de Pessoa/SMA, para confrontar e articular com pesquisas já publicadas e referenciadas, relacionadas ao tema, dando sustento aos nossos objetivos. O recorte temporal desta pesquisa foi o período de 2009 à 2019, que se justificou pelo tempo decorrido da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que almeja a valorização da educação e dos (as) profissionais. Os atestados coletados somaram 98.335, sendo de todos as CIDs, como o foco são as condições de trabalho, concentramos naqueles que tem relação com o desgaste laboral, estes totalizaram 27.580, número expressivo, que comparado à quantidade de profissionais por ano, em 2016 seria como se 92,72% de professores tivessem emitido ao menos um atestado, nestes números estão atestados relacionados a doenças psicológicas como depressão, ansiedade e síndrome de Burnout, doenças motoras ligadas a estruturas ósseas e dos nervos, como LER/Dort. Concluimos que a degradação do trabalho docente é real e pode ser vista e comprovada de forma empírica e teórica, os professores estão cada dia mais doentes, tais doenças são causadas em grande medida pela ideologia burguesa de que uma escola funciona como uma empresa, buscando bater metas e qualidades, quando sabemos que a educação não pode ser medida na mesma proporção ou tempo de fabricação de uma peça ou mercadoria, e que em contrapartida não é executada nenhuma política de prevenção, tão quanto de acompanhamento destes profissionais.

Palavras-chave: 1. Trabalho docente. 2. Precarização do trabalho. 3. Trabalho e educação. 4. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

The purpose of this study was to investigate the degradation of teaching work in schools in the city of Uberlândia/MG. To understand this objective, we started the analyses by means of the constitution of the municipality, in which it has in its history, members who interacted and interact with the regional and national political scene in an active way, which constituted the ideological formation of the managers of the municipality. We conducted a bibliographic research, through data requests on the attestations filed by teachers, together with the Municipality of Uberlândia, in the Directorate of Management of Person/SMA, to confront and articulate with research already published and referenced, related to the theme, supporting our objectives. The time frame of this research was 2009 to 2019, which was justified by the time elapsed in the drafting of the Law of Guidelines and Bases of Education/96 and the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and Valorization of Education Professionals, which aims at the valorization of education and of professionals. The certificates collected totaled 98,335, and of all the Cids, as the focus is on working conditions, we concentrated on those related to work wear, these totaled 27,580, a significant number, compared to the number of professionals per year, in 2016 it would be as if 92.72% of teachers had issued at least one certificate, in these numbers are attested related to psychological diseases like depression, anxiety and burnout syndrome, motor diseases linked to bone structures and nerves, as “LER/Dort”. We conclude that the degradation of teaching work is real and can be seen and proven empirically and theoretically, teachers are getting sicker by the day, such diseases are caused to a large extent by the bourgeois ideology that a school functions as a company, seeking to achieve goals and qualities, when we know that education cannot be measured in the same proportion or time of manufacture of a part or commodity, and that on the other hand no prevention policy is implemented, as much as accompanying these professionals.

Keywords: 1. Teaching work. 2. Precarization of work. 3. Work and education. 4. Occupational Health

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA DAS NAÇÕES UNIDAS

CF/88 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

CID - CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS

DVRT - DISTÚRBO DE VOZ RELACIONADO AO TRABALHO

FUNDEF - ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

HISTEDBR - HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL

INEPE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ISEB - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

ONGs - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

PMDB – PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO BRASIL

PFL - PARTIDO DE FRENTE LIBERAL

PL - PROJETO DE LEI

PND - PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

PRODAUB - PROCESSAMENTO DE DADOS DE UBERLÂNDIA

PROALCOOL - PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL

QUITA - QUADRO INFORMATIVO DE TURMAS E ALUNOS

APEOESP - SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LISTA DE GRÁFICOS, IMAGENS E TABELAS

Imagem 01: Gasto por aluno nas instituições públicas brasileiras, do ensino fundamental ao superior (2016)	49
Imagem 02: Custo por aluno no Brasil X Média da OCDE em US\$	49
Tabela 01 – Estado do Conhecimento	53
Gráfico 01: Atestados protocolados por funcionários efetivos e contratados.....	66
Gráfico 02: Números de professores por ano.....	66
Gráfico 03: Razão entre atestados e professores por ano.....	67
Gráfico 04: Afastamentos por Depressão.....	67
Gráfico 05: Afastamentos por calos nas cordas vocais.....	69
Gráfico 06: Afastamento por Varizes.....	71
Gráfico 07: Afastamentos por Ler/Dort.....	73
Gráfico 08: Afastamentos por Ler/Dort.....	74
Gráfico 09: Afastamentos por Ler/Dort.....	74
Gráfico 10: Afastamentos por Dor Lombar.....	75
Gráfico 11: Atestados laborais.....	77
Gráfico 12: Atestados laborais.....	78

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS, IMAGENS E TABELAS	11
SUMÁRIO	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	18
1.1 A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E O TRABALHO	18
1.2 ENSINO FUNDAMENTAL NA CONSTITUIÇÃO DE 88	18
1.3 INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	21
1.4 CONSTITUIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	30
1.4.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	30
1.4.2 FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	37
1.4.3 PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	41
1.4.4 INVESTIMENTO ESCOLAR.....	44
CAPÍTULO 2	51
2.1 METODOLOGIA	51
2.2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O TRABALHO DOCENTE	51
2.2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO	51
2.3 PROBLEMATIZANDO OS DADOS COLETADOS.....	60
2.3.1 FILTRAGEM DAS FONTES PRIMÁRIAS.....	62
2.3.2 ANÁLISE ENPÍRICA DAS FONTES PRIMÁRIAS.....	65
2.3.2 AFASTAMENTOS POR DEPRESSÃO E ANSIEDADE.....	67
2.3.4 VARIZES.....	71
2.3.5 LER/DORT.....	72
2.3.6 DOR LOMBAR.....	75
CAPÍTULO 3	79
3.1 O VALOR DO TRABALHO DOCENTE	79
3.2 A CONTRAÇÃO DO TEMPO DE DOCÊNCIA.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	100

INTRODUÇÃO

O trabalho tem cada vez mais a boa consciência do seu lado: o gosto pela alegria chama-se já “necessidade de descanso”, e começa a corar de vergonha de si próprio. “Temos de fazer isto por causa da saúde”, dizemos às pessoas que nos surpreendem num passeio pelo campo. Por este caminho, poderá chegar-se rapidamente ao ponto de não mais se ceder ao gosto pela vida contemplativa (ou seja, ao gosto de passear em companhia de pensamentos ou de amigos) sem desprezo por si próprio e sem má consciência¹.

Friedrich Nietzsche. Ócio e ociosidade. A Gaia Ciência, 1882.

Essa dissertação, parte da história e vivência do autor deste trabalho, que sempre estudou em escolas públicas, que na maior parte de sua formação como trabalhador e estudante, frequentou as escolas no período noturno, não por escolha, mas por determinação de uma sociedade que precisa de uma mão de obra ativa em determinado período do dia, e que exige que ela se qualifique no seu tempo livre.

“O sistema capitalista nos traz condições impostas que não se resume a uma simples crise econômica ou política, mas de uma catástrofe da essência humana” (MERCUSE apud LÖWY, 1996, p. 150). Parto dessa afirmação de Löwy, para dar início a ontologia desta pesquisa, que de acordo com Lucena (2017), contextualiza e defini os recortes dos quais iremos dissertar e no qual observamos e expressamos a realidade, de acordo com os “óculos” que usamos para tal ação. Uma das formas de se materializar métodos e metodologias, é colocando-as em discussão.

Os métodos dominantes no século passado eram os de cunho positivista. Na mesma obra de Löwy, no capítulo “Princípio da Carruagem”, ele faz uma reflexão sobre a ideologia positivista, o sujeito que observa uma carruagem passando e ao mesmo tempo a analisa, este sujeito que a vê do lado de fora tem informações vitais sobre os movimentos e ações da mesma, mas não compreende por inteiro a essência deste movimento, que somente será feito somado às observações de outro sujeito, que está participando, seja dentro ou conduzindo, ou seja, o positivismo por si só não retrata fielmente a realidade.

Laville e Dione em “A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em

¹ Disponível em: <https://www.krisis.org/1999/manifesto-contr-o-trabalho/>, Acesso em 20/05/2021.

Ciências Humanas”, lançado no ano de 1999, também trazem uma reflexão sobre o método de pesquisa positivista, no qual ao decorrer do século XX, vem se enfraquecendo. O positivismo é definido de forma geral, como uma metodologia que procura o distanciamento entre o pesquisador e o objeto, como afirma Émile Durkheim, em “As regras do Método Sociológico” (DURKHEIM, 2004, p.49), este o principal enunciador do positivismo, que diz que os fatos sociais devem ser considerados como coisas.

Uma tarefa rigorosa às ciências humanas, que não tem a primazia de se assentar somente em métodos fixos e quantitativos, a imparcialidade promulgada pelo positivismo é impossível, pois o sujeito e o objeto de conhecimento é parte, ou é implicado pela realidade social, “não é possível aplicar nas ciências humanas um modelo de objetividade, pois somos atravessados pela realidade” (LÖWY, 1985, p. 203).

O texto de Laville e Dione, faz uma elucubração acerca da aplicação do positivismo nas ciências naturais e nas ciências humanas. Nas ciências naturais a aplicação desta metodologia tem maior uso ou maior aplicabilidade, devido ao fato, de que não há como o pesquisador se envolver de uma forma mais pessoal, em um experimento científico, como a reação entre dois elementos químicos ou a comprovação de um teorema matemático, como cita as autoras, ao dizer que “o eclipse solar não sofre influência do observador” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 33). Como afirmado, há fatos que o pesquisador não tem como influenciar, mas ele pode influenciar as percepções dos resultados, tornando as ciências de núcleos duros, também plausíveis de críticas.

Já nas ciências humanas, o pesquisador observa fatos sociais, nos quais envolvem várias condições históricas, econômicas e políticas, que de forma direta ou indireta está envolvido na vida social do pesquisador, condição que já dificulta a afirmação de Durkheim sobre os fatos serem “coisas”, as autoras já reforçam, que seus objetos são muito diferentes, por seu grau de complexidade (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 32).

Utilizando-se de exemplos elas buscam demonstrar tais complexidades que há entre estes campos, um deles são as pesquisas sobre os níveis de evasão nas escolas do Brasil, em um viés positivista, seriam analisados os dados como frequência de entrada, permanência e saída de alunos, somado à isso poder-se-ia incluir os níveis de rendimento das famílias envolvidas ou outros fatores que pudessem ser quantificados em estatísticas, mas sempre

buscando abster-se do envolvimento pessoal nas pesquisas, ato que ao pesquisar por um olhar não-positivista, envolveriam ideologias, fato que o pesquisador das ciências humanas deve estar ciente, o que o levará ver suas próprias contradições. Mas, pensando que o (a) pesquisador (a) tenha isolados todos os fatores possíveis, para se manter desconexo do fato social. Como ir a campo observar os fatos e não os alterar somente com sua presença? Neste ponto elas trazem a visão de um pesquisador ator, agindo e exercendo sua influência, que deve ser amenizada e/ou incluída nas suas reflexões, atitude que poderá ser fundamental para o desvelar de uma realidade.

Então, além do positivismo tem-se várias formas de compreensão. Como compreender a realidade? “No campo das ciências humanas não terá sempre um resultado que pode ser repetido, o verdadeiro pode ser relativo e provisório” (LAVILLE; DIONE, 1999, p.35), ou seja, uma teoria.

A própria ciência natural no início do século XX, se sentiu limitada, por exemplo o conhecimento sobre o átomo, grande parte dos cientistas previam a sua existência, mas que só veio a concretizar-se com os aceleradores de partículas, para provar algo que era uma teoria. “Sendo assim, aceita-se que a teoria seja uma compreensão adequada” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 37), mesmo que não se possa provar empiricamente a lei de uma equação, que não é mais uma suprema ambição, (LAVILLE; DIONE, 1999, p.38), neste avanço da ciência natural e humana, agora ambos compactuam de premissas básicas, como teoria e previsão, o que leva o positivismo à uma grande derrocada.

Devido à essa queda do positivismo, é evidenciado um realinhamento, ao concentrar as pesquisas na compreensão de problemas específicos, ao assegurar pelo método a sua validade, superando as barreiras que poderiam atrapalhar sua compreensão do todo, mas não uma compreensão básica pelo fato, e “sim uma série de extensas leituras e pesquisas sobre os assuntos envolvidos, ou seja, que para se evidenciar e compreender algo em sua totalidade, depois descrevê-lo em 200 páginas” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 42), o (a) pesquisador (a) deve se debruçar em vários outros livros e teorias, analisar outros pontos de vista, para no fim ousar uma teoria.

Por isso, para se concluir esta dissertação, foram analisados teses, dissertações e artigos, colhidos em sites oficiais de diversas regiões, acerca do tema geral, a “degradação

dos profissionais da educação”, foram cerca de 150 trabalhos, utilizando palavras chaves como: Trabalho, docente e precarização, que nos conduziram à novas palavras chaves, como: Trabalho docente; Precarização do trabalho; Políticas educacionais; Reestruturação produtiva e Trabalho e educação, o que nos ajudou fazer um melhor recorte. Devido ao tempo de produção estar restrito há apenas 2 anos, nos concentramos na leitura de seus resumos e conclusões, o que nos direcionou a 7 trabalhos, que veremos no Capítulo II.

Sintetizando, o positivismo não se sustenta sozinho nas ciências humanas, e em grande parte nas ciências naturais, devido à complexidade da realidade que se apresenta.

As origens da degradação do (da) profissional da educação, não deve ser apenas uma reflexão sobre condições de trabalho, mas também sobre os desafios de acompanhar uma evolução tecnológica, sobre a sua pedagogia e conteúdo, sobre as pressões exigidas ao cargo, sobre a burocracia imposta, sobre seus adoecimentos decorrente de enfermidades com nexos causais, pelo exercício laboral e também pelos preconceitos existentes sobre as pessoas que se afastam por doenças físicas ou psicológicas, sem contar a exigência de se “capacitar” para melhor servir, este profissional que é responsável por boa parte da formação dos trabalhadores e de seus filhos.

Sendo então o objetivo geral desta dissertação, é debater e problematizar a degradação real e precarização do trabalho dos (as) professores (as) nas séries iniciais do ensino fundamental público das escolas municipais de Uberlândia.

Os objetivos específicos são: compreender a história educacional de Uberlândia e sua relação com a história nacional; fazer o levantamento dos atestados protocolados pelos docentes do município de Uberlândia; compreender as doenças laborais ligadas ao desgaste tanto físico como psicológico, que de acordo com os levantamentos bibliográficos, são: **Dores nas cordas vocais; Dor lombar; Varizes; Lesões por esforço repetitivo e; Distúrbios osteomusculares.** E por fim, se temos um profissional doente, sem perspectiva, alienado, reificado, teremos por consequência trabalhadores (as) também alienados e sem perspectiva?

Na década de 90 do século XX, nas escolas de periferia da cidade de Uberlândia, era intensa a falta de condições e estruturas escolares. A figura de docente do ensino básico sempre foi de um sujeito que sofre e adocece, e que ganha pouco pelo trabalho que faz, o

que ressalta a desvalorização.

Já em quesito de investimentos, prevalece a lógica mercadológica, onde para se ter uma sala, são necessários cerca de 30 a 45 alunos, sendo ensino fundamental I, II e médio respectivamente, que são taxados em valores por aluno. A crítica não se dá para entender que é necessária uma gestão financeira despreocupada com a economia e o equilíbrio dos gastos, mas sim a falta de importância que sempre se deu à educação e seus professores.

A ideologia política neoliberal propagada no século XX, de que o desemprego estava relacionado ao baixo nível de formação do trabalhador, induziu os governos no decorrer do fim do século XX e início do século XXI, aumentar a quantidade de vagas para formar trabalhadores mais capacitados, aumentando as matrículas, o que gerou um aumento significativo em termos de prédios e professores, mas em contrapartida, sem investir de forma real e proporcional, tivemos mais alunos matriculados do que docentes contratados, o que se materializou em salas lotadas e construções inadequadas.

No decorrer dos anos, tais eventos se intensificaram, a desvalorização deste profissional se avivou, com perdas de direitos e imposições pedagógicas, de aumento na carga de trabalho, de pressões para se qualificar, com redução de salários e outras mais, que implicam no estrangulamento da profissão.

Os elevados índices de desemprego no Brasil acompanhados da culpabilidade educacional por tal situação, colocam aos professores em situações crescentes de estresse e/ou risco de desemprego, proporcionando aos mesmos a aceitação de situações complexas e precárias de trabalho.

Tais situações nos conduziram à escolha das nossas fontes documentais, os atestados protocolados pelos funcionários públicos municipais, pois se entende que o trabalhador no auge do seu estrangulamento busca uma forma de escape. Não temos intenção de adentrar no campo da medicina, o que foge à nossa dimensão interpretativa dada a complexidade da área, mas buscar elementos que fortaleçam a premissa de que a degradação do trabalho na vida cotidiana dos docentes se consolida em afastamentos. Fundamos nossa pesquisa em

referenciais bibliográficos², consultando autores respeitados, dissertações e teses que abordam o tema, para assim analisar os dados, compreendê-los e estruturá-los em estatísticas e planilhas.

As fontes documentais são para demonstrar um dos locais onde a degradação do trabalho docente se materializa, ou seja, os atestados protocolados pelos profissionais da educação, entre o período de 2009 a 2019. Estes atestados foram coletados junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), na Diretoria de Gestão de Pessoas, órgão responsável pelo recebimento e acompanhamento do funcionário público, solicitação registrada no processo de nº 9663/2020³, no dia 20/03/2020, sendo os mesmos enviados pela Diretoria de Gestão de Pessoa/SMA no dia 14/04/2020. Recebemos um total de 86.258 registros.

Desta forma, o texto foi organizado da seguinte maneira, no primeiro capítulo vamos abordar os conceitos de trabalho e educação, vislumbrando a sua compreensão, o contexto da Educação brasileira e sua relação com o trabalho, a Educação na história do Brasil e quais as influências ideológicas na constituição brasileira, que por sua vez implica no desenvolvimento da educação de Uberlândia, e pôr fim a constituição do trabalho docente, que tem em sua maioria mulheres, assalariadas que dependem de forma direta dos investimentos estatais na educação.

No segundo capítulo demonstraremos o levantamento dos dados coletados, dando ênfase a explanação dos trabalhos já produzidos, referente às condições do trabalho docente. Levantamento e compreensão dos dados coletados, fazendo a filtragem necessária para desvelar os CIDs relacionados às doenças laborais, enumerando, categorizando e organizando em planilhas *Excel*, para evidenciar estes dados em tabelas.

No terceiro capítulo, traremos uma visão marxista de uma educação capaz de atender o desenvolvimento *omnilateral*⁴ do ser humano, vamos sintetizar os resultados da

² Althusser (1980); Anna Carolina Braga, Francisco José Carvalho Mazzeu (2018); Carlos Alberto Lucena, (2019); Carlos Henrique Carvalho (2010); David Harvey, (2018); Demerval Saviani, (2007); Fabiane Previtali, (2014); Friedrich Engels (1984); Gaudêncio Frigotto (2018); Jorge Nagle (2001); José Claudinei Lombardi (2009); Karl Marx (2017); Mario Alighiero Manacorda (2006); Ricardo Antunes (2018);

³ Os comprovantes de solicitação do processo e retorno da Secretária, estão disponíveis nos anexos II ao VI.

⁴ A formação omnilateral para Marx, se refere à uma educação oposta ao trabalho alienado, reificado, estranhado e fetichizado, buscando a formação ampla e emancipadora do ser humano.

análise crítica da história, a relação trabalho docente, tempo comprimido e seus resultados materializados em adoecimentos laborais, que pôr fim a conclusão desta dissertação.

A razão entre o total de atestados (86.258) pela quantidade de dias letivos entre 2009 a 2019 (2.000), obteve-se a média de 43 atestados por dia, envolvendo neste cálculo todas as CID's (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde).

Tivemos uma enorme tarefa para decodificar e traduzir os dados, e ainda temos muito a refletir, para a consolidação desta dissertação, para abrangermos a degradação dos profissionais da educação e suas causas e efeitos, e talvez termos a pretensão de dar respostas para amenizar tais acontecimentos.

CAPÍTULO 1

1.1 A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E O TRABALHO

Este tópico apresentará fatos e eventos importantes para trazer à baila e interconectar a História da Educação no Brasil e Uberlândia, períodos econômicos e ideologias disseminadas no século XX, visando a compreensão da formação subjetiva social do trabalho dos professores e das condições dos alunos, esta regressão tem por concepção o materialismo histórico e dialético, na busca da essência, entendendo que as condições materiais e econômicas é que definem a consciência do homem e não ao contrário, sempre mantendo categorias como o trabalho, professores e alunos, para ajudar a entender a degradação dos mesmos, pois como bem afirma Marx (2017), “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, entender o passado nos ajudará a entender o presente.

Baseamos nossa pesquisa no tripé marxista, a teoria do valor trabalho, o método dialético e a perspectiva da revolução, o primeiro veio pensar o valor do trabalho docente, o segundo como podemos conceber e pensar o trabalho docente na esteira da história e o terceiro, temos a pretensão de deixar pistas de como mudar tal realidade.

1.2 ENSINO FUNDAMENTAL NA CONSTITUIÇÃO DE 88

A educação do ensino fundamental como a conhecemos, foi estabelecida pela Constituição de 1988, no Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, entre os artigos 205 a 214. Estes 09 (nove) artigos são a base para a nossa organização educacional, que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, sistemas escolares, formas de subsídio e financiamento.

Conhecida como a Constituição Cidadã, ela traz uma concepção liberal carregada de boas intenções, os artigos 205 e 206 nos dizem.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação

escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988).

A partir desta proposta, a educação passou a ser direito de todos, e os brasileiros, tiveram garantidos como um direito subjetivo, o acesso à educação. O Estado passou a ter a obrigação de fornecer os meios para que ele ou ela, tenham acesso à educação básica e superior, “visando seu pleno desenvolvimento”.

Neste pequeno trecho, os termos “liberdade, igualdade, qualidade, gratuidade, valorização, garantias e pluralismo de ideias”, constituem o cerne dessa nossa nova etapa. Nos incisos V, VI, VII e VIII, tem-se os detalhes para a garantia das leis constitucionais anteriores, nas quais para se ter o pleno desenvolvimento do cidadão, é *sine qua non* o pleno desenvolvimento dos trabalhadores responsáveis por tal empreendimento.

A LDB/96, traz em seu art. 4º, inciso IX, a definição de padrões mínimos de qualidade de ensino como “a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

A Constituição de 1988, pôde-se estabelecer, primeiramente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), “instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997”⁵, que pelo nome já o direciona ao seu objetivo, desenvolver e valorizar os profissionais da educação (BRASIL, 2009).

O FUNDEF foi criado para garantir uma subvinculação dos recursos da educação para o Ensino Fundamental, bem como para assegurar melhor distribuição desses recursos. Com este fundo de natureza contábil, cada Estado e cada município recebe o equivalente ao número de alunos matriculados na sua rede pública do Ensino Fundamental (BRASIL, 2009).

⁵ Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos/itemlist/category/91-fundef> Acesso em: 13/07/2020.

Os recursos eram distribuídos entre os entes federados e a Capital, entre o seu governo estadual e os governos municipais, respeitando o número de alunos do Ensino Fundamental, atendidos nas redes públicas, conforme as informações obtidas no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) no ano anterior (2008), em companhia com as Secretarias Estaduais de Educação⁶.

Este por sua vez vigorou até o ano de 2006, dando lugar ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que tem sua duração estipulada em 14 anos (2006-2019), com o intento de atender à educação infantil, ensino fundamental e médio e a educação de jovens e adultos.

Os dois programas foram e atualmente ainda são de fundamental importância para o pleno desenvolvimento do cidadão, mas os dois tem uma característica semelhante, a forma de financiamento das escolas e alunos estão condicionadas à ideia positivista de que para se ter um orçamento é necessário ter uma quantidade específica de alunos por turma, que de acordo com o Projeto de Lei (PL) 597, de 2007⁷, proposto pelo deputado Jorginho Maluly – PFL (Partido de Frente Liberal) de São Paulo, estabeleceria uma quantidade máxima de vinte e cinco alunos na educação infantil e nos quatro anos iniciais do ensino fundamental, e trinta e cinco alunos nos quatro anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

A proposta foi arquivada em 18/03/2019, mas tem prática semelhante nas escolas municipais de Uberlândia, mantendo esta proporção, de 25 alunos para os anos iniciais e 35 alunos para o ensino médio.

Este cálculo é feito baseando-se no Quadro Informativo de Turmas e Alunos⁸ (Quita), que é produzido pelo sistema de Processamento de dados de Uberlândia (Prodaub), tendo base as matrículas lançadas no ano anterior, com estes dados em mãos a gestão das escolas organizam as salas de aula, também são as bases para a quantidade de todo o quadro de profissionais da escola, de docentes, auxiliares de serviços gerais, assistentes administrativos dentre outros.

⁶ Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 13/07/2020.

⁷ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=346373>. Acesso em: 07/09/2020.

⁸ Documento em anexo.

Este é o cerne do financiamento escolar, de forma matemática, x alunos equivale à y de verba. Existem outros meios de financiamento, mas infelizmente não são fixos, muitas vezes não são valores que impactariam no aprimoramento da escola.

Essa concepção esta entremeada na cultura pátria, e na formação da Constituição Federal (CF) de 88. Para entender essa “concepção/ideologia”, é salutar retornar um pouco na história e observar as influências que aqui se incorporaram.

1.3 INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Segundo o filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836), primeiro a elaborar o conceito de ideologia, atribui a ela a origem das ideias humanas, às percepções sensoriais do mundo externo, para o autor, ideologia é o resultado do meio no qual o ser se formou.

Para Marx, a ideologia é o efeito somatório de concepções e pensamentos construídos pela sociedade, para compreender a realidade, que no caso do sistema capitalista, é utilizado para distorcer a realidade em prol da classe burguesa, sendo ideologia uma falsa consciência (Marx, Engels. 2001).

No Brasil, a ideologia dominante é a burguesa. Seu histórico educacional, desde os primeiros passos dos jesuítas sempre trouxe a condição de exclusão e dependência. A primeira diz respeito aos não privilegiados, os pobres, negros e escravos. A segunda diz respeito à sua condição econômica, sempre em função de outra nação ou organização internacional. Essa característica perdura há anos em nossas entranhas com várias tentativas de rompimento que infelizmente não se consolidaram e foram reforçadas nas últimas décadas do século XX.

A educação brasileira sempre foi influenciada por concepções pedagógicas⁹, das quais as liberais, progressistas e marxistas se fortaleceram. Na década de 30 e 50 do século XX com os pioneiros, tinha-se a utopia de que com a industrialização, a periferia poderia ascender ao centro. Neste ponto tiveram mais peso a partir da década de 50, importantes órgãos que influenciaram a política brasileira, como o Instituto Superior de Estudos

⁹ Para melhor compreensão ver Saviani “A Pedagogia no Brasil, história e teoria”.

Brasileiros (ISEB) e a Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) que iriam se tornar, “a partir de 1949, a origem do pensamento econômico estruturalista latino-americano” (PEREIRA, 2005, p. 01).

O ISEB foi criado no ano de 1955, uma instituição de cunho progressista, que tinha em seu quadro intelectuais como Cândido Motta Filho, Ministro da Educação e Cultura, e Anísio Teixeira. Fundado por meio de um decreto assinado por Café Filho, o ISEB sempre esteve vinculado ao Ministério da Educação. Neste foram criados 5 departamentos, que são eles: “Ciência Política, chefiado por Hélio Jaguaribe; Economia, Ewaldo Correia Lima; Filosofia, Álvaro Vieira Pinto; História, por Candido Mendes de Almeida; e Sociologia, Alberto Guerreiro Ramos” (TOLEDO, 2005).

O ISEB foi responsável por promover cursos, seminários e debates políticos e sociológicos para políticos, empresários, membros das Forças Armadas, “sindicalistas, funcionários públicos, burocratas e técnicos governamentais, docentes universitários e do ensino médio, profissionais liberais, religiosos, estudantes etc.”, influenciando grande massa de militantes, intelectuais, religiosos e principalmente do exército e empresários, ele para além de adentrar em todos os espectros ideológicos do Brasil, reuniu em suas frentes também indivíduos de várias ideologias, dos quais alguns deles também se filiaram à movimentos integralistas, esta foi uma das mais importantes ações feitas por eles (TOLEDO, 2005).

Do ângulo das afinidades teóricas, pode-se dizer que nele se confrontavam simpatizantes do marxismo, do existencialismo de Sartre, da fenomenologia de Jaspers, da sociologia do conhecimento de Mannheim, do historicismo de Dilthey, do culturalismo de Ortega y Gasset e de outras correntes filosóficas e sociológicas. No entanto, apesar de expressarem uma multiplicidade de orientações teóricas e políticas, esses intelectuais convergiam na convicção de que, por meio do debate e do confronto das ideias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O nacional-desenvolvimentismo foi então concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país – através da ação estatal (planejamento e intervenção econômica) e de uma ampla frente classista – à superação do atraso econômico social e da alienação cultural. Uma Nação desenvolvida e soberana estava, assim, no horizonte ideológico de alguns desses intelectuais (TOLEDO, 2005, p. 11).

Estava posto na história do Brasil um projeto nacional desenvolvimentista feito por diversas mentes e concepções ideológicas que de forma indireta influenciou o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (JK) e posteriormente o governo de João

Goulart (Jango). O ideal da nação desenvolvida e soberana foi propagada aos plenos pulmões por todos os setores, mas alguns não compraram a ideia da intervenção estatal, que nas palavras de Toledo.

Setores nacionalistas mais ortodoxos fora do Iseb, com o pleno apoio e incentivo de Guerreiro Ramos, questionaram abertamente formulações que eram defendidas no livro de Hélio Jaguaribe, *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Na obra, que ainda se encontrava no prelo, Jaguaribe, ao defender a tese do “nacionalismo de fins” (em oposição ao chamado “nacionalismo dos meios”), admitia, por razões de “eficácia técnica”, a privatização de setores básicos da economia brasileira – entre elas, a do setor petroquímico. Depois de tumultuadas e calorosas discussões que foram noticiadas e exploradas pela imprensa conservadora, a cisão se estabeleceu de forma definitiva no seio do Instituto. No final de 1958, Guerreiro Ramos dele se afastou; em março de 1959, Hélio Jaguaribe, o principal idealizador do Iseb, dele se retirou (TOLEDO, 2005).

O ISEB caminhava para sua última fase, se debruçando em revisões críticas da tese nacional desenvolvimentista instituída por JK, demonstrando que o país se desenvolveu economicamente e alavancou suas indústrias capitalistas, mas em contrapartida, aprofundou as desigualdades sociais e regionais, o que em críticas feitas por membros do ISEB revela que suas propostas de “desenvolvimentismo – pela qual o ISEB se empenhou com o melhor de suas energias e inteligência – revelou ser a “ideologia da classe dominante” (TOLEDO, 2005, p. 11.).

A partir deste momento o ISEB fica sob a direção de Álvaro Vieira Pinto, autor de uma extensa obra, “Consciência e Realidade Nacional”, e de um historiador marxista Nelson Werneck Sodré; junto à eles cooperavam jovens professores universitários, com viés politicamente de esquerda, fase destacada pela sua intensa politização e homogeneização ideológica, que teve a intensão de privilegiar o “debate das reformas sociais e econômicas – defendidas pelo governo Goulart e pelo movimento nacionalista” (TOLEDO, 2005).

O Cepal criado em 1949, também tinha uma visão de que o Estado tinha papel importante no desenvolvimento de países que entraram tardiamente no capitalismo.

Os dois grupos de produtores de ideias viviam em um contexto social e político que, desde a Grande Depressão dos anos 30, descrevia o liberalismo, fazia a crítica ideológica do mesmo apontando-o como instrumento dos países mais desenvolvidos, particularmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, e apostava em um protagonismo mais acentuado do Estado nacional na busca do desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2005, p. 02).

Estes dois grupos atribuíam o subdesenvolvimento do país ao processo de dependência aos países imperialistas, dos quais mantiveram os países latino-americanos apenas como produtores de bens primários, o que como já dito, deu origem ao plano nacional desenvolvimentista, que devido à vários golpes militares na América latina, não teve seu objetivo alcançado.

Passados os anos de ditadura militar, nos quais a educação no Brasil ficou a cargo de políticas de cunho tecnicista, devido à concepção liberal, de que o problema do subdesenvolvimento do país era a má formação dos trabalhadores, deu-se o desenvolvimento de programas para a formação dos trabalhadores.

Pablo A. A. Gentili e Tomaz Tadeu da Silva em sua obra “Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas, publicado em 1977 pela editora Vozes, demonstram com clareza, as intensões neoliberais para a educação, tal ideologia que tem no “Estado e à esfera pública todos os males sociais e econômicos de nossa atual situação e à livre iniciativa todas as virtudes que podem conduzir à regeneração e recuperação da democracia, da economia e da sociedade”, modelo adotado e em vigor até o atual momento (GENTILI E SILVA, p.11)

A construção do conceito de “homens de negócios”, gerou toda uma pedagogia da qualidade total, que tinha o objetivo de formar uma geração de trabalhadores flexíveis, polivalentes, competitivos, capazes de resolver os problemas do dia a dia provocados pelo próprio sistema capitalista. As empresas utilizaram da universalização da escola para se estabelecerem, e implantar uma concepção da escola como segmento do mercado, sendo como o próprio mercado, gerando produtos para o consumo do mercado de trabalho.

Entre as décadas de 60 e 70 do século XX, o município de Uberlândia já se encontrava inserido neste ideal, onde reforçava as exigências das suas elites que sempre foram constituídas pela pequena burguesia¹⁰. A cidade, localizada no Triângulo Mineiro, tem sua posição geográfica altamente prestigiada, pois criou um eixo entre Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, principais cidades deste período, por onde escoavam produções, nesse mesmo período Uberlândia começou a se tornar referência em logística e vendas de

¹⁰ Para uma compreensão mais profunda da história uberlandense, ler “Reformas Urbanas e Lutas de Classes”, de autoria de Antônio de Pádua Bosi. (2004)

bens diversos, outra característica da cidade.

De acordo com Bossi (2004), estes acontecimentos ajudaram Uberlândia no seu desenvolvimento econômico e geográfico, foram as especulações imobiliárias, que ao mesmo tempo que aumentaram a oferta de empregos aos cidadãos e migrantes de outras regiões do país, que vinham fugindo das secas e da extrema pobreza, mas que criou também a periferia da cidade com conjuntos habitacionais, com situações de pauperismo, o *lumpemproletariado*¹¹ (Marx, 2001), com este aumento de mão de obra, cresce o desemprego e por fim, o salário se achata.

A educação na cidade fazia parte dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) desenvolvidos pelos governos militares entre os anos de 1974 a 1985, que “iam desde programas de saúde a educação escolar, que objetivavam a consolidação do controle popular e uma aparente harmonia social”. O crescimento da cidade trouxe a necessidade de construção de novas escola, os grupos escolares (RESENDE, 2005, p.28):

Além dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, os referidos governos, na tentativa de manterem a hegemonia também no campo educacional, lançaram uma campanha de valorização do trabalho técnico e concomitante valorização do 2º grau, conforme afirma Cunha (2000a), com revistas e periódicos destinados a dizer que havia boas oportunidades ocupacionais e financeiras para os mesmos, gerando, desta forma, certa crença na formação técnica profissionalizante (RESENDE, 2005, p. 28).

Uberlândia, uma cidade em que suas elites vislumbravam um futuro progressista, juntos com o ideário liberal, acreditavam que a profissionalização dos trabalhadores poderia trazer este futuro. Para isso criou-se um vínculo do ensino médio ao técnico, criando grupos e ginásios escolares, mas sempre com investimentos escassos e aumento do número de vagas. Essa concepção, de acordo com Resende (2005), se arraigou no ideário uberlandense, uma concepção da racionalidade, onde devemos gastar a menor quantia possível e obter o máximo de resultados.

Representava a pedra de toque da reforma, uma vez que era a condição para se atingir a eficiência e produtividade gerando o máximo de resultados com um

¹¹ Termo traduzido do alemão (*lumpemproletariat*), se refere ao “o lixo de todas as classes”, “uma massa desintegrada”, que reunia “indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos”, etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder. (BOTTOMORE, 2012).

mínimo de custos”, ou seja, a escola oferecia um grande número de vagas, porém os gastos governamentais com a educação eram mínimos (SAVIANI, 1996, p. 107).

Aqui pode-se esclarecer as origens do ideal em que a quantidade de matrículas de alunos seja a base para os investimentos, que já se desenhava durante os governos militares, investimentos que só seriam direcionados se este trouxesse os resultados desejados, profissionais capacitados para o “mercado de trabalho”, os produtos.

No plano econômico, o general Ernesto Geisel e, posteriormente, o General João Batista Figueiredo, legitimaram os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento, com o objetivo de realizar políticas de distribuição de renda juntamente com o crescimento econômico, porém assegurando o capital. Naquele momento, os governos militares, mais uma vez, investiram no setor econômico, principalmente na indústria de base e de bens de produção (RESENDE, 2005, p. 30).

A cidade do Triângulo Mineiro não se eximia da participação desta reforma do país, acompanhando os ideários, movimentos políticos e econômicos dos governos federais, suas elites que participavam ativamente da vida pública do país, que se comprova pela participação em atos como o AI5¹² (Ato institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968), representado pelo então Chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco, que deu poderes totais ao presidente.

Vale aqui lembrar quais foram os objetivos e efeitos deste ato, considerado um dos mais antidemocráticos durante a ditadura militar, pois o mesmo dava ao presidente poderes para “decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências”. (BRASIL, 1968). O objetivo era tirar de cena qualquer representante de oposição da “Revolução Brasileira de 31 de março de 1964”, (BRASIL, 1968), revolução que é baseada em um fantasma comumente usados por ditadores, chamado “comunismo”, ratificada pelas elites e corporações televisas deste período, e assim foi feito, tivemos várias mortes, cassações, exilados e famílias destruídas. (Grifos do autor).

Como nenhum benefício é dado sem interesses, estas elites se beneficiaram deste avanço, uma época fértil economicamente, porém elas excluíram as classes mais pobres, em nome do progresso, criando uma massa de trabalhadores com subempregos, que vinham

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 08/09/2020.

em busca de trabalho, na esperança de inserirem seus filhos em escolas profissionalizantes, houve sim matrículas e escolas, mas sempre com a lógica mercadológica, o que transformou escolas em depósitos.

Entre o fim da década de 70 e início da 80 do século XX, há a abertura política, com a extinção do AI-5 e outros atos que davam poder ao presidente, é eleito de forma indireta o General João Batista de Oliveira Figueiredo, que assumiu o compromisso de abertura política, sinalizando ao capital estrangeiro a retomada da democracia.

Na economia, Delfin Neto fica a cargo da execução do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que tinha o objetivo de promover o desenvolvimento e crescimento da “renda nacional e do emprego, controlar a dívida externa, combater a inflação e desenvolver novas formas de energia combustível através do Programa Nacional do Álcool (Proálcool)”. (Ibidem, 2005, p.32). Entra em vigor novamente, o discurso de inserir a população neste avanço, com programas sociais aos “carentes”.

O Brasil começa a aumentar seus empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), submetendo-se as exigências do mesmo, como ajustes econômicos internos e externos, o que para além de aprofundar novamente a dependência do país, aumentou a dívida externa. Com a dívida galopante do país, os trabalhadores começam a sentir seus efeitos, a promessa de inclusão da população e aumento da renda não se consolida, a inflação chega a patamares de 200% ao ano, as classes assalariadas são prejudicadas de forma direta, não há mais o investimento no setor produtivo.

Devido a estes acontecimentos, nas novas eleições dos anos 80, que ainda não contavam com o voto dos trabalhadores analfabetos, foram eleitos governos opositores. Há a criação do “Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, criado pelo decreto 77.362/76 e o Programa de apoio ao Desenvolvimento da Mão-de-Obra, criado pelo decreto 80.930/77” (MACHADO, 1989, p. 58), com o intuito de desenvolver o trabalhador, mas que não surte o efeito desejado pelo ideal liberal já relatado, de que aperfeiçoando a mão de obra, o desenvolvimento e diminuição da desigualdade social seriam o resultado.

O declínio do governo militar já estava em voga, infelizmente deixando traumas sociais e econômicos reforçados por mais de 18 anos, devido aos acordos internacionais, foram fortalecidas as grandes multinacionais “como a indústria farmacêutica,

automobilística, eletrônica, distribuição de petróleo, produção de metais, máquinas e equipamentos pesados etc.” (RESENDE, 2005, p. 33).

Motivados por estes problemas e, ainda, pelo alto nível de desemprego, diversos setores da sociedade (partidos políticos, Igreja, entidades científicas, imprensa, empresariado, universidades, sindicatos etc.) iniciaram um grande processo de reivindicação em favor das eleições diretas para Presidente da República através do voto popular e não pelo Colégio Eleitoral, como então ocorria. No entanto, como explica Skidmore (1998), os detentores do poder classificaram aquela reivindicação como perturbadora da ordem e contra a Constituição, que previa eleições indiretas. Porém, em abril de 1984, com a votação da Emenda Dante de Oliveira, fortalecida pela campanha em prol das “diretas já”, o regime autoritário se enfraqueceu e começou um contínuo caminho de transição para o regime democrático (Ibidem, 2005).

Houve um processo de transição, de cunho conservador, que levou ao fim da ditadura no Brasil de forma gradual e lenta, a democracia no Brasil vai se consolidando a pequenos passos, Tancredo Neves foi eleito por eleição indireta, via colégio eleitoral em 1985, mas veio a falecer antes da posse, entrando em seu lugar José Sarney, que na tentativa de solucionar problemas estruturais da sociedade, lança os Planos Cruzados I e II, este por sua vez, eram tentativas de estabilizar a economia financeira do País, logo em seguida vieram o Plano Bresser e o Plano Verão.

José Sarney se vê na condição concreta de estabelecer a nova Constituição do Brasil.

[...] a promulgação da Constituição Federal de 1988, que saldava, em parte, as dívidas sociais, principalmente quanto aos direitos do cidadão em escolher diretamente seus representantes, inclusive dos analfabetos e dos eleitores que moravam em áreas consideradas “de segurança nacional”; a liberdade intelectual de expressão e trabalho; o direito do cidadão de ir e vir; a abertura para a criação de partidos políticos, bem como a legalização dos partidos clandestinos e o fim da fidelidade partidária; a liberdade de crença religiosa, como também a responsabilidade do Estado para com a educação em todos os níveis, dentre outras medidas. Assim, a Constituição, naquele momento, foi muito importante para o País, pois além de representar a retomada da democracia, trouxe relevantes conquistas sociais (Ibidem, 2005, p. 36).

Com essa afirmação de Resende, podemos compreender as ideologias que existem por de trás da Constituição Federal de 1988, que foi desenvolvida em uma esteira repleta de contradições, mas que promoveu a esperança na abertura da democracia, de oportunidades e direitos. No campo da educação dá os parâmetros para se consolidar a educação pública, gratuita e universal, todavia ao mesmo tempo não oferece os meios materiais para execução

de tais direitos.

Nossa Carta Magna traz no artigo 206, a esperança de uma valorização do trabalho docente:

V – Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União. (BRASIL, 1988, s/p.)

As contradições aparecem após a sua execução, o piso salarial ainda é um objetivo, a entrada somente por concursos públicos é solapada pelas terceirizações, Ongs (Organizações não-Governamentais), e uma lista enorme de contratos.

Na LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é reforçada a valorização.

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996, p.36).

As leis estão todas nos direcionando para uma realidade valorosa, que fica apreendida em um mundo ideal.

Uberlândia, neste desenrolar da política nacional, apresentou à sua frente o prefeito Zaire Resende (PMDB), no qual tem sua trajetória na cidade entre os anos de 1983 a 1988, sendo sucedido em 1992 por Virgílio Galassi (PDS). De acordo com Romero e Santos (2017), Zaire de concepção progressista mais à esquerda, desenvolveu políticas culturais de grande relevância na cidade, já em contrapartida, as próximas gestões, foram focadas no desenvolvimento urbano e logístico da cidade, de acordo com as diretrizes nacionais mencionadas.

Como mencionado, a cidade estava em um avanço progressista e conservador, já os trabalhadores da cidade, passavam pelas mesmas frustrações da esfera nacional, com o neoliberalismo se consolidando e a flexibilização do trabalho se aprofundando, a degradação

dos trabalhadores se torna real e mais notória.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é publicada, porém a CF/88, continua com a mesma concepção mercadológica, outro ponto estruturante que confirma essa concepção, é que a educação passa a ser norteada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que evidencia a mercantilização da educação¹³. Neste caso como o foco deste trabalho são os trabalhadores da educação, passa-se agora à análise da proletarização do mesmo, para entender a sua degradação.

1.4 CONSTITUIÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

1.4.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO

Na década de 1990 uma nova forma de reestruturação social e do trabalho começa a se consolidar na conjuntura nacional, que se caracterizou por novas propostas de reformas do Estado, a globalização, a mundialização do capital, reestruturação produtiva e uma manutenção do desemprego estrutural. Devido à este quadro, do trabalhador foi exigido uma formação técnico-científica mais abrangente e multifuncional, as condições de flexibilização e terceirização tomam grandes proporções, o emprego formal têm gerado novas incertezas e ambiguidades, tanto para os sujeitos como para a definição das novas morfologias do trabalho e também da função da escola, vista como subordinada ao modo de produção capitalista, essencial para efetivar a “flexibilização do aparato produtivo, a flexibilização dos trabalhadores” (ANTUNES, 2018, p.36).

Este cenário não é um fenômeno natural, e sim uma somatória dos fatos históricos, contraditórios e dialéticos. Para melhor compreender a conjuntura atual e ter a pretensão de explicar a realidade dos trabalhadores/professores da Educação básica, é salutar analisar a educação no Brasil desenvolvida no século XX, partindo de uma ontologia do trabalho e educação, enquanto processo de humanização.

Ao olhar a história de forma crítica e dialética, no qual é formada por contradições e lutas de classes, utilizamos como “óculos”, uma teoria histórico-crítica da educação, (SAVIANI 1996, APUD MAZZEU), da qual não se elabora uma concepção sem método; e não

¹³ Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000200016, Acesso em: 31/07/2020.

se atinge a coerência sem lógica.

Para isso iremos estabelecer limites e conceitos para compreender a realidade, tendo a categoria trabalho como ontológica, objetiva e real, histórica e transitória, algo inato ao ser humano e apropriado pela sociedade burguesa (NETO, 2015).

Pensando o termo “trabalho polivalente” e “multifuncional”, é frequentemente usado nos setores produtivos da sociedade, no qual o trabalhador se vê em uma situação que deve desempenhar várias funções, além das exigidas para a sua profissão. Antunes (2002) e Previtali (2014), afirmam que estas combinam-se, muitas vezes no mesmo local.

Sendo a educação inerente à este movimento e ao mundo capitalista, como uma instituição de manutenção e reprodução do sistema (ALTHUSSER, 1980), os defensores e conservadores do mesmo, a adequam às suas exigências, de modo que novos modelos educacionais e novas propostas pedagógicas são exigidas a acompanhar a evolução das inovações tecnológicas e de organização da produção e da mercantilização do ensino (PREVITALE, 2014).

Desta forma, é fato notável e amplamente reconhecido que nas escolas públicas, o profissional da educação, os gestores escolares, se desdobram, com acréscimo de horas ou acúmulo de cargos, trabalhando em duas escolas, com o intuito de aumentarem seus salários, o que comprova também, a defasagem salarial desta classe, o que traz ao professor um estrangulamento na sua carga de trabalho que muitas das vezes se sucede em enfermidades psicológicas ou físicas.

Como afirma Previtali (2014), a nova educação, bem como os novos processos pedagógicos, está orientada pelos conceitos de multifuncionalidade, flexibilidade e empregabilidade. Noronha (2008) chama a atenção sobre os novos tipos de educação e de processos pedagógicos que não estão desvinculados das mudanças no processo de formação de professores e no próprio trabalho docente. Assim sendo, ao mesmo tempo que uma nova morfologia do trabalho é implementada, uma nova pedagogia é desenvolvida para a sua execução, então a formação e o trabalho docente vão sendo reestruturados, submetidos à novas formas de exigências e controles.

Torna-se então imprescindível uma reflexão sobre o trabalho dos profissionais da educação, para tal, dentro do universo de massa crítica que se propôs a formular teses,

estudar e pesquisar sobre o trabalho, economia, sociedade e a precarização. Há os estudos e teses de pensadores clássicos como Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), sendo suas obras e de outros pesquisadores como György Lukács (1885-1971) István Meszáros (1930-2017) entre outros contemporâneos, que são subsídios à complexa tarefa que é a compreensão desta realidade.

Portanto, questiona-se: estando o trabalho do professor degradado e precarizado, conseguiria o (a) docente atingir os objetivos pressupostos?

Nesse sentido, pesquisar sobre a degradação do trabalho docente é, ao mesmo tempo, tentar desvelar a degradação da essência humana, pois as “condições impostas pelo sistema capitalista não se resume a uma simples crise econômica ou política, mas de uma catástrofe da essência humana” (MERCUSE, APUD LÖWY, 1996, p. 150).

Pensando nos movimentos do mundo do trabalho e nos profissionais e gestores da educação, torna-se imperativo analisar, entender o que é e se há uma precarização, compreender as causas e efeitos da flexibilização no universo escolar, tendo como recorte geográfico o município de Uberlândia nos anos de 2009 a 2019.

Como se observa, a sociedade vive um momento de transformação devido as novas tecnologias e ao (neo) liberalismo, todavia também um conservadorismo burguês. “As metamorfoses do trabalho estão presentes atualmente e o movimento do neoliberalismo, traz a flexibilização do aparato produtivo que só será possível com a flexibilização dos trabalhadores” (ANTUNES, 2002), dentro dessa classe não se eximi os professores.

No âmbito das relações de poder internacionais, o colapso do socialismo real, dá às forças do capital a chave para decretar o retorno às teses ultraconservadoras de que o capitalismo se constitui numa sociedade do tipo natural, por supostamente corresponder ao que é natureza humana: a busca do bem individual próprio, o egoísmo produtivo. Doutrina esta que, no plano do pensamento crítico, paradoxalmente, assumiu o termo de neoliberalismo. Talvez a denominação mais adequada fosse neoconservadorismo (FRIGOTTO, 2015, p. 219).

Em princípio deve-se estabelecer e conceituar as categorias aqui analisadas, o trabalho e sua constituição material e imaterial, alienação, estranhamento e fetichização, professores/docência e sua profissionalização e proletarização e concluindo na sua degradação, pois é salutar entender as contradições que unem essas categorias para enxergarmos os seus efeitos, sempre tendo em voga a dialética que une o macro ao micro.

Tomando centralidade na teoria do trabalho em Marx, que em sua obra “O Capital” (p, 211. 2017), corroborando com Braverman e Antunes. Compreendemos o trabalho como atividade proposital, sendo guiado pela inteligência, é produto especial da espécie humana, “ao agir assim sobre o mundo externo e transformá-lo, ele ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (BRAVERMAN, 1974, p.24). O trabalho é “indispensável à condição da existência do ser humano, quaisquer que sejam as formas de sociedade, é condição natural e eterna a vontade de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (ANTUNES, 2002, p. 91).

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 2017, p. 211).

Braverman (1987) em sua obra “Trabalho e Capital Monopolista, a degradação do trabalho no século XXI”, resgata estas afirmações em Marx, em uma apresentação que traduz de forma geral o trabalho.

Cita o exemplo novamente de uma abelha em sua colmeia, a abelha exerce uma função de construir um hexágono de cera perfeito, que um engenheiro teria certa dificuldade para fazê-lo, mas essa abelha faz este favo, de forma instintiva; se tirar esta abelha por mais de duas gerações do seu habitat e depois retorná-la, ela irá fazer o mesmo favo sem nenhuma dificuldade, ou seja, ela age por instinto, já o homem tem a capacidade de abstração da realidade, ele aprende e apreende o mundo material com o intuito de mudá-lo.

Contemporaneamente, com o Capital Monopolista (BRAVERMAN, 1987), e as metamorfoses do trabalho (ANTUNES, 2002), essa categoria se transformou para adequar-se às exigências do capitalismo. A divisão do trabalho, que nos seus primórdios baseava-se na divisão familiar, nas indústrias com as mecanizações, na informatização, ele foi sofrendo metamorfoses, foi se reconfigurado. O trabalho do artesão do século XV que deveria construir, por exemplo, uma roda de carruagem, foi dividida em várias partes, um ficou responsável pela produção de uma das partes da roda, outros de outras partes, guardado as proporções e anacronismos, foram se especializando. Marx relatou que essa divisão tomaria

rumos mais profundos, “no qual levou o trabalhador à condição de alienação (*Entäusserung*), estranhamento (*Entfremdung*) e fetichização”, esse relato foi retomado por Bravermam, (1987), consolidando que a degradação do trabalho era realidade material do século XX.

Entäusserung tem o significado de *remissão para fora, extrusão, passagem de um estado a outro* qualitativamente diferente, *despojamento*, realização de uma ação de *transferência*. Nesse sentido, *Entäusserung* carrega o significado de *exteriorização*, um dos momentos da *objetivação* do homem que se realiza através do trabalho num produto de sua criação. Por outro lado, *Entfremdung* tem o significado de real objeção social à realização humana, na medida em que historicamente veio a determinar o conteúdo das exteriorizações (*Entäusserunge*), por meio tanto da apropriação do trabalho como da determinação desta apropriação pelo surgimento da propriedade privada (RANIERI, 2001, p. 24, grifos do autor).

Como Ranieri sintetiza a alienação despoja o cidadão do seu trabalho, a tira da condição de produtor do seu trabalho, levando ao estranhamento, o ato em que ele ou ela não se reconhece naquilo que produz. O fetichismo já é uma forma:

... fantasmagórica, que cria relações entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebuloso da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantem relação entre si e com os seres humanos (MARX, 2017, p 94).

O ser humano nos primórdios de sua existência, antes de caçar, construir, procriar, antes de moldar o meio a sua volta, era necessário ter o mínimo de condições físicas, mentais e materiais, ou seja, alimento, vestes, local de refúgio.

Tais condições não se alteraram, elas se modernizaram, e o ser humano, agora trabalhador, assalariado, no qual tem suas condições de sobrevivência dependente de um sistema econômico fabril, precisa para manter-se em condições fisiológicas dignas antes de produzir, um local para viver e estar alimentado e vestido, durante a produção ele deve ter as condições materiais para executar a tarefa, como ferramentas e local de trabalho também em boas condições.

Marx (2017) tendo plena consciência destas categorias humanas, compreendendo que a sociedade fabril também precisa lucrar para se manter e também para futuros investimento, além de somadas aos custos de manufatura, maquinários e lucro, essas necessidades básicas constituem o valor do artigo a ser produzido, aquele que em teoria, ao

se vender pagaria todos, desde o dono da empresa ao funcionário, de forma justa.

Para suprir estas exigências básicas, pagar todas essas condições, o trabalhador tomaria de seu tempo, de sua força de trabalho, 8 horas diárias para sanar tais pressupostos, mas este mesmo trabalhador não faz somente 08 horas, ele faz 12 horas, a primeira condição, onde o trabalhador vende de forma justa sua força de trabalho, segundo Marx (2017) é o “tempo de trabalho necessário”, a segunda na qual ele está trabalhando além do necessário, é o “tempo de trabalho excedente”, o capitalista paga pelas 08 horas, mas exige mais, para que essa força de trabalho possa produzir lucro excedente durante as quatro horas, então este é chamado de “maior valor” ou “Mais Valia”.

Neste ponto inicia-se a extração da mais “valia absoluta”, que é a tentativa do Capital de reduzir gastos e aumentar o lucro, de forma geral, a degradação do trabalho.

Apesar de assumir formas diferentes, o ato de trabalhar é sempre dispêndio produtivo de cérebro, músculos e nervos humanos, sendo, portanto, capacidade intrínseca ao homem que se realiza por sua ação sobre o meio. É trabalho concreto, dotado de habilidades e qualificações específicas (PREVITALI, 2014, p. 747).

Pode-se perceber a existência do trabalho material, e de acordo com a afirmação de Previtali (2014), a existência do trabalho imaterial, onde se contempla o trabalho docente, é um trabalho intelectual aquele que não gera valor, mas dá as condições para gerar o valor, nas condições atuais, este não se resume apenas em trabalho imaterial, mas também trabalho braçal, que se materializa na enorme carga burocrática que é demandada ao professor ou professora sob o eufemismo de eficiência, ou seja, o trabalho docente para além dos desgastes intelectuais, que são as preparações de aulas, exercícios, planejamentos semanais, mensais, anuais e PPPs (Projeto Político Pedagógico), ele se estende ao esforço da fabricação de materiais pedagógicos, acompanhamento burocrático e preenchimento de planilhas, o que por sua vez também torna o trabalho do (a) professor (a) passível das mesmas condições de alienação, estranhamento e fetichização. Que somados à precarização e proletarização, leva ao adoecimento das trabalhadoras e trabalhadores da educação.

Ao observar o século passado, que ficou marcado pela industrialização em massa, foram desenvolvidos sistemas conhecidos, como Taylorismo de Frederick Taylor (1856-1915), que produziu a obra “Princípios da Administração Científica” em 1911, que foi basilar

nas concepções de industriais e administradores do século passado. O Fordismo de Henry Ford (1863-1947), no qual instalou a primeira linha de produção semiautomatizada de automóveis no ano de 1914, tornando-se o modelo de gestão da Segunda Revolução Industrial e duraria até a década de 1980. Estes sistemas se consolidavam pela concepção de se auto-organizar e extrair maior lucro do trabalhador por meio das linhas de produção, com grande investimento em maquinário, mas que trazia uma excessiva produção, o que ocasionou crises do capital.

Já após as décadas de 70 e 80 do século XX, iniciou o movimento do *Toyotismo* (*Eiji Toyoda* 1913-2013) que tinha por finalidade, controlar a produção de acordo com as suas vendas, por isso era necessária outra forma de gestão, caracterizado pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, e também pela criação de setores. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado setor de serviços, ou seja, a terceirização, *part-time* (ANTUNES, 2002).

As mudanças destes sistemas deixaram tendências que degradam ainda mais o trabalho, como menciona Antunes e Alves (2004), as transformações no trabalho trouxeram uma redução do proletariado fabril, tradicional, manual, estável e especializado, as novas formas valorizam um profissional polivalente, multifuncional, transforma o trabalho improdutivo em produtivo como os setores de serviços. Uma das várias tendências é a crescente exclusão dos jovens e idosos.

[...] dos jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários” etc. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era Toyotista (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Esta afirmação de Antunes e Alves, para além de confirmar a exclusão de jovens e adultos, demonstra a realidade do desemprego estrutural, que força os profissionais mesmo com formação ao nível superior, se submeterem a exigências do mercado, gerando assim

consequências na sua vida, seja pessoal, de saúde e/ou psicológico.

1.4.2 FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Um dos principais pesquisadores que levantou dados com extrema cautela entre os anos de 70 a 90 do século XX foi Álvaro Hypólito, na obra “Trabalho docente, classe social e relações de gênero”, publicado em 1997.

Neste trabalho o autor discorre de forma minuciosa sobre “A constituição do trabalho docente”, que traz a análise de outros autores sobre as transformações no trabalho da profissional da educação e sua organização escolarizada, como a concepção de sacerdócio, assalariamento e condição de classe social.

Observa as relações de gênero, como a feminização e finaliza com “A natureza do trabalho docente”, e conclui que de fato o trabalho docente se proletariza.

A feminização da educação no Brasil, se caracterizou pela inserção de grande número de mulheres no magistério, desde o ano de 1920 do século XX, como pontua Carvalho (1996). Processos semelhantes aconteceram em outros países, como por exemplo Portugal e Estados Unidos.

Segundo Hypólito (1997), o trabalho docente se inicia com o trabalho de homens, como os monges ou de um mestre, portanto, de um homem, uma vez que a educação escolarizada, tal como a conhecemos, nasce dentro da esfera religiosa. O autor apresenta de forma explícita, a etimologia da palavra professor, “que é aquele que professa a fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos, com parca remuneração aqui, mas farta na eternidade”. (HYPÓLITO 1997, p.13). Tal origem vinculou a profissão a um caráter sacerdotal, a noção de vocação, uma vez que professor é aquele “homem” que “professa uma fé” em um determinado tipo de verdade e/ou conhecimento.

Assim, como a noção de professor foi se reconfigurando no decorrer dos séculos, e de modo igual, a noção da criança e da infância também é alterada.

Desta forma, observo que conforme há transformações na estrutura social começa a se mudar também o conceito de infância, e isso frente à organização familiar; porque não se compreendia de certa forma e não se pensava a infância como na atualidade, ou seja, não se pensava, e não se sabia o que representava ser criança; isso porque a criança não se diferenciava do adulto e não era representada significativamente na família, era vista como somente ligada ao grupo como qualquer outro personagem do contexto. (ARIÈS, 1979, p.14).

De acordo com autores como Philippe Ariès (1979) e Miguel Arroyo (2000), o professor e seu trabalho sofrem diversas alterações. Para Arroyo, o artífice, o mestre, se torna um trabalhador, um produtor, não um formador de pessoas. Em Ariès, ele apresenta a nova forma de se pensar a criança, a miniatura de um adulto passa para a modernidade, como um ser doce, inocente incapaz de sobreviver sozinha, requerendo, assim, atenção e educação dos adultos. A transformação na noção de criança ocorre também com a transformação da noção professor, que nas séries iniciais fica sob responsabilidade do pedagogo que atua formando os conhecimentos iniciais da criança, em matemática, português, geografia e etc.

A figura do pedagogo vai se configurando no mesmo movimento da configuração histórica da Infância. A infância não é um simples conceito, é um preceito, um projeto de ser vinculado a ideias de felicidade e emancipação, nos lembra Philippe Ariès. Ou vinculada a um ideal-projeto de harmoniosa maturação nos adverte J.J. Rousseau. Um projeto vinculado muito antes à paideia, que nasce preocupado com a educação justa da infância. Maturação, felicidade emancipação, harmonia ou educação justa... tudo valores, ideias e projetos onde a infância e seu artífice, o pedagogo, se configuram. (ARROYO, 2000, p 39).

Tal desenvolvimento das noções sobre o pedagogo/professor e a criança, se tornam relevantes para o avanço das mutações e metamorfoses de trabalho no capitalismo.

O homem se distancia, se dispersa das habilidades naturais de cuidados da criança para se envolver no universo fabril, pois a criança agora tem um *status* de anjo, e o homem passa a ser o trabalhador rude, que se envolve com máquinas e não tem mais tempo para coisas não masculinas. Desse modo a relação pais e filhos (as) é alterada, por que ele passa a ser com maior força, o provedor da casa. Por seu turno inicia-se a construção da professora, como aquela que deve prezar pela “moralidade, ser abdicada, amante de sua missão, vocacionada, zelosa e que acima de tudo entenda a docência como um sacerdócio”. (GOMIDES, 2014, p. 23).

Com o avanço do estado liberal, no século XVI, a igreja reforça ainda mais a concepção do professor como sacerdócio, tornando a profissão uma ferramenta de defesa contra o “liberalismo satânico” (KREUTZ, 1986, p.13). Contudo, com o avanço da concepção liberal e a construção das bases do capitalismo, o professor se torna alvo de controle, uma vez que ele era considerado um mentor dentro das famílias, (KRUTZ 1986, apud Hypólito 1997). Desse modo, o exercício da docência passa a ser integrado à produção e ao mercado.

O surgimento da concepção de escola pública e laica promoveu as (os) professoras

(es) à condição de trabalhadoras e trabalhadores, mas em contrapartida, ficam sob o domínio do estado uma vez que a educação escolar passa a ser tomada de modo progressivo, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, como direito dos (as) cidadãos (ãs).

O processo de feminização da profissão foi acompanhado da alteração do status da profissão e do processo, segundo Sá (1986), de proletarização, dentro do capitalismo.

Os baixos salários dos estratos mais baixos da hierarquia dos trabalhadores da educação eram compensados pelo *status* e dignidade social da profissão. Na medida em que se tornaram proletários, o mito ficou insustentável frente às condições reais de trabalho e de existência a que foram submetidos. Como seu trabalho passa a ser apenas trabalho como qualquer outro, as exigências intelectuais que o diferenciavam, que davam especificidade ao seu trabalho, tendo sido perdidas para o capital ou para o aparelho estatal, não tem razões por que sustentar o mito da diferenciação em relação aos demais trabalhadores; ao contrário, só podem com eles se unir (SÁ. 1986, p. 28).

A proletarização do trabalho docente e a industrialização no século XVIII torna a presença masculina nas instituições escolares cada vez mais escassas, particularmente na educação das crianças pequenas.

Os homens (provedores) são conduzidos e exigidos em outros lugares emergentes de trabalho, que assegurou melhores salários, uma vez que, propositadamente, como os salários diminuíram, houve uma desqualificação da profissão, estes espaços foram ocupados pelas mulheres, no mesmo momento há uma desqualificação da profissão.

Assim, os homens começam a migrar para as indústrias, as mulheres começam a adentrar no espaço das escolas. Tal fato responde de um lado, pelas mulheres, acesso a direitos sociais e ao mercado de trabalho, por outro, paradoxalmente, pela apropriação dessa força de trabalho mais barata, para a consolidação do modelo capitalista.

No Brasil, século XIX, a família Imperial brasileira, tinha a escola como uma instituição de controle, o trabalho docente era realizado em escolas para meninos e escolas para meninas. Assim, a escola, na maioria, privada e sob a tutela da igreja cristã era a responsável pela educação de meninos e de meninas e se destinava, como afirma Gomide (2014, p. 10) para processos diferenciados de aprendizagem e de ensino.

[...]estes (as) docentes eram pessoas de “boa moral”, honestas e saudáveis e tinham como tarefa ensinar meninos e meninas a ler, escrever, contar e aplicar as quatro operações básicas da Matemática; além de serem educados (as) na doutrina cristã. Porém, com o passar do tempo incorporou-se uma diferenciação nestes

ensinamentos, pois, além das funções supracitadas, começou-se a ensinar Geometria para os meninos e bordado e costura para as meninas. Gomide (2014, p. 10).

Outra característica evidenciada no Brasil era de que a mulher tinha que ser conduzida à aprendizagem de cuidados domésticos. Gomide (2014) afirma “que a medicina também influenciou na higienização das famílias, e que a mulher ficou a cargo do controle dessa higienização”.

No decorrer dos séculos XIX e XX os números de mulheres na educação tendem a crescer vertiginosamente, segundo Nóvoa (1991, p 86), a participação da mulher na educação em Portugal de 1890 a 1910 sofre um salto considerável que vai de 20% a 52,2% passando a serem, as mulheres, mais da metade dos docentes em Portugal. Comparando os dados com outros países como EUA e países da Europa que se industrializaram antes de Portugal, o autor afirma que este fenômeno ocorre de forma semelhante, à medida que os países centrais se industrializam a ocupação feminina nas escolas aumentam.

O desenvolvimento da industrialização pode ser comparado ao avanço da feminização da docência. De acordo com autores como Nóvoa (1991), Apple (1989) e Sousa (2015), quando ocorre a proletarização do trabalho docente, os salários ficam reduzidos, e a inserção das mulheres nas escolas fica mais forte com o argumento de que elas tinham o “dom” natural para este trabalho. Tal afirmação nos mostra uma atitude perversa que revela a desvalorização da educação e da mulher no contexto do capitalismo, visto que, toda a ideia do mestre se pulveriza, pode-se notar essa depreciação nas palavras de Sousa (2015, p. XX) que sintetiza bem as causas:

1) Perda de prestígio ocupacional associada aos baixos salários que afastaram os homens; 2) Possibilidade de conciliar a profissão da mulher com o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico; 3) Restrição de alternativas de trabalho para a mulher até o final da década de trinta; 4) As correntes de pensamento da época que defendiam as diferenças naturais entre os sexos, atribuindo biologicamente à mulher, e somente a ela, a capacidade de socializar crianças. (Ideologia da domesticidade) 5) O sentido de vocação atribuído à docência.

O mesmo processo acontece no Brasil, como afirma Hypolito (1997, p.54), com a industrialização se consolidando no Brasil em 1935, a mulher começou a ocupar os postos de professoras. Elas passam a ocupar mais de 80%, e em 1940 já chegava a 90,4% do total, já na década de 1980 as professoras chegavam a 86,6% no magistério, 99% no ensino pré-escolar

(educação infantil hoje) e 96,2% no ensino de 1º grau – ensino fundamental (HYPÓLITO,1997, p.54).

Com isso a educação infantil dos anos iniciais se consolida como uma profissão ideologicamente feminina no Brasil e em grande parte do mundo, não como um dom, mas como imposição feita pelo sistema capitalista, que ao se aproveitar da luta de direitos iguais da mulher, percebe a chance de aumentos na sua margem de lucros.

Observando a nossa contemporaneidade estes números ainda não mudaram muito, Souza (2015, p 33) demonstra com dados do Censo de Professores da Educação Básica-Brasil (2009) que a quantidade de professores, do gênero masculino no ensino médio é de 35,6%; nos anos finais do ensino fundamental eles ocupam 8,2%; e na educação infantil, a participação do homem era de 3,9% e na creche apenas 2,1%.

O sistema capitalista demonstra sua grande capacidade de aproveitar oportunidades, qualquer que seja, para aumentar suas margens de lucro, as ondas dos movimentos feministas do séculos XX, que de forma justa, buscavam direitos iguais, são absorvidas no mercado com o eufemismo de oportunidades, enquanto que a ideologia do “trabalho para todos”, esconde a sede do capital por forças de trabalho mais barata, o resultado se consolida na contemporaneidade, com as mulheres assalariadas, cujo o valor dos seus ganhos são 20%¹⁴ menores que dos homens que fazem a mesma função, que segundo a mesma pesquisa, essa diferença só diminui na profissão docente, que é em média 9,5%.

Enfim, as mulheres que são a maioria na educação infantil, fazem um contorcionismo para serem professoras, mães, donas de casa e esposas, tal condição pode se consolidar em maior precarização e deterioração dos profissionais e da educação.

1.4.3 PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Como Hypolito já discorre em sua obra, a feminização do trabalho docente aliado ao crescimento do Estado, que naquele momento assume a responsabilidade de educar a população, conduz a classe ao assalariamento, constituindo os professes como proletários.

¹⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes#:~:text=Um%20estudo%20feito%20pelo%20Instituto,que%20os%20homens%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 28/01/2021

Com as novas reformas da educação do século XX, os professores se organizavam para a sua profissionalização, ato que buscava melhores condições, mas que em contradição, caminhava para reforçar a sua proletarização (Alves, 2009), somados ao neoliberalismo que buscava a reestruturações do trabalho, o aumento do controle das atividades educacionais, a vinculação de per capita de alunos aos investimentos na educação, a flexibilização dos aparatos produtivos, o trabalho docente também se reconfigura.

Em artigo publicado na revista *on-line* HistedBr¹⁵ (História, Sociedade e Educação no Brasil), n. 36 entre as páginas 25 a 37, a pesquisadora Ana Elizabeth Santos Alves, apresentou um relevante estado da arte sobre a proletarização do docente e as pesquisas que se debruçaram para tal compreensão. A autora traz em suas primeiras linhas um dos princípios instituídos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

[...] para reformulação das políticas de formação de professor, recomenda a introdução de mecanismos de controle do trabalho por meio da redução de custos: “seja pelo emprego de professores qualificados com baixos salários, seja pela participação daqueles com pouca qualificação cuja mão-de-obra é barata, o que seria compensado por treinamentos em serviços” (SHIROMA, 2003, p.64, Apud ALVES, p. 26).

Um princípio que tem sua ontologia na concepção neoliberal, que busca o controle e redução de gastos, além de possibilitar a entrada de pessoas que não são qualificadas e que de acordo com o texto, iriam se qualificando com o decorrer do trabalho, contraditoriamente, a redução do salário implicaria a procura de novas formas de renda, o que não propiciaria o tempo necessário para tais formações em trabalho, o que corrobora novamente com os estudos de Braverman (1980) e Antunes (2018), sobre a proletarização e precarização dos trabalhadores, aqui neste caso os da educação.

Neste trabalho a autora traz também a definição do que se compreende pela proletarização do trabalho docente, como já evidenciado, sua profissionalização o colocou na divisão do trabalho, divisão fortalecida pelas medidas propostas pelas reformulações da educação ensejadas tanto pela LDB/96, quanto pela influência da OMC e Unicef, retirando em boa parte, a autonomia do professor, passando por exemplo a produção de material didático para a responsabilidade de editoras, aumentando a alienação e reificação da

¹⁵ Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art03_36.pdf, acesso em: 04/08/2020.

profissão, estão agora inseridos nas classes de trabalhadores cuja forma de sobrevivência é a venda da sua força de trabalho intelectual.

Numa definição “extensa” de classe operária, podemos incluir todas aquelas pessoas que vendem a sua força de trabalho como mercadoria em troca de um salário (trabalhadores estáveis e precários), abrangendo todos os trabalhadores que são remunerados, uma vez que podemos encontrar sempre dentro desse agregado divisões e subdivisões tanto materiais como ideológicos (GARDINER, 1977). A classe operária, nesse sentido, pode ser compreendida como um extrato que, ao longo dos anos, vem crescendo e assumindo uma estratificação mais complexa. O desenvolvimento das atividades no setor de serviços, por exemplo, origina o aumento de assalariados no comércio, nos bancos, na educação etc. Surgem, desta visão mais alargada de classe operária moderna, interpretações acerca da sua evolução política no século XX, aliadas às transformações que ocorreram no mundo do trabalho e ao lugar que os trabalhadores ocupam na condição de assalariados. Originam-se, daí concepções quanto à formação de uma “nova classe operária”, constituída pelo desenvolvimento das diferentes formas que a divisão do trabalho adota (ALVES, 2009, p.29).

Estando os professores inseridos na estrutura de classes e no controle de produção neoliberal, dele também é exigido as respostas, em forma de aprovações, avaliações internas e externas. Colocando em sua responsabilidade, uma demanda que não pode ser resolvida somente pela escola, como já discorrido, pois o professor tem em sua responsabilidade uma sala com cerca de 25 a 40 alunos de diversos extratos sociais, em sua maioria filhos e filhas de trabalhadores.

A ideologia neoliberal, já discutida por intelectuais como Pablo A. A. Gentili e Tomaz Tadeu da Silva, é também refletida também por Michael Apple (1997), confirma que a economia do livre-mercado passou a fazer parte do ambiente escolar, os professores e professoras internalizam acontecimentos que tem origem externas, levando a acreditar que problemas sociais podem ser resolvidos pela comunidade escolar.

Caminhamos para o entendimento de que, tem professores com uma formação em andamento, que em sua maioria traz defasagens tanto na sua formação acadêmica, como salarial, que entende que os resultados da sua sala, de sua escola, da sua região dependem do desempenho dele ou dela. Tais obrigações, pode e traz efeitos físicos e mentais, dos quais iremos analisar de acordo com os dados demonstrados no Capítulo II que trata da metodologia deste trabalho.

1.4.4 INVESTIMENTO ESCOLAR

Estando o trabalho docente proletarizado, a sua condição é produzir, assim como uma empresa, de alguma forma gerar lucro, para isso requer redução de custos. Estas medidas de redução de investimentos versus o aumento de trabalho para os profissionais são facilmente vistas em Uberlândia. Concentremos os olhares, então em fatos e acontecimento da realidade cotidiana de Uberlândia, como já ponderado em sua história, ela acompanha sempre os movimentos progressistas e liberais da sociedade brasileira.

Primeiro ponto no qual deve-se iniciar esta reflexão, é a função da escola. E para isso é indispensável retornar a Constituição Federal do Brasil¹⁶ (CF/88):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação tem uma função social, que visa o desenvolvimento da pessoa em suas várias capacidades, mas se vincula também ao preparo para o trabalho. Nos demais artigos que contemplam a educação no Brasil (arts. 205 a 214), elaborou-se as formas de acesso, organização e permanência, e a quem a escola é gratuita e sua obrigatoriedade.

Sobre os acessos, as escolas públicas devem receber todos, pessoas com diversas deficiências ou transtornos, pessoas de todas as classes e diversas condições intelectuais ou econômicas. Esta é uma função essencial para a escola e deve ser defendida e respeitada, pelo fato de ser pública e para todos, o contraditório está na concepção mercadológica, de que temos uma variante que estipula o valor/custo de um aluno por ano, a taxa de um ser humano em números, é uma prova da ideologia capitalista de que tudo pode ser mercadoria. Ressaltamos neste ponto, que a crítica é com a concepção, não com a economia, compreendemos que deve ter uma média de investimentos, dos quais sejam tratados como necessários, não com o mínimo possível.

Marx (2017) começa a analisar o sistema capitalista pela sua forma mais simples, a mercadoria, utilizando a mesma metodologia, vamos analisar o financiamento escolar a partir da sua razão de existência, o aluno e aluna, lembrando que são tratados como

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25/02/2020.

produtos para o mercado de trabalho.

Em 2018, o investimento por aluno (a) foi de R\$ 3.048,73; enquanto que no ano de 2019 foi de R\$ 3.238,52¹⁷, analisando pelo último valor, faremos uma média por dia, ou seja, divididos pelos duzentos dias letivos, estipulados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996¹⁸, podemos intuir que o investimento feito foi de R\$ 16,19 por dia, uma sala com 30 alunos (número que pode variar), recebendo este valor inteiramente por aluno, chegaria à R\$ 485,70 por dia para cada sala, expandindo a conta para um mês, utilizando uma média de 18 dias letivos, os alunos de uma sala deveriam ter de investimento garantido para a escola R\$ 8.742,60 por mês.

Observando o último concurso disponível no município de Uberlândia¹⁹, no ano de 2019, o salário base do professor licenciado à nível de graduação, é de R\$ 2.065,10, por 20 horas aulas semanais, não entram neste valor os proventos adquiridos por possíveis pós-graduações feitas pelos professores. Ainda de acordo com os artigos da constituição citados, neles visam que o professor deve ter piso salarial garantido, que na data desta pesquisa estavam em R\$ 2.557,74, o que já demonstra uma defasagem de R\$ 492,04. Continuando neste edital, é possível ver as atribuições que um professor de educação infantil do 1º ao 5º ano devem desempenhar, são elas:

Ministrar aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os educandos, desde a Educação Infantil ao 9º Ano do Ensino Fundamental, observando as especificidades e exigências do cargo; Elaborar plano de aula, programas e planos de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola e do regimento escolar; Seguir as diretrizes político-pedagógicas da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as peculiaridades da unidade educativa, integrando-se à ação pedagógica, como coparticipe na elaboração e execução da mesma; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos educandos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, registrando frequência e avaliações nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, de acordo com o regimento escolar; Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica; Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros da mesma natureza, promovidos pelo Município; Realizar os planejamentos, registros

¹⁷ Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/12578-fnde-repassa-r\\$-3,1-bilh%C3%B5es-da-complementa%C3%A7%C3%A3o-da-uni%C3%A3o-ao-fundeb](https://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/12578-fnde-repassa-r$-3,1-bilh%C3%B5es-da-complementa%C3%A7%C3%A3o-da-uni%C3%A3o-ao-fundeb). Acesso em: 25/02/2020.

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25/02/2020

¹⁹ Disponível em: http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/22163.pdf. Acesso em: 25/02/2020

e relatórios necessários ao processo pedagógico; Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade; Observar e registrar o processo de desenvolvimento dos alunos, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem; Elaborar e organizar atividades com desenhos, pintura, de conversação ou canto, entre outras, a fim de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e social dos alunos; Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes, promovendo concursos, debates, dramatizações ou jogos para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua unidade escolar; Participar de eventos e cursos formação continuada; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional (EDITAL Nº 01/2019. Uberlândia/MG).

Estas atribuições específicas ao cargo citado, materializa toda a discussão até aqui levantada, do qual o profissional para além das suas aulas, devem participar de seminários e formações oferecidas pelo município, também organizar a burocracia demandada de sua sala, em uma carga horária de 20 horas semanais, sendo 16 em sala e outras 04 horas em cursos, orientações e formações continuadas. Também neste edital é possível ver quais são as habilitações e requisitos para investidura no cargo:

Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior, com habilitação específica em área própria; ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação nas séries iniciais da Educação Básica; ou conclusão até o final de 2007, em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, desde que tenham cursado com aproveitamento em Estrutura e Funcionamento da Educação Básica ou equivalente, Metodologia da Educação Infantil ou equivalente, Prática de Ensino-Estágio Supervisionado na Educação Básica, com carga horária mínima de 300 (trezentas) horas, de acordo com o disposto no art. 65 da Lei nº 9394 de 1996. O apostilamento da habilitação para o exercício do magistério deverá constar no verso do diploma (EDITAL Nº 01/2019. Uberlândia/MG).

Tem-se então quais são as exigências e atribuições do cargo e qual é a formação solicitada ao servidor para cumpri-las, estas por sua vez são de funcionários efetivos, concursados, com direitos garantidos na Lei Complementar nº 040 de 05 de outubro de

1992²⁰, aos contratados as exigências são basicamente as mesmas, o que muda são as garantias de estabilidade.

Por exemplo o contratado no município de Uberlândia está respaldado pela Lei nº 9626 de 22 de outubro de 2007²¹. Nesta lei além das exigências ao cargo serem semelhantes ao afetivo, o Art. 12 sobre as possíveis rescisões, diz:

O contrato firmado de acordo com esta Lei poderá ser rescindido, independente de aviso prévio ou quaisquer indenizações, antes do prazo previsto, nos casos de: I - interesse do contratante; II - falta do contratado, por mais de duas vezes, injustificadamente, em cada período de vigência do contrato; III - ausência de pagamentos devidos por parte da contratante; IV - falta de cumprimento de qualquer das obrigações elencadas no contrato; V - transferência ou cessão do contrato a terceiros, no todo ou em parte; VI - convocação de servidor aprovado em concurso público; VII - inaptidão física ou mental para o exercício das atribuições, por parte do contratado. (UBERLÂNDIA. Lei nº 9626. 2007).

Garante ao servidor ou servidora desistir do contrato por interesse próprio, o inciso II diz que se o (a) profissional venha a ausentar-se por mais de duas vezes, injustificadamente, seu contrato será rescindido, ou caso outro servidor aprovado em concurso público venha a tomar posse. Em relação aos atestados, os direitos dos contratados ficam garantidos, porém caso se afaste mais que 15 dias, será direcionado (a) ao INSS.

Art. 17 As licenças médicas para tratamento de saúde ou acidente de serviço serão concedidas com base em perícia médica, pelo prazo de até quinze dias, sendo que, a partir do décimo sexto dia, o contratado deverá requerê-la junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. (UBERLÂNDIA. Lei nº 9626. 2007).

Voltando ao exemplo de uma sala de aula de nível fundamental I (1º ano ao 5º ano) no município de Uberlândia, ela deve ter um docente regente e mais quatro professores que ministram aulas como “especialistas”²², (neste cálculo não estão inclusos os professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os de apoios), somando cinco responsáveis por uma sala, estes por sua vez tem várias outras turmas, mas para caráter explicativo,

²⁰ Disponível em: http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16872.pdf Acesso em: 04/03/2021.

²¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2007/963/9626/lei-ordinaria-n-9626-2007-dispoe-sobre-a-contratacao-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-do-municipio-de-uberlandia-e-revoga-o-art-11-da-lei-complementar-n-03-de-11-de-janeiro-de-1991-2014-12-19-versao-consolidada>. Acesso em: 04/03/2021.

²² Nome dado aos professores que ministram aulas de Literatura e Linguagens, Educação Física e Ensino Religioso.

tomemos como base apenas esta turma que estamos refletindo.

Utilizando a média salarial de R\$ 2.065,10, somados aos outros quatro, tem-se um custo de R\$ 10.325,50 por mês em cada sala, sem incluir outros custos, somente o salário base destes cinco profissionais, então se o investimento é feito por aluno/matricula a esta sala aqui desenhada, deve ser destinado R\$ 8.742,60 por mês, inserindo como gasto somente o salário dos profissionais a conta não fecha, o valor gasto por sala somente com os salários é de R\$ 10.325,50²³, mesmo com outros investimentos do governo, seja municipal, estadual ou federal, a relação de valor por matricula versus os gastos para manter os alunos e professores, é inferior ao que a realidade exige.

Realidade que o que foi comprovada por um relatório publicado pela OCDE elaborado em 2016²⁴, o Brasil investe mais em educação e menos por aluno do que a média dos países da OCDE, de acordo com o estudo "*Education at a Glance*" ("Educação em revista", na tradução livre do inglês), significa que professores brasileiros, em comparação aos profissionais de outras áreas com ensino superior no Brasil e também à professores de outros países, não são valorizados tanto financeiramente como em *status*, ou seja, o Brasil tem uma verba significativa para a Educação, mas esta verba não chega aos salários dos (as) professor (as), muito menos aos alunos, como demonstra a imagem 1, retirada do relatório, ficando na frente apenas da Colômbia e do México.

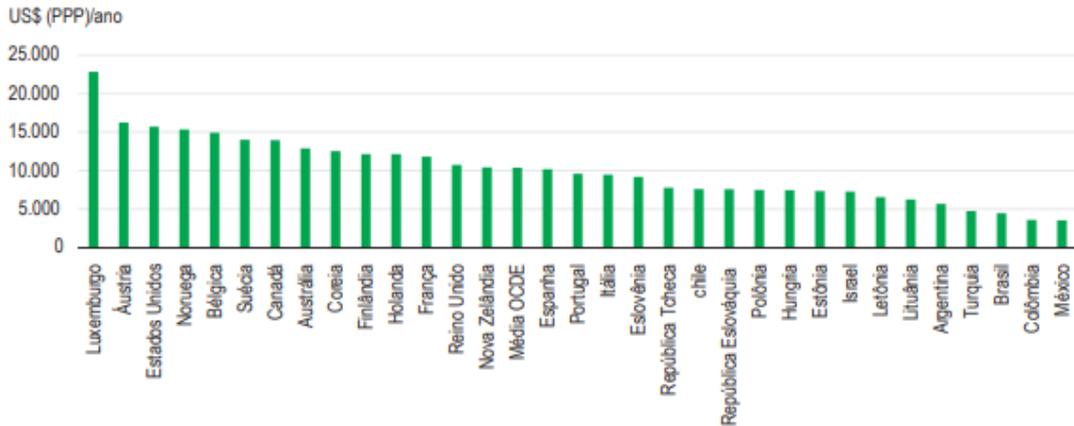
No Brasil, o gasto público em educação como percentual do produto interno bruto (PIB) é de 5,6%, maior do que a média dos países da OCDE (4,4%). O percentual brasileiro está abaixo apenas de países como Suécia (5,8%), Bélgica (5,7%), Islândia (5,7%), Finlândia (5,8%) e Noruega (7,2%). No entanto, apesar do percentual apresentado, o Brasil ainda está bem atrás desses países quando se observa o gasto por aluno nas instituições públicas de ensino. O gasto público por aluno nas instituições públicas dá uma noção do investimento em cada estudante e o Brasil apresenta um dos mais baixos entre os países membros e parceiros da OCDE. Conforme mostra o Gráfico 8, o gasto público brasileiro por aluno de instituições públicas do ensino fundamental ao superior, considerando todas as etapas de ensino, é aproximadamente de US\$ 4,500.00 anuais (PPP)³, muito abaixo da média dos países da OCDE (US\$ 10,400.00). Entre os países da América Latina no EAG 2019 que apresentam gastos por aluno em instituições públicas maiores do que o Brasil estão Argentina (US\$ 5,680) e Chile (US\$ 7,604.00) e os que apresentam

²³ Lembrando que neste simples cálculo, não foi considerado os profissionais de apoios, professores de AEE, e no cálculo de alunos, também não foi inserido as matrículas daqueles com deficiências ou transtornos, porque estes ao se matricularem na escola pública o gestor contará como duas matrículas para um aluno, se este valor for incluído no cálculo, poderia variar três ou quatro matrículas a mais.

²⁴ Disponível em: <http://undime.org.br/noticia/11-09-2019-14-54-investimento-por-aluno-no-brasil-esta-abaixo-da-media-dos-paises-desenvolvidos-diz-estudo-da-ocde>. Acesso em: 23/12/2020.

menores estão Colômbia (US\$ 3,594.00) e México (US\$ 3,550.00). (Brasília-DF, Inep/MEC. 2019).

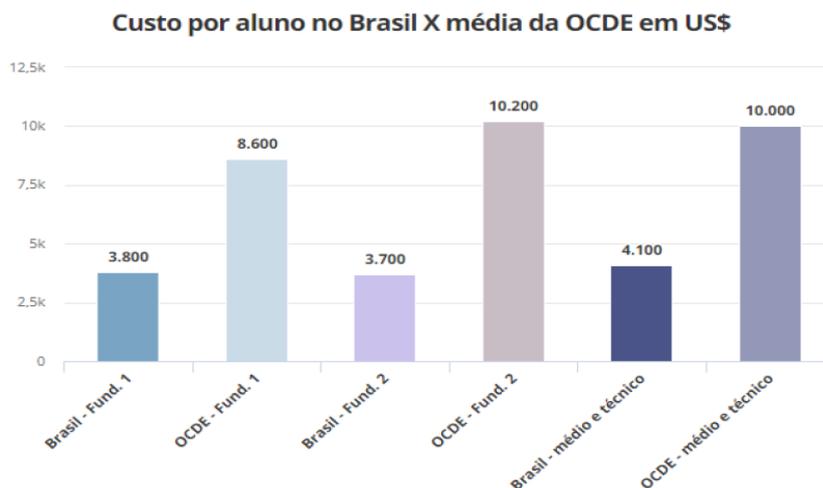
Imagem 01: Gasto por aluno nas instituições públicas brasileiras, do ensino fundamental ao superior (2016).



Fonte: Panorama da Educação destaques do Education At A Glance 2019

Este mesmo relatório comprova que o Brasil investiu em 2016, 4,2% do seu PIB (Produto Interno Bruto) em educação, nos níveis fundamental ao médio e médio técnico, um investimento maior que a média da OCDE que é de 3,2%, podemos perceber a contradição sobre o investimento por aluno, que segundo o próprio relatório afirma, comparado aos países desenvolvidos, a média investida por aluno no Brasil fica muito abaixo, vide imagem 02, temos um valor significativo para a Educação, mas que não chega onde deveria chegar.

Imagem 02: Custo por aluno no Brasil X Média da OCDE em US\$



Fonte: UNDIME/OCDE

Enquanto a média de investimento por aluno dos países desenvolvidos no ensino fundamental é de US\$ 8.600, no Brasil é de US\$ 3.800, ou seja, o investimento no Brasil em educação é maior que os países desenvolvidos, mas por aluno, é inferior a todos eles.

No cálculo que fizemos sobre uma sala da aula, utilizando apenas os docentes que estão em contato com os alunos, é confirmado que os investimentos na educação na prática são insuficientes, porque no valor total destinado à educação temos também o Plano Nacional do Livro Didático²⁵ (PNLD), as (os) Auxiliares de Serviços Gerais (ASGs), os Auxiliares administrativos, Secretários de Educação, Ministério da Educação e todos os envolvidos, construção e conservação das estruturas prediais das escolas, transporte escolar, alimentação de todos os envolvidos, sem contar aqui o ensino superior.

Podemos dizer que o problema da educação no Brasil, não é simplesmente falta de investimento necessário, como os dados mostram, é uma contradição entre a execução do investimento com a realidade, temos que ter todo o cuidado nesta afirmação, pois pode-se dizer que o problema se resolveria apenas melhorando a gestão financeira, o que levaria ao ideário neoliberal de que os recursos que poderiam ficar “a mais”, seriam melhor aproveitados, levando à uma maior economia para o Estado, quando é ao contrário, os recursos devem ser maiores, e devem ser rigorosamente de acordo com políticas públicas já instauradas de valorização do trabalho docente, acompanhando uma rígida política de fiscalização e exemplos de boas práticas de países que tem êxito na educação, encontrando estes pontos fulcrais onde as verbas ficam represadas e melhor redistribuindo as mesmas pelo país.

Tal contradição é resultado também da forma como as inclusões, tão necessárias dos alunos e alunas foram feitas, em uma configuração que não foi pensada para “sociedade em seu conjunto, mas em uma reduzida parte da mesma” (GENTILI, SILVA, 1997, p. 97). Defasagem salarial, profissionais historicamente degradados, proletarização, desvalorização da profissão e aumento da carga de trabalho, se consolida em variáveis que não conseguiremos focar todas aqui, por isso se justifica neste momento apenas a análise dos atestados, que iremos detalhar no próximo capítulo.

²⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 25/02/2020.

CAPÍTULO 2

2.1 METODOLOGIA

Concentramos as pesquisas na compreensão de problemas específicos, ao assegurar pelo método a sua validade, superando as barreiras que poderiam atrapalhar sua compreensão do todo, mas não uma compreensão básica pelo fato, e “sim uma série de extensas leituras e pesquisas sobre os assuntos envolvidos, ou seja, que para se evidenciar e compreender algo em sua totalidade, depois descrevê-lo em 200 páginas” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 42), o (a) pesquisador (a) deve se debruçar em vários outros livros e teorias, analisar outros pontos de vista, para no fim ousar uma teoria.

Por isso, para se concluir esta dissertação, foram analisados teses, dissertações e artigos, colhidos em sites oficiais de diversas regiões, acerca do tema geral, a “degradação dos profissionais da educação”, foram cerca de 150 trabalhos, utilizando palavras chaves como: Trabalho, docente e precarização, que nos conduziram à novas palavras chaves, como: Trabalho docente; Precarização do trabalho; Políticas educacionais; Reestruturação produtiva e Trabalho e educação, o que nos ajudou fazer um melhor recorte. Devido ao tempo de produção estar restrito à apenas 2 anos, nos concentramos na leitura de seus resumos e conclusões, o que nos direcionou a 7 trabalhos, que veremos no Capítulo II.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O TRABALHO DOCENTE

2.2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

Antes de nos debruçarmos nos dados, fizemos uma extenuante pesquisa acerca de temas relacionados ao nosso objeto nos principais sites de pesquisa. Partimos da concepção de Estado do Conhecimento, que busca entender como está sendo realizado e o que se tem concretizado sobre um determinado tema. A busca pela produção de pesquisas tem extrema relevância, pois possibilita a compreensão dos estudos de um campo. Então se define como Estado do Conhecimento a:

... identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática

específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo2 na monografia. (MOROSINI, FERNANDES, p. 155. 2014).

O Estado do Conhecimento vem colaborar para o pesquisador ter uma visão ampla de um determinado assunto, de como ele vem sendo tratado e estudado, onde pode-se analisar as metodologias envolvidas, os dados levantados, com esta visão ampliada podemos avançar mais no assunto abordado.

Nesse sentido, propomos realizar este estudo sobre a produção de pesquisas acerca do trabalho docente. Estabelecemos um recorte temporal que é o período de 2010 a 2019. Delimitado o recorte temporal deliberamos as fontes de pesquisas que são a base de dados online da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), base de dados do banco de teses e dissertações da Capes, no site da Scielo²⁶ (*Scientific Electronic Library Online*), que é uma biblioteca eletrônica que envolve várias coleções selecionadas de periódicos científicos brasileiros e na base de dados da Universidade Federal de Uberlândia²⁷.

A escolha destes sites se julgou necessário e se justifica pelo fato de serem confiáveis para tal fim, além de ser alvo de muitos pesquisadores no país. No decorrer da pesquisa, sentimos a necessidade de entender um pouco mais sobre causas, tratamentos e prevenções, por isso ao pesquisar artigos da saúde, nos deparamos com dois importantes sites que nós ajudaram, o Pumed²⁸ (*National Library of Medicine*) e o Bireme²⁹ (Biblioteca Virtual em Saúde), ambos são ferramentas de pesquisa para sistemas online de busca e análise de literatura médica (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), tanto nos Estados Unidos como no Brasil, estes por sua vez nos ajudou a compreender e interpretar os Cids.

Nestes sites encontramos mais de 150 trabalhos entre teses, dissertações e artigos, utilizando descritores como: Trabalho, docente e precarização, que nos conduziram à novos descritores, como: Trabalho docente, Precarização do trabalho, Políticas educacionais,

²⁶ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso: Acesso em: 28/09/2020.

²⁷ Disponível em: <https://www.bibliotecas.ufu.br/portal-da-pesquisa/bases-de-dados>: Acesso em 20/11/2020

²⁸ Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>. Acesso em: 15/01/2021

²⁹ Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IisScript=iah/iah.xis&base=MEDLINE&lang=p&form=F>. Acesso em: 15/01/2021

Reestruturação produtiva e Trabalho e educação, o que nos ajudou a reduzir a quantidade de trabalhos encontrados. Devido ao tempo de produção de uma dissertação, ser restrita a apenas dois anos, nos concentramos na leitura de seus resumos e conclusões, o que nos direcionou a 7 trabalhos, como descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Estado do Conhecimento

Título	Autor (a)	Orientador (a)	Ano de publicação	Tese dissertação	Local de Publicação	Link
Valorização do trabalho docente no plano de cargos e carreira de Uberlândia: a perspectiva dos profissionais da rede municipal de ensino.	Mariane Gomes Pereira	Profª Draª Lucia de Fátima Valente	2017	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20563
O Profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com alunos da educação especial	Silvia Maria Martins,	Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia.	2011	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação.	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95218
A saúde docente no contexto da política de valorização do magistério: o caso do município do Recife	Maria Luiza Maciel Mendes	Profª Draª Janete Maria Lins Azevedo	2007	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4596
A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica	AMANDA MOREIRA DA SILVA	Profª. Draª. Vânia Cardoso da Motta	2019	Tese	Universidade Federal do Rio de Janeiro	https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/articled/view/29380

privatista empresarial nas redes públicas brasileiras						
Trabalho docente: a precarização em debate	Geisa Carla Gonçalves Ferreira	Profª Draª Elione Maria Nogueira Diógenes	2017	Dissertação	Universidade Federal de Alagoas	http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2909
A precarização do trabalho das professoras da rede municipal de educação de Marília/SP	MARIA DO CARMO CAPPUTTI MAZZINI	Profª Draª Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo,	2017	Dissertação	Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília	https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150464
Desistência e resistência no trabalho docente: um estudo das professoras e professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de Curitiba	Andrea do Rocio Caldas Nunes	Orientador: Profª. Drª. Maria de Fátima Quintal de Freitas Co-orientadora: Profª Drª Acácia Zeneida Kuenzer	2007	Tese	Universidade Federal do Paraná	https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11017

Fonte: Produzido pelo autor com dados dos sites de pesquisa.

No primeiro trabalho aqui apresentado, uma dissertação com o título **“Valorização do trabalho docente no plano de cargos e carreira de Uberlândia: a perspectiva dos profissionais da rede municipal de ensino”**, apresentado pela Professora Mestre Mariane Gomes Pereira, defendido em 2017 na Universidade Federal de Uberlândia, já traz comprovações salutares para compreender o nosso objeto, o trabalho docente.

Este teve como objetivo geral pesquisar a valorização do trabalho docente, no município de Uberlândia desde o ano de 1988, analisou “os Planos de Cargos e Carreira (PCC) do município com o objetivo de compará-los, a partir das categorias centrais da pesquisa, quais sejam formação continuada, remuneração, carreira e condições de trabalho”. (PEREIRA. p. 9. 2017). A autora faz uma profunda pesquisa teórica qualitativa e quantitativa, com um questionário aplicado à 64 professores da rede e uma com pessoas que estavam envolvidos com a construção do PCC de 2014.

Com esse estudo, percebemos que no campo teórico há várias discussões acerca da valorização do trabalho docente contemplada nas políticas e programas atuais, por meio de propostas de uma digna remuneração, carga horária adequada e oferecimento de programas de formação inicial e continuada. Contudo, os estudos empíricos apontaram ações fragmentadas e que não repercutem diretamente nas condições de trabalho e carreira docente. Essas ações evidenciaram a falta de formação inicial e também continuada, a baixa atratividade da carreira docente, os baixos salários e a falta de condições de trabalho adequadas. Na realidade investigada nesse estudo, a partir da perspectiva dos professores da rede municipal de ensino, percebemos que há avanços e retrocessos, pois a formação continuada, da forma como se organizou, tem permitido a valorização do professor/professora; que a carreira foi pensada em prol do desenvolvimento dos profissionais e da instituição e aos poucos traz resultados, mas é necessário efetivá-la para que seja alcançada a valorização dos professores/professoras; e que a carga horária de trabalho pouco foi modificada, mas também permite valorizar esse profissional. A remuneração apresenta alguns retrocessos, acentuando a desvalorização do trabalho docente e as condições de trabalho pouco são tratadas no PCC. Os/as professores/professoras vivenciam a precarização do seu trabalho, o que resulta na sua desvalorização (PEREIRA. p. 9. 2017).

Na dissertação de Pereira, ela nos traz diversos olhares sobre a profissão docente e sua estruturação no município de Uberlândia a partir do ano de 1988, pós constituição, deveras um achado que contribuiu valorosamente para a nossa pesquisa. Suas conclusões nos direcionam para uma resposta sobre, como se dá a formação do trabalho docente pós constituição no município de Uberlândia, elas corroboram com nossas prerrogativas, de que a precarização docente de fato é uma realidade, e não é pensada de forma à humanizar e emancipar o cidadão, e sim em torná-lo uma ferramenta do capitalismo.

Em suas entrevistas e questionários, é notório que a presença feminina, o que também afirma a feminização do magistério aqui apresentada. Outros pontos muito importantes, são as condições do trabalho que levam ao adoecimento, objeto este que tratamos também nesta pesquisa, e que podem ser comprovados pelos dados por nós levantados, sobre os atestados protocolados, tanto por contratados como por efetivos.

No próximo trabalho analisado, uma dissertação com o título: **“O Profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com alunos da educação especial”**, de autoria de Maria Martins Silva, apresentado na Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina em 2011, analisa o trabalho do profissional de apoio na Regional Grande Florianópolis, que tem a prerrogativa de auxiliar as crianças da Educação Especial, estes profissionais no município de Uberlândia, também desenvolvem a mesma tarefa, sendo eles também parte da comunidade escolar, estão sujeitos às mesmas condições.

A autora utiliza de pesquisa qualitativa e quantitativa, com base em documentas nacionais e municipais, sobre as leis e diretrizes que norteiam esse trabalho, com entrevistas estruturadas e análises de discursos.

Os resultados encontrados também culminam na desvalorização do trabalho, sobrecarga laboral e na má formação dos profissionais, que tem como principal característica, a educação especial. Segundo relatos dos (as) entrevistados (as), a situação fica ainda mais preocupante, devido ao aumento das funções, a intensificação do trabalho, a especialização na qual os profissionais necessitam, não consegue atingir o seu objetivo.

A ausência dos aspectos pedagógicos no desenvolvimento das ações voltadas ao atendimento dos sujeitos da Educação Especial na Educação Básica foi fortemente demarcada pelos entrevistados. Uma auxiliar destaca que “a inclusão da forma como vem acontecendo focaliza exclusivamente a socialização, não os aspectos cognitivos” (Entrevistado 17, Florianópolis, 13/07/2010). (MARTINS. p. 112. 2011).

Essa fala denota um pensamento recorrente, os profissionais da educação especial com sua função essencial em uma escola, não atingem seu objetivo, o que leva à um engano na ideia de inclusão, colocando o (a) discente somente na sala de aula, sem o acompanhamento devido para um desenvolvimento pleno.

Em suas várias funções e a quantidade de discente, impossibilita tal trabalho. O que fazendo uma analogia na qual pedimos desculpas pelo termo utilizado, torna a criança em uma samambaia, um enfeite, está lá apenas para cumprir as políticas de inclusão, seu real objetivo de atingir níveis maiores de cognição, desenvolvimento motor fino e grosso, habilidades que lhe darão autonomia, não é executado, ficando apenas na socialização.

A autora finaliza concluindo que a degradação é visível, tanto profissional, quanto material, nas estruturas das escolas, e traz um ponto importante, “a não valorização do trabalho do profissional de apoio pelos demais funcionários da instituição que os tratam como se fossem os únicos responsáveis pelo sujeito da Educação Especial”, (p. 149), demonstrando uma atitude individualizada por parte dos envolvidos.

No terceiro trabalho de Maria Luiza Maciel Mendes com o título **“A Saúde docente no contexto da política de valorização do magistério: o caso do município de Recife”**, apresentado em 2007 ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como orientadora a Professora Doutora

Janete Maria Lins Azevedo.

Também evidenciando o adoecimento dos (as) docentes, o trabalho busca analisar as ações da Secretaria de Educação de Recife referentes aos mecanismos utilizados para amenizar as condições precárias do trabalho. É uma pesquisa que envolve uma metodologia qualitativa, com entrevistas e pesquisa documental. Em sua introdução a autora já deixa explícito que uma das maiores dificuldades da Secretaria em atingir resultados expressivos para solucionar as precariedades, são as políticas inconstantes, que se iniciam e terminam, devido a vários fatores.

Ela traz informações importantes de 2000 a 2005, como a da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), com pesquisas que reforçam as doenças psicológicas, fisiológicas e físicas, e em 2004 revelou que “30,4% dos professores e funcionários de escolas tiveram ou têm problemas de saúde, sendo que 22,06% necessitam de licenças, afastando-se temporariamente ou definitivamente do trabalho”, tendo como principais motivos de afastamentos as doenças físicas e/ou psicológicas, como “calos nas cordas vocais, problemas cardíacos e de coluna, varizes, irritações e alergias ao giz”, tais resultados reforçam ainda mais a importância dos dados por nós levantados. (MENDES, p. 21 2007).

Neste trabalho de autoria de Amanda Moreira Silva, que é uma tese com o título; **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**, apresentado no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Utilizando uma metodologia materialista histórica e dialética, sob um referencial teórico do Estado Ampliado, de Antonio Gramsci, a autora traz a tona uma pergunta que é um dos postos da compreensão do trabalho: “que elementos caracterizam as mudanças na precarização do trabalho docente nas redes públicas no século XXI?”.

A autora defende a tese de que para além das precarizações, o trabalhador da educação está sob uma “precarização de novo tipo”.

i) **precariado professoral** (um novo contingente do professorado, cujas relações de trabalho estão mais próximas do trabalho por tempo indeterminado e intermitente, modalidades que não param de se expandir); ii) **professorado**

estável-formal (professores concursados que passam por diversas formas de precarização) e iii) a busca dos setores privatistas empresariais pela (con)formação de um **professorado subjetivamente adaptado** (professores concursados que atuam em escolas com parcerias público-privadas buscando melhorar suas condições de trabalho). (SILVA, p. 323). (Grifos da autora).

Os termos citados pela autora podem ser visualizados na realidade Municipal de Uberlândia, pela quantidade de contratados existentes, dos quais não tem direitos como os efetivos, o que culmina em menos atestados, fato este comprovado pelo gráfico 1, onde em todos os anos pesquisados o número de atestados protocolados pelos contratados, são sempre menores que os dos efetivos.

Silva também traz um importante levantamento de dados sobre a porcentagem de professores temporários por unidade federativa, entre 2013, 2014 e 2015, incluindo professores tanto do Estado como dos Municípios, Minas Gerais que é o Estado onde Uberlândia se localiza, contou com mais de 50% de seus professores como contratados no ano de 2015, com taxas muito discrepantes dos anos anteriores que eram de menos de 20% em 2013 e 2014. (SILVA, p. 225). Em quase todas as unidades federativas a taxa de professores contratados em 2015 foram as maiores, destacando Alagoas, com mais de 80%.

Esta tese é rica em termos de referencial teórico, sobre o trabalho docente no século XXI, da qual a sua leitura nos trouxe importantes reflexões e bases para novos olhares. Ela culmina toda o pensamento até aqui estudado, o profissional da educação está a cada dia mais, se degradando, a lógica mercantilista, o neoliberalismo, contribuem significativamente para tornar o professor mais uma ferramenta para o capital.

O próximo trabalho, também uma dissertação apresentada em 2017 por Maria do Carmo Capputti Mazzini, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – Unesp/Marília, com o título **A Precarização do Trabalho das Professoras da Rede Municipal de Educação de Marília/SP**, tendo como orientadora a Professora Doutora Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, traz outra importante contribuição, com o olhar histórico e dialético, das implicações do processo de reestruturação produtiva à partir de 1970, ocorrida no Brasil, que culmina na então cidade de Marília.

Este trabalho por sua vez, contribuiu com nossas reflexões acerca de Uberlândia, pois

vislumbrou a precarização do unitário para o todo, ou seja, pretende contemplar uma visão do todo, da classe docente. Deixa claro a relação intrínseca do trabalho docente com o capital em sua forma de mercadoria, implantada por meio de políticas educacionais no decorrer do final do século passado (Sec. XX) para o atual século XXI, servindo tão somente aos interesses da entidade mercado, da economia e da divisão internacional do trabalho.

Corroborou com a nossa reflexão da racionalização da gestão e produção de trabalho docente nas escolas, de cunho empresarial. Que implica em estrangulamento de uma modalidade que requer tempo e paciência para se efetivar, pois a educação não segue o tempo de produção fabril.

Com este propósito, detectamos as seguintes determinantes estruturais (objetivas) no interior do contexto atual: a) baixos salários praticados impelindo a categoria a buscar a segunda jornada de trabalho; b) relações flexíveis de trabalho, desprestígio profissional inscrito na ausência de uma política municipal de valorização do magistério (categoria sem plano de carreira em pleno ano de 2016; sem incentivo à qualificação, à pesquisa; sem política salarial; com modalidades precárias de contrato de trabalho – vide a segunda jornada por Substituição e a contratação de professores temporários - convivendo lado a lado com os servidores efetivos e com Jornada Especial); c) mudanças ocorridas na carreira com a retirada de direitos (lembremo-nos da extinta Carga Suplementar e da atual ofensiva inserida na Lei 7.904 de 17/12/2015 que modifica a Lei da Jornada Especial proibindo, entre outras coisas, Licenças Médicas e ampliando para trinta dias o prazo para o início da segunda jornada regulamentada ou, se preferirem, ampliando por trinta dias o período de trabalho em condições precárias, etc.); d) intensificação do trabalho por meio da burocratização e multiplicação de tarefas e flexibilização de funções com atribuições atípicas ou correlatas ao magistério. (MAZZINI, p. 135).

Tais conclusões apenas reforçam nossa compreensão sobre o trabalho docente, que está sem sombra de dúvida se precarizando a cada ano, à medida que o sistema capitalista, avança sobre a lógica da educação, o docente se torna ainda mais um mero coadjuvante nesse maquinário. A autora finaliza concluindo que tais medidas são inscritas na subjetividade docente, fazendo com que o docente assuma responsabilidades das quais ele não tem condições físicas e materiais para concluir.

Os outros dois trabalhos de Geisa Carla Gonçalves Ferreira e Andrea do Rocio Caldas Nunes, sendo uma dissertação e uma tese respectivamente, vem somar as mesmas compreensões dos trabalhos anteriores, o aparato da reestruturação do trabalho a partir da década de 1970, com as ondas Taylorista, Fordista, Toyotista, a lógica racionalista, está transformando a educação brasileira em um negócio lucrativo, apenas para o capital, estas

ideologias e contradições culminam no que observamos na atualidade, professores cansados, com várias funções, sentindo-se o responsável pela educação como um tudo, trabalho estressante, falta de condições materiais, e por fim resultados fisiológicos, ou seja, professores doentes e precarizados. Para comprovar que os professores adoecem em decorrência do trabalho, objetivamos analisar os atestados protocolados por eles e elas, como o próximo tópico vem elencar.

2.3 PROBLEMATIZANDO OS DADOS COLETADOS

Compreendendo que uma pesquisa nas ciências humanas não está isenta de percepções e influências do pesquisador, mas que as mesmas devem ser testadas e atestadas por dados reais, ou seja, as fontes primárias.

No desenvolvimento desta pesquisa, iniciamos uma análise ao primeiro momento, quantitativa e após qualitativa, buscando dados na Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), na Diretoria de Gestão de Pessoas, órgão responsável pelo recebimento e acompanhamento do funcionário público.

Segundo Lacaz (2007), ao analisar os campos metodológicos da medicina ocupacional, baseada no positivismo, ficou evidente seus limites em compreender a complexa rede de causas e efeitos, pois entendem a saúde do trabalhador de uma forma cartesiana, originada nas concepções Tayloristas, da qual o corpo humano é como uma máquina, com engrenagens, partes móveis que se desgastam e podem ser restauradas com um tempo de descanso, sempre pensando nos limites que essa máquina tem e como podem ser melhor aproveitadas, no qual podemos testa-lo até o seu máximo, aumentando de forma impositiva ou passiva a quantidade de trabalho.

Os limites epistemológicos dessa abordagem fazem com que à Saúde Ocupacional escape possibilidade de considerar e apreender outras relações, como aquelas configuradas pela organização-divisão do trabalho: o ritmo; a duração da jornada; o trabalho em turnos; a hierarquia; a fragmentação/conteúdo das tarefas; o controle da produtividade, cujas consequências para a saúde expressam-se como doenças crônico-degenerativas e distúrbios mentais dos coletivos de trabalhadores. Nesse contexto, a Saúde Ocupacional pouco tem para contribuir, já que atua sobre indivíduos, privilegiando o diagnóstico e o tratamento dos problemas de natureza orgânica, a partir da visão empirista e positivista trazida da clínica. (LACAZ, 2007, p. 759).

A professora ou professor “que não são máquinas”, são condicionados à ambientes

de extrema tensão e estresse. É de conhecimento comum entre os gestores, professores e professoras do sistema de ensino público dos anos iniciais e finais, que as condições de trabalho, sejam subjetivas ou materiais, como falta de equipamentos de escritório, falta de materiais de trabalhos pedagógicos, falta de apoio humano, como auxílio em sala, falta de infraestrutura, como iluminação, mesas e cadeiras escolares em bom estado, ventilação, entre outros, que são essenciais ao trabalho, estão sucateados ou inexistem, não somente por falta do Estado, que em diversos casos é real, mas também por depredação feita por agentes externos ou internos, das quais traz outro agravante, a disciplina, que não é foco desta pesquisa, mas cabe uma reflexão.

É necessário um parêntese neste ponto para falar da disciplina em sala. Os alunos e alunas da rede pública de ensino são filhos dos trabalhadores e trabalhadoras que são empurrados, em sua maioria, para as periferias. Na cidade de Uberlândia não é diferente, como já discorrido, ela cresceu de forma rápida e criou uma enorme cadeia de bairros periféricos, nestes os níveis de pobreza e criminalidade são maiores, como afirma Santos (2014), como estrupo de vulneráveis, condições familiares em colapso, o machismo estrutural, conflitos entre vizinhos, uma lista sem fim onde as crianças são criadas envoltos de tal realidade, o pauperismo em diversos pontos chega ao extremo.

Tal realidade que é complexa, que sua resolução transcende os limites das próprias Leis promulgadas e propostas elaboradas, é o solo no qual as crianças são criadas e passam maior parte do tempo, absorvem tudo na sua vida, a sala de aula é um dos locais no qual esta realidade se materializa ou se repete. Ela é o espaço onde o (a) docente as condições de trabalho degradadas, ou seja, para além das condições do trabalho, o (a) profissional da educação lida com os reflexos do sistema econômico da sua região, quiçá do estado ou país, fecha se parênteses.

O professor e professora se vendo em situações de risco de desemprego, no caso dos contratados, ou aqueles que o fazem mil e uma funções para manter o sistema escolar em funcionamento, aceitam trabalhos dos quais não são da sua alçada, que no decorrer da sua vida laboral trará comorbidades que se acumulam.

O corpo humano não é uma máquina, mas sim passível das influências sociais, culturais e econômicas que estão a sua volta, a concepção positivista, do qual vislumbra uma

realidade cartesiana, olha para as doenças humanas de forma separada do seu contexto geral, analisando apenas as partes e não seu todo.

Tal limite epistemológico impede que a Saúde Ocupacional considere e opere sobre nexos mais complexos, pouco contribuindo na compreensão da causalidade das doenças relacionadas ao trabalho, especialmente as cárdio-vasculares, psicossomáticas e mentais, características do adoecimento pelo trabalho hoje. (LACAZ, 2007, p. 759).

Tais limites e reflexões, reforçaram a escolha das nossas fontes, os atestados protocolados pelos professores, funcionários públicos municipais, sob um olhar mais amplo, pois se entende que o trabalhador sem condições de se manter saudável no trabalho, pode buscar a medicina para atenuar ou medicar a doença, ou que no auge do seu estrangulamento, se torna uma forma de escape para aliviar a tensão. Não temos intenção de adentrar no campo da medicina, e sim levantar uma fonte que dê sustento a premissa de que as novas formas de trabalho, precarização, flexibilização e o aumento na carga de trabalho na vida cotidiana dos docentes, que prejudica e intensifica as más condições de trabalho, se consolidam em afastamentos. Agora passamos para os dados concretos.

2.3.1 FILTRAGEM DAS FONTES PRIMÁRIAS

As solicitações de dados sobre os atestados foram protocoladas no processo de nº 9663/2020 junto a PMU no dia 20/03/2020, sendo os mesmos enviados pela Diretoria de Gestão de Pessoa/SMA no dia 14/04/2020.

Neste documento em formato *Excel*, tem-se informações de todos os afastamentos de professores contratados e efetivos da rede municipal, entre o período de 2008 a 2019, as informações são de: tipos de atestados (Acidente de trabalho – trajeto; LTS (Atestado Médico); Maternidade; INSS; Licença para manutenção de órtese e prótese; Licença por aborto; óbito e paternidade). Nota-se no documento que o registro de atestados começou a ser efetivado em 2008, pois como será visto, os números começam a aumentar na passagem dos anos, o que pode demonstrar um aumento no rigor e/ou na preocupação destes casos.

Todas são tratadas por códigos, como: *cd_doenca_cid* é “código da doença cid”; *cd_grupo_doenca* é “código do grupo da doença”; *cd_intervalo_inicio* é “código de intervalo e início”; *cd_grande_doenca* é “código grande de doença”; *cd_cid* é “código do cid”, ao

recortar os dados para melhor compreensão, filtramos em grupos de doenças e a data de início dos atestados.

Pensando na ética e no comprometimento, com o respeito e a segurança dos profissionais, a Diretoria de Gestão de Pessoas da PMU, substituiu os nomes dos servidores por códigos como “Serv. 0000”. Vale salientar que conforme os dados nos mostram, vários servidores emitiram mais de um atestado no mesmo mês ou em outras épocas, que demonstra que a incidência do caso é recorrente, tivemos também informações duplicadas que foram encontradas durante as análises, muitas delas foram desconsideradas, mas pensando em margens de erro, não foram o suficiente para desqualificar ou desconsiderar os dados.

Nossos cálculos em primeiro momento foram feitos olhando os números totais, dentro deste total, estão casos que são relativos ao trabalho e outros não, nos relativos ao trabalho, existem os pontuais, protocolados esporadicamente e aqueles com maior frequência, a sua recorrência pode nos mostrar que o caso ainda não foi solucionado e não é isolado. Uma análise mais detalhada, por exemplo como uma entrevista, requeria um tempo maior, que infelizmente no período da escrita desta dissertação, as condições mundiais desencadeadas pelo Corona vírus, não nos permitiram. O total de atestados foram de 98.335, durante estes 12 anos, como demonstra o Gráfico 1.

Na primeira análise já constatamos que o pico foi em 2015, com 10,821 atestados, sendo 1,095 protocolados pelos contratados e 9.726 pelos efetivos. Para definir comparações, observamos a quantidade de docentes em sala de aula, que segundo o IBGE³⁰ (2015), na Educação Infantil tínhamos 679 docentes em creches, 852 na pré-escola, no Ensino Fundamental tínhamos 1,362 nos iniciais e 744 nos anos finais, totalizando 3,637 docentes atuantes em 2015 (gráfico 3), somente nas escolas do município.

Comparando a quantidade de professores com a quantidade de atestados, temos uma média de aproximadamente 2,97 atestados por professor durante este ano de 2015. Entre estes atestados estão várias razões, das quais vamos detalhar um pouco mais.

30

Disponível

em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/pesquisa/13/5902?indicador=77997&ano=2015>. Acesso em 06/01/2021.

Existem vários códigos para todas as enfermidades, indisposições ou afastamento para tratamentos rotineiros, nos quais estão cadastrados na Classificação Internacional de Doenças (CID), nas faixas 09 e 10, desde a afastamentos por gravidez à afastamentos por doenças como dengue, labirintite, doenças psicológicas dentre outras, para compreender melhor os dados, foi feito outro recorte naqueles que tem relação com o desgaste laboral, relacionados à docência.

Com esta nova filtragem o número de atestados, ligados ao trabalho, protocolados na Prefeitura Municipal de Uberlândia, contabilizou em 27.580, número ainda expressivo, que comparado à quantidade de profissionais por ano, chegaram a ser até 92,72% em 2016, de acordo com o gráfico 3³¹.

A partir destas análises iniciais dos dados, é notório que os profissionais efetivos são os que mais emitem atestados, o que pode comprovar duas condições, uma por parte dos efetivos, é a segurança pela qual o cargo oferece, como Silva (2017) confirma, os direitos adquiridos lhes dão essa segurança, ao contrário dos contratados, que não possuem uma segurança jurídica.

Estes profissionais sob esta forma de contratação, por sua vez, “estão aumentando em grande quantidade em todo o território brasileiro” (Ibidem, 2017). Por isso trabalhamos com a hipótese de que se vendo em eminente perca de trabalho, o professor e professora contratado (a), é inibido de buscar um auxílio médico, tal condição nos leva a ponderar sobre uma possível divergência entre a emissão dos atestados e a realidade dos mesmos, tal fato pode subnotificar uma realidade que requer mais pesquisas no futuro.

Sobre os dados coletados, uma pesquisa feita em 2010 na cidade de São Paulo pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) apresentou o objetivo de traçar um panorama da saúde dos professores da rede pública estadual, que revelou os seguintes números:

Os dados apontaram que mais de 40,0% dos docentes apresentaram, em ano anterior à pesquisa (2009), comprometimentos quanto à sua saúde mental, sendo as principais queixas a depressão (29,0%) e a ansiedade (23,0%). Segundo Oliveira e Leite (2012), esse resultado coloca as doenças mentais como as maiores

³¹ Vale ressaltar que este dado é a razão entre atestados protocolados e a quantidade de professores.

responsáveis por afastamento médico de docentes (COSTA, SILVA, 2019, p. 02).

Partindo das conclusões dessa pesquisa e do estado do conhecimento, podemos iniciar por estes casos, vamos analisar os dados em duas linhas, primeiro, aqueles referentes às condições psicológicas/psíquicas, como a depressão, a ansiedade, que estão associadas ao trabalho, segundo as doenças fisiológicas, como dores musculo esqueléticos, todos referenciados aos CIDs.

As doenças ligadas ao psicológico são:

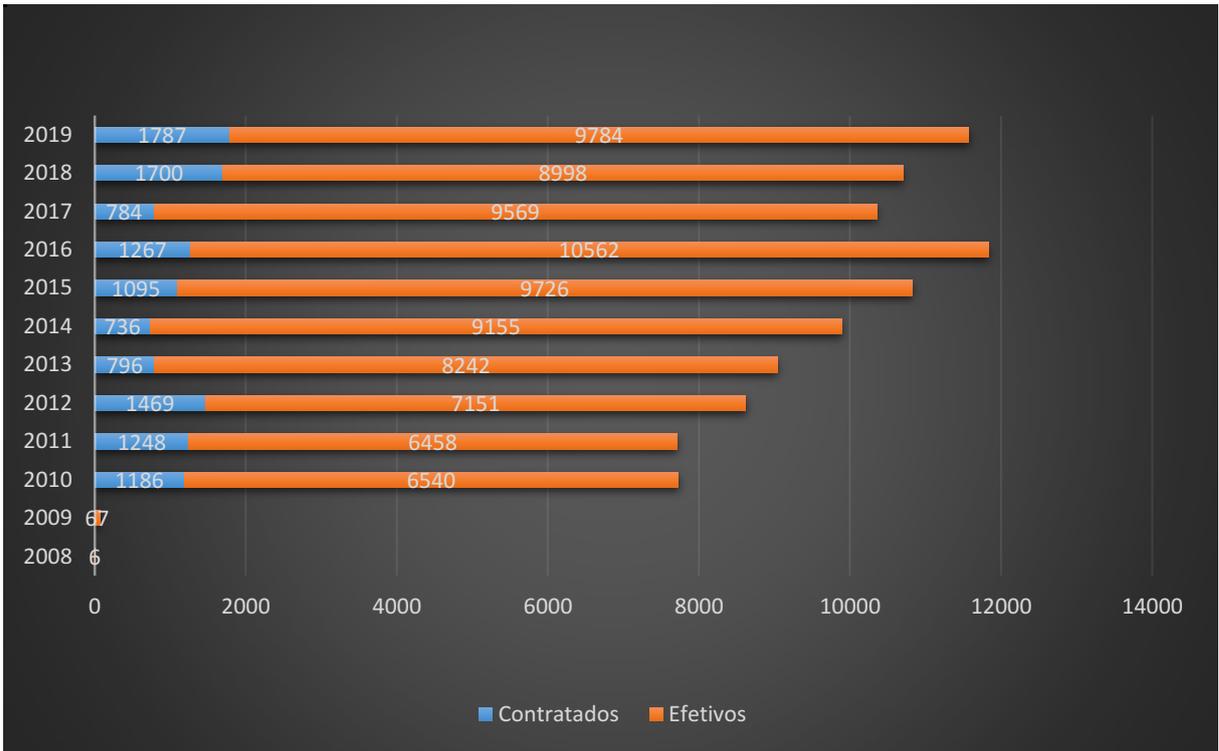
F32. Episódios depressivos; F32.0, Episódio depressivo leve; F32.1 Episódio depressivo moderado; F32.2 Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos; F32.3 Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos; F32.8 Outros episódios depressivos; F32.9 Episódio depressivo não especificado; F41 Outros transtornos ansiosos; F41.0 Transtorno de pânico (ansiedade paroxística episódica); F41.1 Ansiedade generalizada; F41.2 Transtorno misto ansioso e depressivo; F41.3 Outros transtornos ansiosos mistos; F41.8 Outros transtornos ansiosos especificados; F41.9 Transtorno ansioso não especificado. (CID. 2020).

2.3.2 ANÁLISE ENPÍRICA DAS FONTES PRIMÁRIAS.

As doenças físicas são atribuídas ao Cid J38, doenças das cordas vocais e da laringe (calos nas cordas vocais), dor Lombar M54 Dorsalgia, I83 varizes. Todas as doenças, lesões e síndromes que afetam o sistema músculo esquelético, causadas, mantidas ou agravadas pelo trabalho (CID-10 G50-59, G90-99, M00-99).

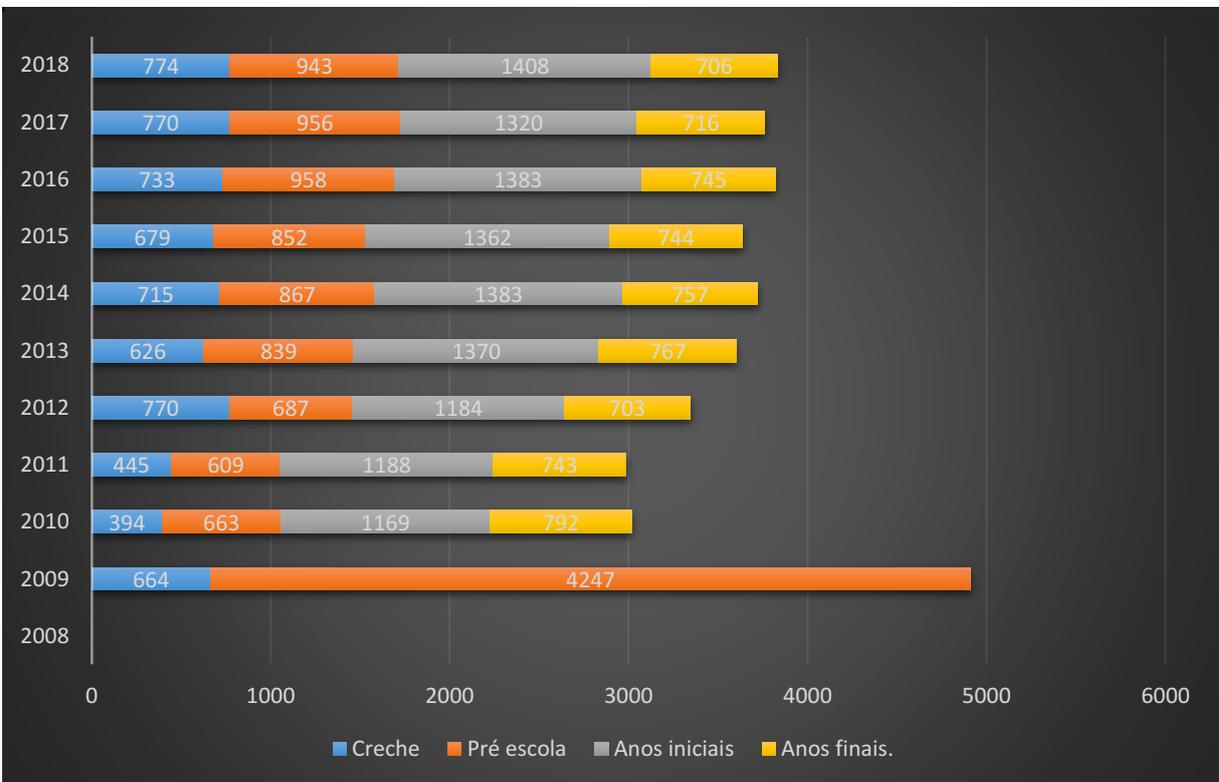
Iniciamos a análise pela filtragem dos Cids F32, F32.1, F32.2, F32.3, F38.8, F32.9, F41, F41.0, F41.1, F41.2, F41.3, F41.8, F41.9, relacionado à depressão e doenças psíquicas, transtornos ansiosos, transtorno misto ansioso e depressivo. As seleções dos dados foram da seguinte forma, filtramos pelo Cid (CD Grupo Doença) e por data de início, não foram contabilizadas as datas finais, ou seja, de término dos atestados. Ressaltados que todos os dados foram coletados da da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Uberlândia. DGP/PMU.

Gráfico 1: Atestados protocolados por funcionários efetivos e contratados (2008/2019)

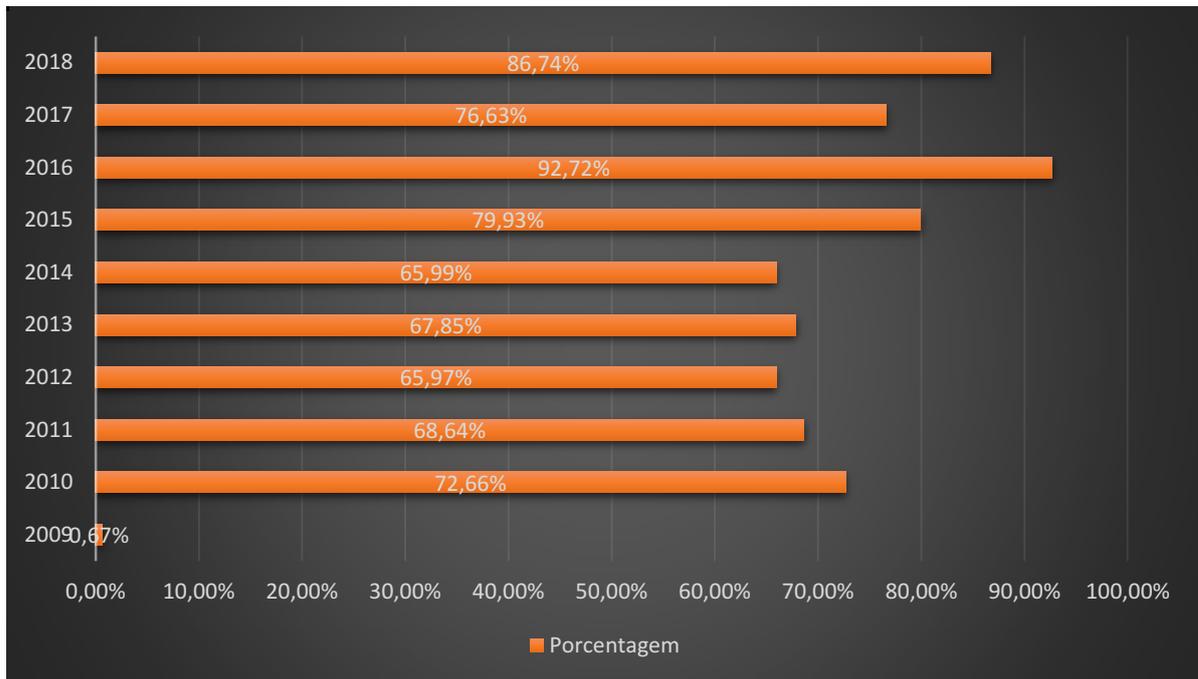


Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Gráfico 2: Números de professores por ano.



Fonte: autoria própria (Dados compilado do site IBGE).

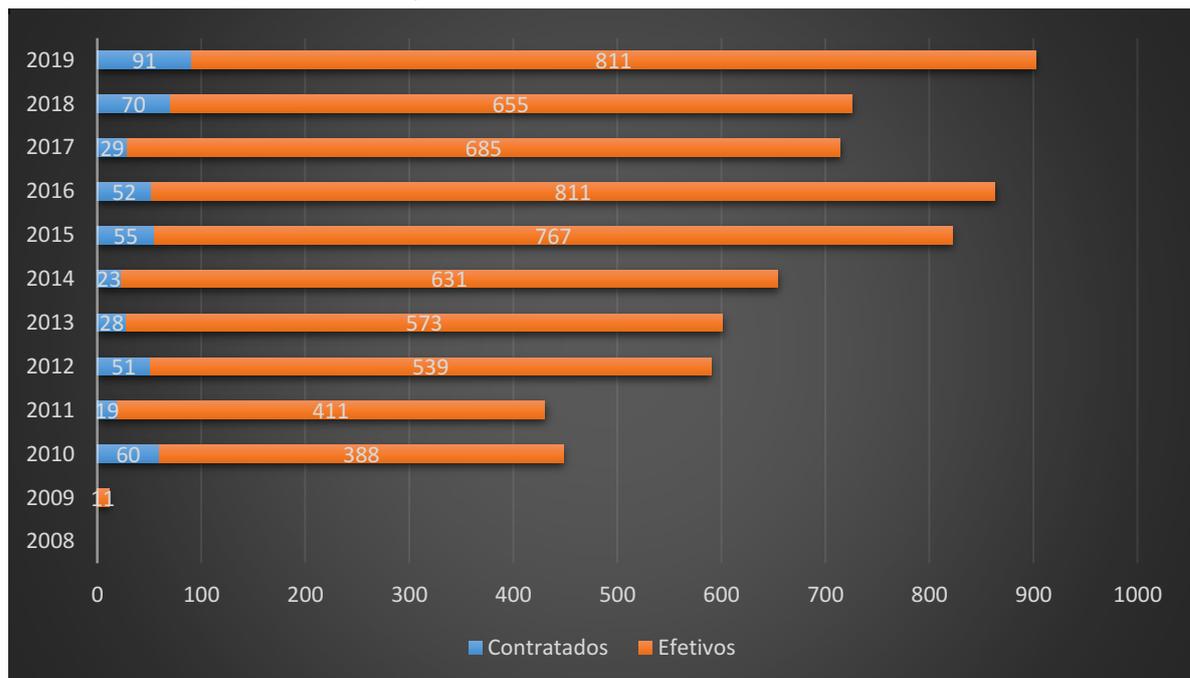
Gráfico 3: Razão entre atestados e professores por ano

Fonte: autoria própria (Dados compilado da PMU e site IBGE).

2.3.2 AFASTAMENTOS POR DEPRESSÃO E ANSIEDADE

Passamos agora para uma análise mais detalhada das Cid, visando um olhar mais rigoroso.

Gráfico 4: Afastamentos por Depressão (F32, F32.1, F32.2, F32.3, F38.8, F32.9, F41, F41.0, F41.1, F41.2, F41.3, F41.8, F41.9)



Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Entre os contratados e os efetivos houve um total de 6,760 atestados, sendo 478 atestados protocolados por contratados e 6,282 por efetivos entre 2009 a 2019, novamente é notório o maior número de atestados protocolados pelos efetivos, outro ponto que está se repetindo, é o índice em 2015 e agora 2019, que em todos os dados foram os anos que mais se intensificaram os atestados e também a quantidade de professore contratados.

Como os dados do gráfico 4 mostram, tivemos uma média de 676 atestados por ano. Utilizando o ano de 2015 novamente como referência (gráfico 2), tínhamos 3.637 docentes atuando, com 822 atestados, sendo 55 por contratados e 767 por efetivos, comparado ao número de docentes tivemos uma média de 22,6% dos professores com doenças relacionadas aos transtornos psíquicos, somente no ano de 2015.

Em 2018 que é o último levantamento de dados do IBGE, tínhamos 4.455 docentes atuando, neste ano foram protocolados 725 atestados, contabilizando 16,27% de professoras e professores com Cids F32, F32.1, F32.2, F32.3, F38.8, F32.9, F41, F41.0, F41.1, F41.2, F41.3, F41.8, F41.9.

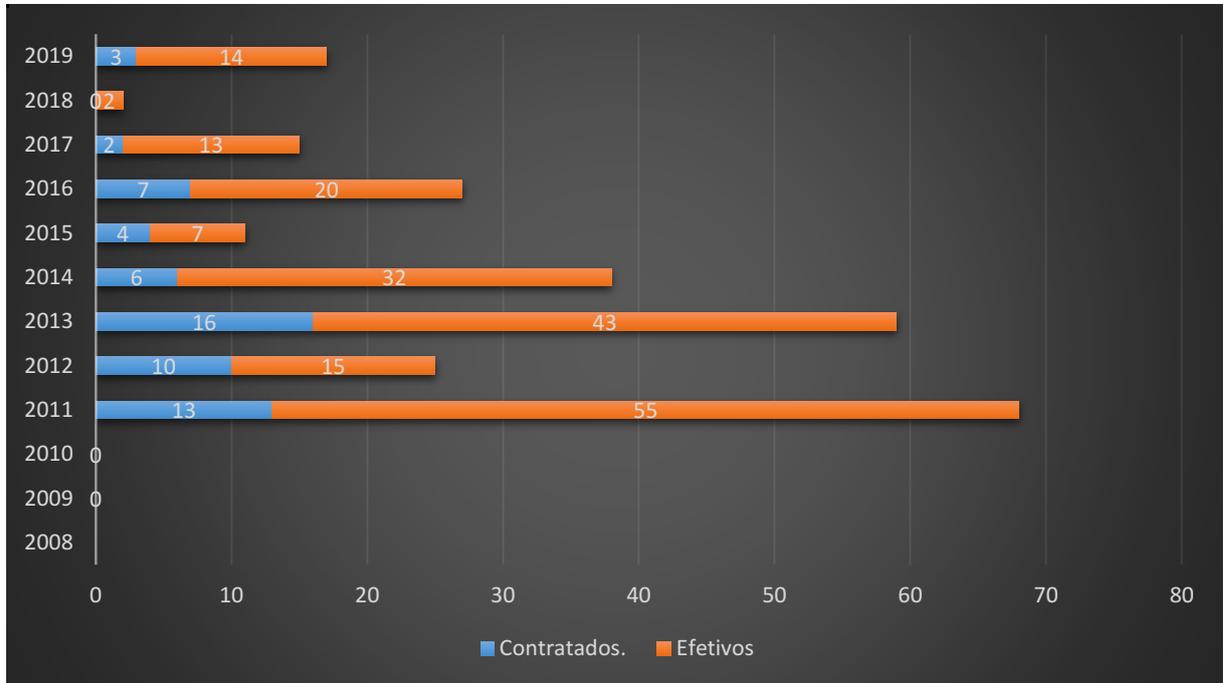
A depressão entre os professores e professoras é objeto de várias pesquisas como mostra Costa e Silva (2019), tais pesquisas como mencionado, tem o rigor positivista, no qual traz comparações de dados de forma a dissecar o objeto, as pesquisas nos mostram os números, e possíveis saídas com políticas públicas, que são importantes, mas ficam resignadas aos algoritmos.

Costa e Silva (2019) também nos mostra que a relação de doenças psicológicas são fatores que podem culminar em doenças físicas, pensando nessa afirmação, já entramos nos dados referentes a estas doenças.

Sendo a primeira delas, na principal forma de mediação entre professores e alunos, a voz.

2.3.3 DOENÇAS NAS CORDAS VOCAIS

Gráfico 5: Afastamentos por calos nas cordas vocais.



Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Os dados nos mostram que os professores emitiram 272 atestados por J38 durante estes 10 anos, sendo o maior pico em 2011.

Essa doença relacionada aos professores e professoras, é sobre a sua principal forma de interação com seus alunos e alunas, a voz. Conhecida como “calos nas cordas vocais”, a sua origem é o constante uso da voz em sala de aulas, o (a) docente frequentemente requer um tom mais alto, para sobrepor aos dos alunos. Caso a sala seja de crianças com pouca disciplina, que são diversos os casos, o docente utilizará a voz com mais constância.

Conhecido pelos especialistas como disfonia³², é uma alteração no tom da voz, que tem causas nos desgastes das cordas vocais, gerando nódulos ou desgastes, daí o nome de “calos nas cordas vocais”. Ela pode ser classificada em quatro graus de intensidade:

³² Artigo de revisão – *Work-related voice disorder*. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/bjorl/v81n2/pt_1808-8694-bjorl-81-02-00202.pdf. Acesso em 14/01/2021.

1. grau leve – disфонia eventual ou quase imperceptível; o trabalhador consegue desempenhar suas atividades vocais habituais com mínima dificuldade, rara fadiga e sem interrupções; 2. grau moderado – disфонia percebida continuamente; a voz é audível, com oscilações; o trabalhador consegue desempenhar suas atividades vocais habituais, com percepção (por si próprio e/ou por ouvintes) de esforço, falhas, fadiga eventual a frequente e necessidade de interrupções; 3. grau intenso – disфонia constante; a voz torna-se pouco audível; o trabalhador não consegue desempenhar suas atividades, ou o faz com grande esforço, intensa fadiga e com grandes interrupções; 4. grau extremo ou afonia – é a “quase ausência” ou “total ausência” de voz; a voz torna-se inaudível, exigindo escrita ou mímica para que a pessoa se faça entender; o trabalhador não consegue desempenhar suas atividades. (Przysiezny PE, Przysiezny, p. 203. 2014).

Como é demonstrado, a disфонia pode ser tanto moderada ou grave, de acordo com Przysiezny PE, Przysiezny (2014), o DVRT (Distúrbio de voz relacionado ao trabalho), pode levar o trabalhador a afastamentos prolongados do trabalho, ou incapacidade laboral.

Os sintomas podem ser cansaço ao falar, rouquidão, a garganta ou a boca seca, perda ou falha de voz, dores na garganta, dentre outros. Os sintomas podem aparecer tardiamente, como os autores registram, os professores notam tais sintomas em média, após 14 anos de trabalho. (Przysiezny PE, Przysiezny, 2014).

Os fatores de risco podem estar ligados à “não ocupacional”, aqueles que tem origem fora do trabalho, e ocupacional, aqueles que estão diretamente ligados ao trabalho. Sendo os de não ocupacional:

... idade, sexo feminino, uso vocal inapropriado ou excessivo (prolongado), atividades extraprofissionais com alta demanda vocal (lazer ou dupla jornada), alergias respiratórias, doenças de vias aéreas superiores, influências hormonais, medicações, etilismo, tabagismo, falta de hidratação, estresse, refluxo gastroesofágico e outros. (Przysiezny PE, Przysiezny, p. 204. 2014).

Já os ocupacionais são:

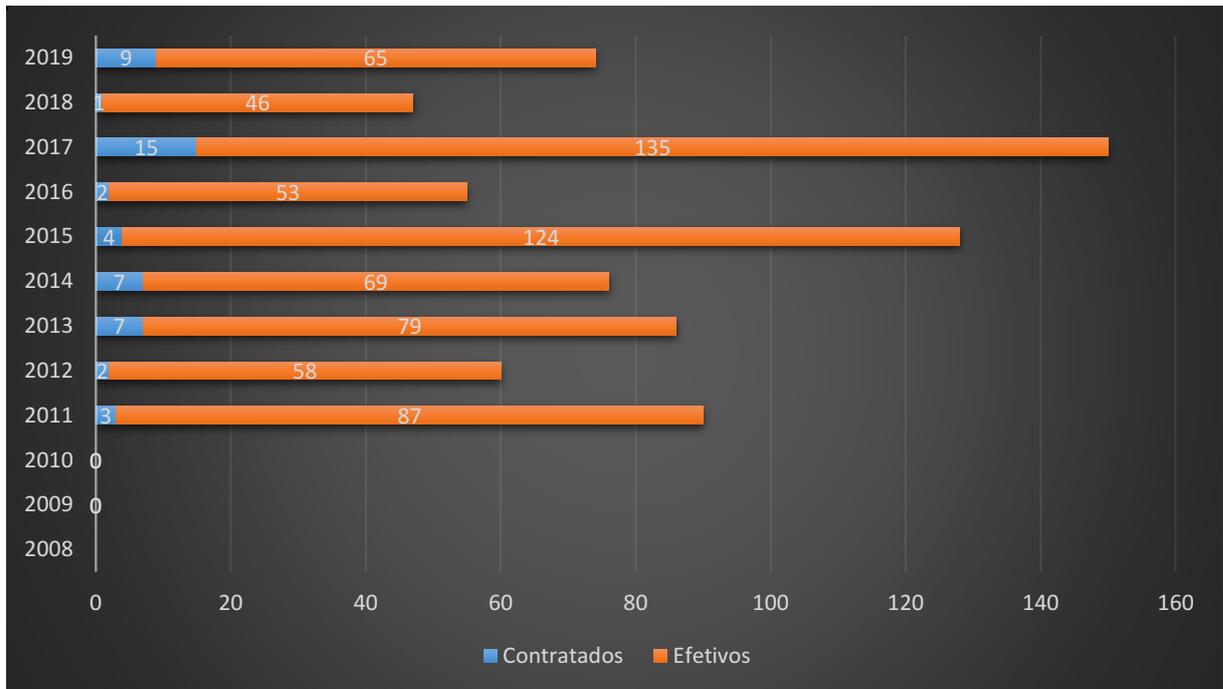
Organizacionais do processo de trabalho (da natureza de organização do processo de trabalho): jornada de trabalho prolongada, sobrecarga, acúmulo de atividades ou de funções, demanda vocal excessiva, ausência de pausas e de locais de descanso durante a jornada, falta de autonomia, ritmo de trabalho estressante (pressão para o cumprimento de metas), insatisfação com o trabalho ou com a remuneração. (Ibdem).

Como podemos notar os fatores ocupacionais, são diretamente ligados ao cotidiano escolar, como já mencionado, os prolongamentos do trabalho, com dois cargos, sem contar a vida tripla ou quadrupla que uma professora ou professor, pensando no gênero feminino,

que sofre mais por ficar em pé, uma das doenças frequentes são as varizes.

2.3.4 VARIZES

Gráfico 6: Afastamento por Varizes



Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

As varizes embora são incidentes em ambos os gêneros, no caso feminino ela é maior, acometendo nas escolas as docentes devido a postura, o tempo que ficam em pé, tanto no trabalho como em casa.

No que tange às patologias relacionadas ao trabalho, a insuficiência venosa crônica (IVC) de membros inferiores, principal distúrbio responsável pelo aparecimento dos sinais varicosos, acomete até 80% da população mundial nos casos de grau mais leve, de 20 a 64% em grau intermediário e até 9% nos casos mais graves. Geralmente, suas causas relacionam-se com alguns hábitos de vida, como a postura e o tempo que as pessoas permanecem em pé (ortostase) no ambiente laboral. (LIMA, p. 590. 2019).

Uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)³³, sobre as varizes de membros inferiores resultaram em 42.899 concessões de auxílio-doença entre janeiro e dezembro de 2016, tal comorbidade resulta para além dos transtornos pessoais, gastos

³³ Instituto Nacional do Seguro Social. Demanda de auxílio-doença para o ano de 2016. Brasília: INSS; 2018.

imensos ao estado brasileiro, que poderiam ser diminuídos com políticas preventivas.

Na PMU, foram constatados 828 atestados durante o período estudado, como mostra o Gráfico 6, sendo 51 protocolados por contratado e 777 por efetivos, média de 75 atestados por ano.

Os próximos dados analisados são os com maior incidência e os últimos filtrados, Ler/Dort, (lesões por esforços repetitivos (LER); distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT)).

2.3.5 LER/DORT

Esta síndrome é definida pelos códigos G50 a G59; G90 a G99 e M00 a M99, de acordo com o Cid. Ela acomete trabalhadores e trabalhadoras, que desempenham suas funções por um longo período, como o ato de escrever em quadro, que as professoras e professores desempenham, como também a caminhada em salas e manuseio de materiais pedagógicos, separação e confecção, que muitos fazem para complementar o ensino.

Seus sintomas podem estar relacionados com sensação de fadiga muscular, dor, formigamentos ou pontadas principalmente em membros superiores, (VERONESI, 2008).

De acordo com Mendes (2013) os “distúrbios osteomusculares, de características multifatoriais”, envolvem-se inteiramente com o ambiente de trabalho e com a forma como este é desempenhado.

Segundo uma pesquisa bibliográfica elaborada por Ferreira et. Al (2015), que aborda pesquisas relacionadas a docentes, fica evidenciado que os locais no corpo em que os docentes são mais afetados pela Ler/Dort, são:

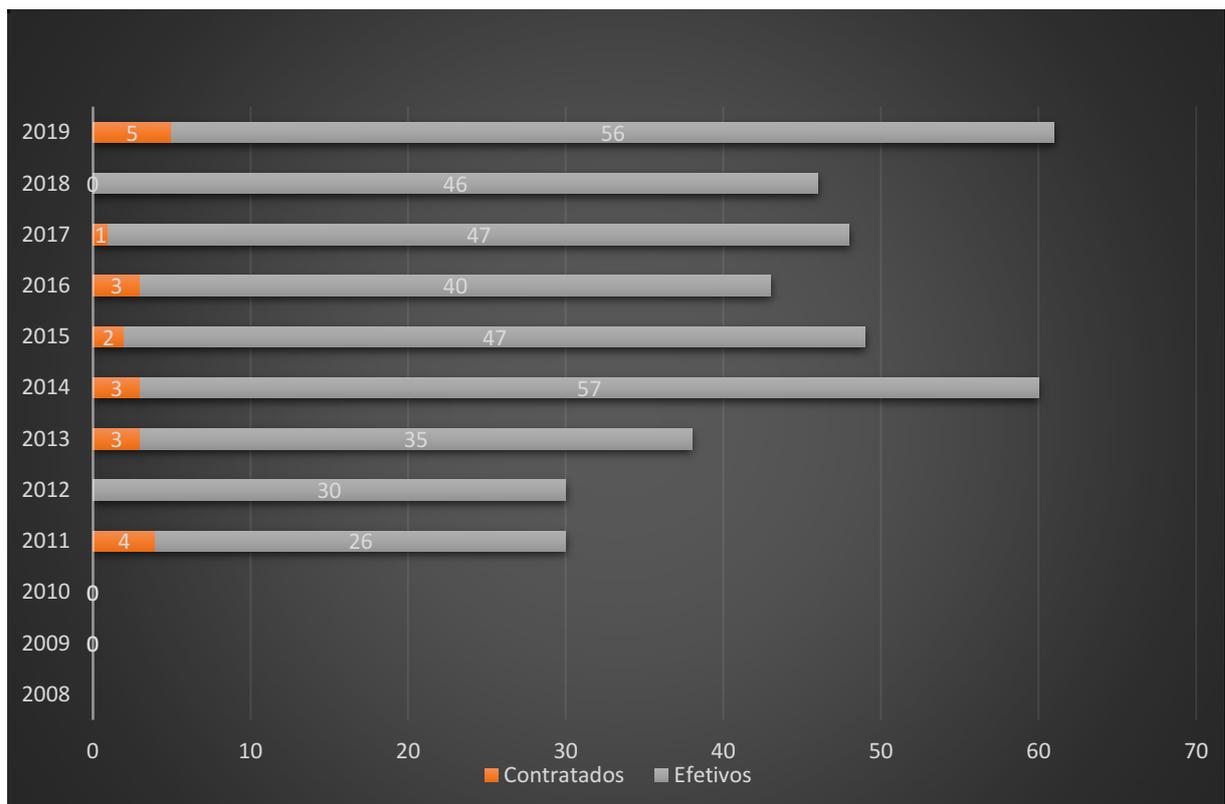
As cinco regiões anatômicas mais acometidas que apresentam maior frequência considerando os últimos 12 meses, são a região dorsal, lombar, pescoço, ombros, punhos, mãos e dedos. E as outras cinco regiões menos acometidas são a de joelhos, tornozelos e/ou pés, quadris e/ou coxas, cotovelo e antebraço. (Ferreira et. Al, p. 153 2015).

Os locais de incidência dessa síndrome, são semelhantes aos já mencionados, o que em um caso mais severo, as professoras e professores podem desenvolver mais de uma das doenças. As mulheres devido aos seus históricos de jornadas múltiplas, são mais propícias a

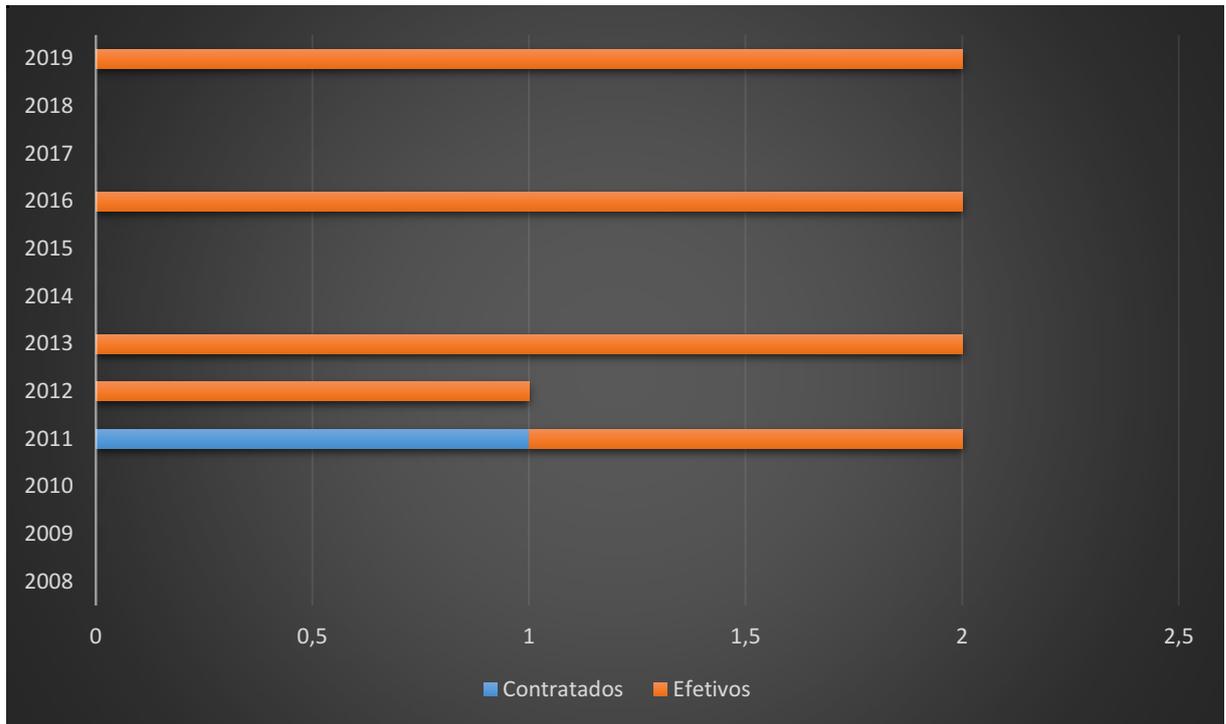
acumularem tais transtornos.

Os próximos dados por nós levantados, são em torno das Cid, G50 a 59; G90 a 99; M54; M00 a 99, são 464; 10; 5.897; 13.349 respectivamente. Como demonstram os Gráficos 7, 8, 9 e 10., também decorrentes de Ler/Dort.

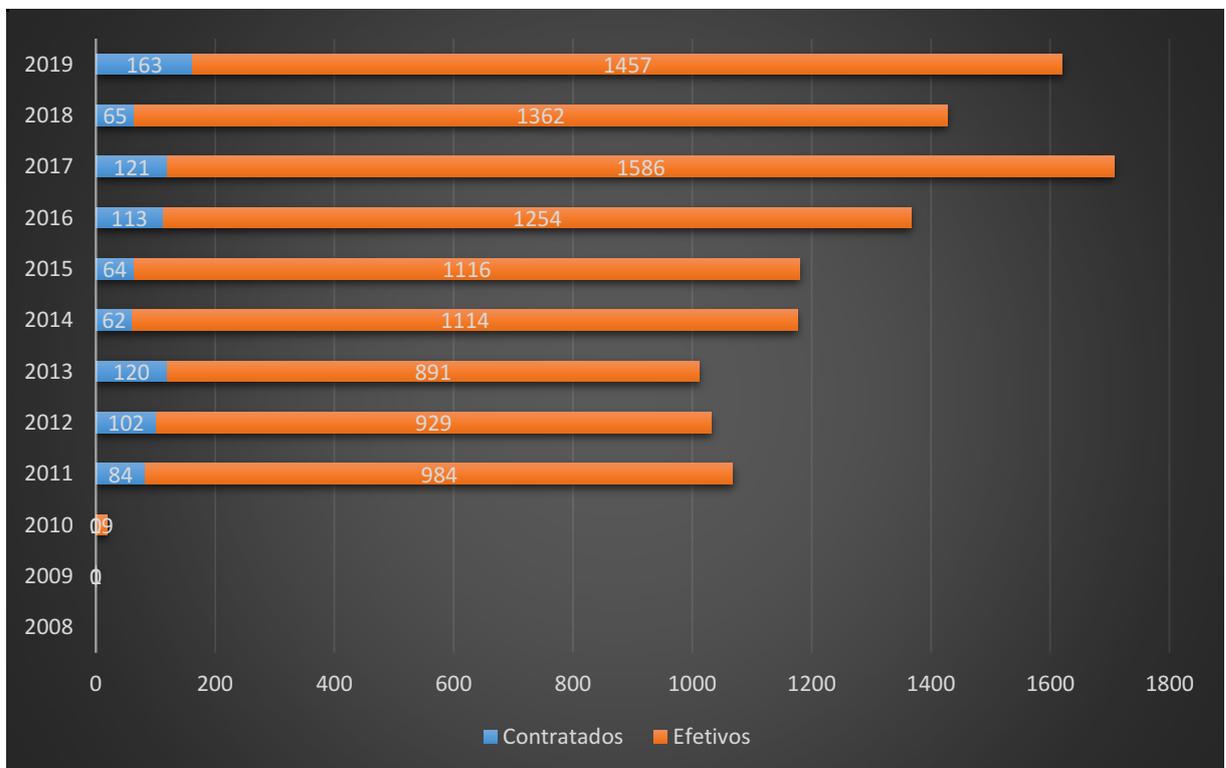
Gráfico 7: Afastamentos por Ler/Dort



Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Gráfico 8: Afastamentos por Ler/Dort

Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

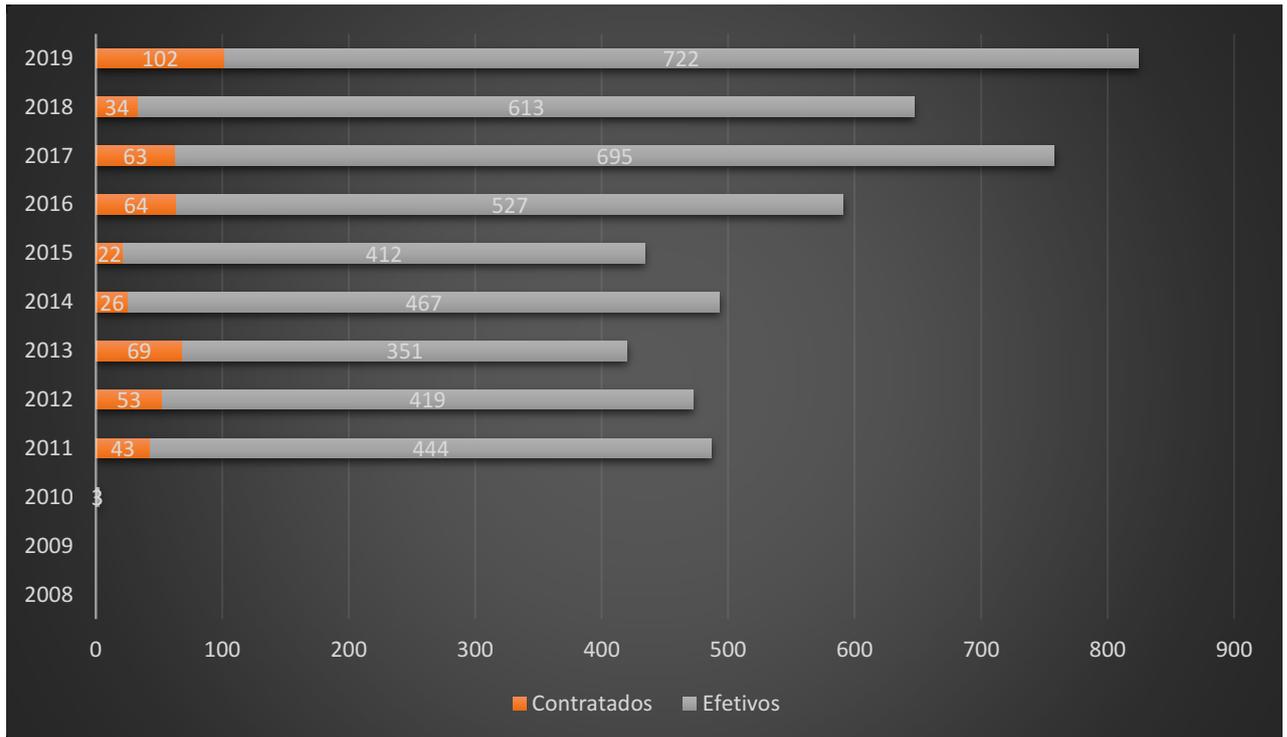
Gráfico 9: Afastamentos por Ler/Dort

Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Totalizando 13,823 durante o período estudado, um dado significativo, pois a média fica em 1,256 por ano.

2.3.6 DOR LOMBAR

Gráfico 10: Afastamentos por Dor Lombar.



Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Como podemos notar os transtornos das (os) docentes do ensino fundamental, giram em torno da sua condição psicológica, voz e músculo/esqueléticos, ligados também a postura das quais é muito utilizada, como por exemplo ficar de pé e a caminhada no curto espaço da sala de aula, movimentos de sentar-se e levantar-se, para atender alunos em suas mesas, tais movimentos no decorrer do tempo, se não tratados ou prevenidos, trazem as famosas dores nas costas.

Segundo Filho & Silva (2011), “em 2007, a dor nas costas foi a primeira causa de invalidez e de auxílio-doença no Brasil”, por isso pesando nas condições das (dos) docentes, a dor lombar foi um dos dados levantados.

A dor lombar pode ser caracterizada por um quadro de desconforto e fadiga muscular localizada na região inferior da coluna vertebral, entre o último arco

costal e a prega glútea. As lombalgias são responsáveis por 15 a 20% de todas as notificações de doença e aproximadamente um quarto dos quadros de invalidez prematura. É um sintoma de etiologia multifatorial, que acomete ambos os gêneros e que, quando persiste por mais de seis meses é caracterizada como dor crônica (Pereira, Ferreira & Pereira, 2010).

Filho e Silva (2011) ressaltam ainda que os afastamentos por essas dores, além de tornar o profissional incapaz, gerando transtornos pessoais e familiares, também causam aos cofres públicos, prejuízos elevadíssimos.

Estas dores por sua vez como afirma Freitas et. Al. (2011) tem maior incidência em mulheres, como já demonstrado elas são a maioria nas escolas e tem o trabalho triplicado ou quadruplicado, outros fatores de acordo com o autor, são a idade, peso e uso de drogas lícitas.

São alguns dos fatores de risco laborais para lombalgias: trabalhos físicos pesados; posturas no trabalho em geral; trabalho estático; posturas estáticas, como permanecer em pé por tempo prolongado, ficar de pé alcançando coisas; ausência de variação postural; carga dinâmica como carregamento de pesos, transporte de pesos; flexão forçada; rotação do tronco; empurrar ou puxar cargas. (Igutyi & Hoehne, 2003; Barros, Ângelo & Uchoa, 2011).

A dor lombar, conforme o Cid, tem algumas variações como: M54 (dorsalgia), M47 (espondilose), M48.0 (estenose da coluna vertebral), M50 (transtornos dos discos cervicais) e M51 (outros transtornos dos discos intervertebrais). Nos dados analisados selecionamos estes códigos.

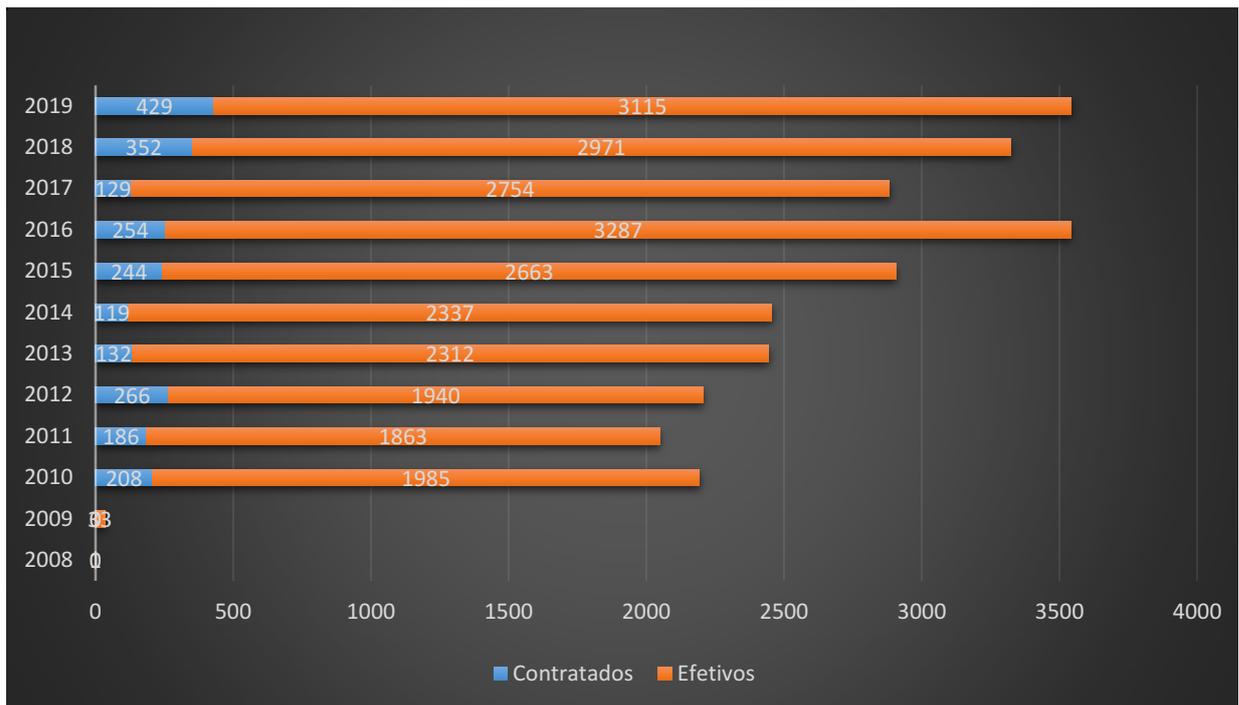
Nestes atestados foram notadas várias reincidências, como o servidor “Serv 630” que é efetivo, onde chegou a tirar 92 atestados entre 2011 a 2014, especificamente relacionados a dor lombar, outro servidor “Serv. 1330”, emitiu 76 atestados entre 2010 e 2017, onde o pico foi em 2013, com 19 protocolados, destes 19 quase todos são de 01 dia, somente no dia 08/07/2013 que foram 03 dias consecutivos. Estes dois casos são notados em todo os dados, a análise mais detalhada de cada caso fica para um tempo maior como o doutorado.

Nos dados gerais, foram constatados 5.897 atestados entre o período pesquisado, uma média de 536 por ano, tendo o maior índice em 2019, com 768 atestados.

Todos estes dados nos mostram o quão profundo e preocupante são as condições dos trabalhadores da educação, vale ressaltar que são números apenas de professores e

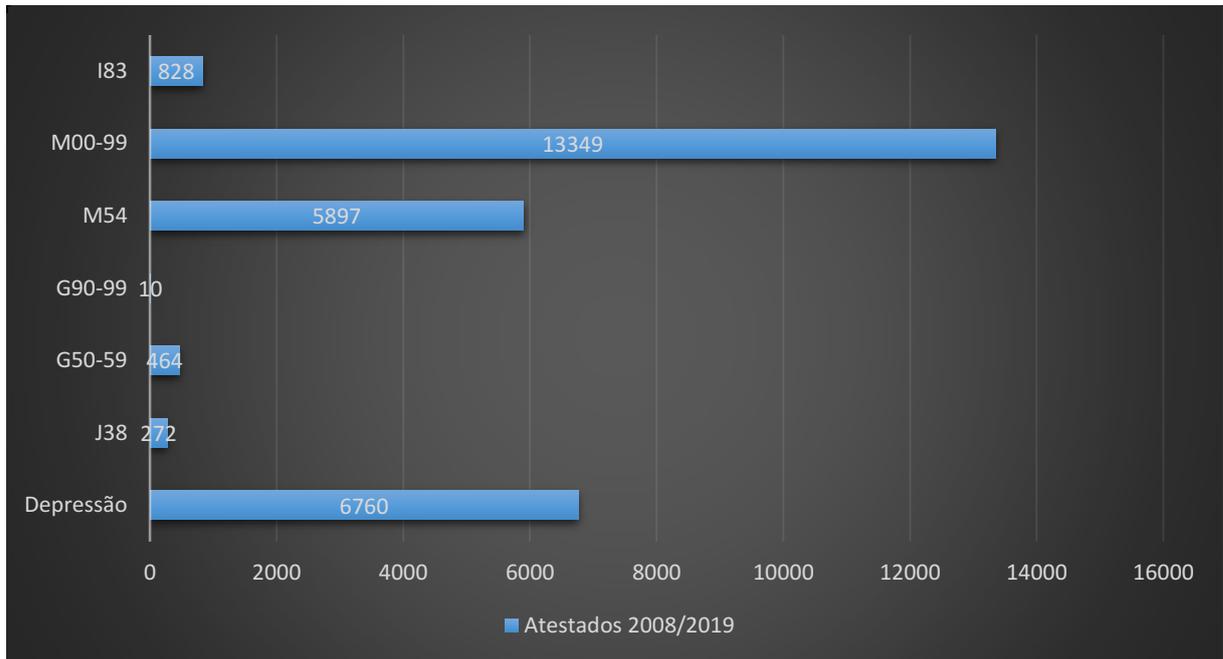
professoras. Até aqui observamos os dados seccionados, divididos por Cids, mas ao contrapor os dados somados de todas as doenças relacionadas ao trabalho, como os especialistas assim afirmam, chegamos ao gráfico 10, que chegam a 27.580, variando de 1 emitido em 2008 a 3.544 em 2019.

Gráfico 11: Atestados laborais.



Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Passando para a última análise, ficou a dúvida de qual seria a maior comorbidade que atacava as e os docente, por isso o gráfico 11, vem trazendo esta classificação. Sendo I83 relacionados a varizes, M00 a 99 e G50 à 59, relacionados a Ler/Dort, doenças que de origem músculo esqueléticas, e J38 afastamentos por calos nas cordas vocais.

Gráfico 12: Atestados laborais protocolados na cidade de Uberlândia.

Fonte: autoria própria, dados da DGP/PMU.

Como os dados demonstram, não são as doenças psicológicas responsáveis pelo maior número de atestados, e sim as doenças relacionadas ao Cid M00-99, ligadas à Ler/dort, ou seja, doenças por desgastes biomecânicos, este dado nos dá outra ponta de um *iceberg*, do qual ficará para uma futura pesquisa.

Os números são preocupantes, comprovam a realidade de uma professora e um professor em estado de extrema degradação, tanto psicológica como física, somados às condições financeiras, que estão longe de ser o ideal. Respondendo assim a pergunta feita no início dessa dissertação: Existe uma degradação de fato? A resposta é um contundente, sim.

Após esta exaustiva análise dos dados para corroborar com os pressupostos desta pesquisa, podemos passar para uma análise global destes dados, no intuito de sintetizar possíveis causas e possíveis caminhos para atenuar as condições de trabalho.

CAPÍTULO 3

Chegado à esta etapa, vamos buscar sintetizar toda a reflexão e análise de dados feitas até agora. O ponto central do nosso trabalho é a degradação do trabalho docente, por isso, é necessário evidenciar o que, segundo uma ontologia marxista de uma formação de um ser omnilateral entende, como o valor do trabalho docente e quais seriam as conjunturas reais e necessárias, para que os professores tenham condições materiais para efetivar sua função com maestria. Após analisarmos a contração do tempo em função de um ideal burguês de lucro, para depois buscarmos repostas as perguntas por nós elaboradas.

3.1 O VALOR DO TRABALHO DOCENTE

Apenas conhecemos uma ciência, a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens. Porém, estes dois aspectos não são separáveis; enquanto existirem homens, a sua história e a da natureza, aquilo que se designa por ciência da natureza, não nos interessa aqui; pelo contrário, é-nos necessário analisar em pormenor a história dos homens, pois, com efeito, quase toda a ideologia se reduz a uma falsa concepção dessa história ou ao puro e simples abstrair dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa história. (MARX; ENGELS, 1980, p. 18).

Uma tarefa complexa que nos requer maior reflexão, como poderíamos dizer qual é o valor do trabalho docente? Retornando a reflexão a partir de um dos pés do tripé da ontologia marxista, a teoria do valor trabalho, “que é a única capaz de explicar o caráter explorador do capital em sua relação com o trabalho”, somado aos outros dois pés, o método dialético, e por fim, mas não menos importante, a “perspectiva da revolução”, tal tripé é fundamental para entendermos o lugar docente e quais poderiam ser as formas de pensar para além da atual realidade. (Neto. 2020)

A primeira pergunta que nos é salutar fazer, é: por onde deveríamos começar? A pergunta nos parece simples, mas na sua essência não o é, ela nos leva a outra pergunta; e para que fazer essas reflexões acerca do valor do trabalho docente?

Para responder tais perguntas, primeiro temos que elucubrar um pouco mais nas

origens e funções do docente/professor/mestre/pedagogo, na história humana e por fim no nosso país.

Essa profissão que hoje é regida por normas e condutas, não tem em sua origem a atual concepção, com regras e deveres e de que ela deva desenvolver o “cidadão” em suas plenas condições de capacidades para o “mercado de trabalho”. É preciso desmistificar todo o ideário burguês construído ao redor deste papel social, tão importante para a construção de uma sociedade. Nada mais salutar que retornar em textos clássicos, para lembrar das nossas origens como sociedade civilizada, que se permeiam e entrelaçam com a educação.

Nós humanos somos partes da natureza. Marx (2017) desenvolveu com primazia a teoria da formação humana por meio do trabalho, demonstrando a nossa relação para com outros seres vivos, herdamos de outros animais genes, estruturas físicas e doenças, nós e os outros animais não humanos, desenvolvemos características físicas e sociais também semelhantes, como a capacidade de aprender.

Somos seres vivos assim como os demais deste planeta, temos todos as mesmas pré-disposições, nascemos, crescemos, adoecemos, aprendemos com erros e acertos, e por fim morremos, mas como é notório, o que nos divide como seres mais evoluídos que os outros animais, é a nossa capacidade de abstração, autoconsciência, de premeditar o futuro, visualizar algo e construir, acumular conhecimento e bens materiais, e transmiti-los aos nossos semelhantes.

As bases dessas relações sociais são as nossas condições para viver como comunidade, a troca entre si de emoções, sentimentos, saberes, artigos e em especial, o trabalho, assim teorizado por Marx (2017), trabalhamos, aprendemos e passamos ao próximo, o “passar ao próximo”, é o início da educação, do ensinar, do professor e professora. Seria também inocência pensar que a educação, só serviria para uma evolução romantizada nas sociedades tribais, que eles não a usavam para os mais novos aprenderem a acumular recursos naturais, mas em contrapartida, compreendiam que o ato era importante, para se tornarem melhores, a educação tinha um valor de uso. (Marx, 2017).

No decorrer da história, tal função social tinha sua importância, seja como forma de manter tradições, como forma de coerção ou enaltecida pelos povos para a construção de uma sociedade ideal. Também tomada como uma arte, como Praxiteles (395 a.C – 330 a.C.),

que esculpe a partir de um bloco de mármore, uma “Afrodite” (340 a.C.) com toda sua beleza e leveza, o professor tirava do aluno um ser intelectualmente e/ou fisicamente melhor.

Desde os pré-socráticos, Sócrates, Platão, Aristóteles (400 a 500 a.c), a educação tinha uma maestria, que deveria ser cultivada e aprimorada, pois, por meio dela, nós reconheceríamos e nos entenderíamos.

Portanto, há coisas de que tanto homens, como animais, mal nascem, por natureza [c] se apercebem, como aquelas paixões do corpo que se dirigem à alma; mas os resultados dos cálculos, no que respeita à entidade e à utilidade, é dificilmente e com tempo que chegam àqueles a que chegam, através de muito trabalho e pela educação³⁴. (PLATÃO, p. 270. 2010)

Trabalho e educação, dois conceitos interligados desde sua origem, reforçando, não o trabalho reificado, alienado, que desde a sua conversão em assalariado é em si degradado, e sim o trabalho que torna o animal em humano, não a educação como um produto, como objeto de acesso somente daqueles que detém capital, e sim a educação compreendida como ferramenta de emancipação do animal para o ser humano, e que sim, também ajudará no trabalho, mas não somente para ele.

Partindo para nossa realidade atual, a educação no Brasil também não nasce com a chegada dos Jesuítas em 1549 com Padre Manuel de Nóbrega. Obviamente, que havendo população no território, que viviam conforme uma determinada forma de organização social, a educação também se fazia presente nessas sociedades (SAVIANI, 2008 P. 35-36), diferentemente de outras populações nativas do continente americano, nossas comunidades indígenas não desenvolveram sistemas próprios de escrita. A primeira tentativa de alfabetização ocorreu por meio da igreja católica, “quando da chegada dos Jesuítas [...] dirigia o olhar para as Sagradas Escrituras e baseava-se na leitura, na escrita e no cálculo”. (MAZZEU, BRAGA, p. 28)

Nosso primeiro contato com a educação, deu-se nas tribos indígenas, como afirma Mazzeu e Braga, não havia uma língua codificada em signos, sistematizada, sua cultura e tradições, eram passadas por outros meios (rituais, cultos, cantos). Com a chegada dos

³⁴ Tradução do texto grego 0EAITHTOE A edição utilizada foi a de E.A. Duke et alii Platonis Opera T.I. Oxford, Oxford Classical Texts 1995

portugueses à esta terra, que por eles foi denominada Brasil em 1500, devido à quantidade de árvores de Pau Brasil, houve a aproximação dos portugueses com as tribos indígenas, mas somente com os Jesuítas, iniciou-se uma sistematização da língua, com o intuito de tornar os nativos em cristãos trabalhadores, um ensino encomendado pela Coroa Portuguesa para civilizar os “selvagens” ou gentios, por meio da fé Católica.

A principal estratégia utilizada para a organização do ensino, tendo em vista o objetivo de atrair os “gentios”, foi agir sobre as crianças. Para isso trouxeram de Lisboa, meninos órfãos, para os quais foi fundado o Colégio dos meninos de Jesus de São Vicente. Pretendia-se pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica (SAVIANI, 2008p. 43).

Os primeiros passos da educação brasileira sistematizada e institucionalizada, vem por meio da aculturação e escravidão, com o intuito de levar a fé Católica aos indígenas, utilizando para isso a inserção de crianças no meio das comunidades, para atingir os Caciques e assim lograr êxito na tentativa de civilizá-los, em contrapartida, conseguiam domesticar os índios, para serem batizados e aproveitados como mão de obra escrava.

Buscar uma civilidade necessária, para uma população ainda primitiva, com uma economia agrária exportadora e dependente, dinamizar a educação seria um dos motivos da colonização, para impulsionar a passagem do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial (RIBEIRO, 1992, p. 20).

A catequese, do ponto de vista religioso, interessava à Companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, bastante abalado com o movimento de Reforma. Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão-de-obra. (RIBEIRO, 1992, p. 25).

Passados os séculos jesuítas e pombalinos, a educação se tornou estatal, um direito subjetivo, mas reforçou a função de prover mão de obra ao sistema. Como podemos notar a educação na história brasileira e no sistema capitalista, tem um duplo caráter, o de professar a fé e de criar trabalhadores, para se tornar uma ferramenta de acumulação das elites burguesas, que agora faz parte da economia de mercado.

[...] a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens, nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se — mais ou menos desenvolvidos — os meios necessários para pôr fim aos males descobertos. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece. (ENGELS, [199-], p. 49, apud Lombardi. P. 50).

A educação agora faz parte do comércio, algo de valor, como mercadoria, o docente vende sua força de trabalho, que é o saber. Para consolidar o ato de vender, deve-se comprovar que tal conhecimento é reconhecido por instituições de ensino credenciadas ao Estado, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Para obter este reconhecimento, o professor passa por uma formação de 3 a 5 anos, dependendo da especialidade. Ao obter a aprovação está apto para lecionar.

Estando ele ou ela apto, seu trabalho só será executado mediante pagamento, salário, tudo que foi apreendido ganha valor, e poderá ser trocado, irá se materializar na forma dinheiro, constituindo na sociedade capitalista, uma mercadoria.

O valor de troca revela-se, de início na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor de troca inerente, imanente à mercadoria. (MARX. p. 58 2017).

A mercadoria do trabalhador da educação é o seu conhecimento, que não tem uma forma material, física, mas agrega valor aos trabalhadores, o valor desta mercadoria é constituído por uma formação institucional, formação pessoal e o tempo gasto para transformar informações adquiridas e organizadas por séculos, em conhecimento.

Como valor de uso a educação pode ter “qualidades diferentes, como valores de

troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso”.

Um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza do seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações de tempo como hora, dia etc. (MARX. p. 60 2017).

Marx teoriza o valor trabalho no seu tempo de produção, tendo o trabalho se tornado mercadoria, o profissional que se dedica à sua formação o tornaria mais apto a vender uma mercadoria mais sofisticada, isso é indubitável, quanto mais tempo gasto em estudos, pesquisas e reflexões, maior será a capacidade cognitiva de um professor, claro, que não é só o título que o determina, mas sua produção e atuação como pessoa e profissional reconhecida pelos seus pares na sociedade.

Marx (2017), coloca de forma clara, que a quantidade de tempo na produção de um artefato, não é o que o tornará mais caro ou mais barato, mas sim a média de trabalho desempenhada por todos, para a produção, isso fracionado em horas e minutos, daria o valor, por exemplo, ao produzir um chip de celular, uma pessoa leva cerca de 10 minutos, trabalhando de forma contínua, porém, eficiente, se todos os trabalhadores que fazem o mesmo processo, levam em média 08 minutos, podemos considerar que 08 minutos é a média de produção.

Seria uma premissa analisar o trabalho do professor pelo tempo que ele desenvolve uma criança, lhe ensinando a ler, escrever, cálculos básicos entre outros, mas este desenvolvimento não é dependente somente do professor, tal criança é um ser humano com condições que determinam o seu desenvolvimento, o docente no caso identificaria a melhor forma de levar esta criança à um nível superior do atual conhecimento. Mas estabelecer uma média de tempo para executar uma tarefa, não condiz com a realidade docente. Então seria viável à um docente ser valorizado pelo resultado geral, notas atingidas?

A resposta à essa pergunta não é um simples sim ou não, notas são importantes para observarmos a realidade, mas notas de alunos filhos de famílias de classes altas, onde as condições materiais são de alto nível, sempre serão melhores, o trabalho deste professor

não será tão desgastante quanto de outro, em que seus alunos vão à escola pensando na hora da refeição.

Medir o valor do trabalho de um professor pela média de outros colegas, como é feito na produção de um artigo, só seria possível caso seus alunos, recebedores e foco de toda essa formação, fossem iguais, fisicamente, socialmente e economicamente, evidentemente, não é o caso. Então pode-se concluir que as notas, a média de horas trabalhadas, o tempo gasto na sua formação, não são a “substância criadora de valor”, mas sim uma parte do todo.

Na ideologia mercadológica, o trabalho do professor é pago por tempo, por títulos e por experiência, não foge da extração de mais valor e mais valor absoluto. No caso da educação básica, muitos têm graduação e especialização, poucos vão para a pós-graduação e continuam na base. Estes são cobrados intensamente por resultados, como notas em provas internas da escola, nacionais e internacionais como o Pisa.

Então se a educação for retomada como uma atitude de melhorar uma pessoa, grupo, bairro, cidade, estado ou nação, deixando de lado a ideia de que ela é um produto, uma mercadoria, logo seus profissionais seriam tratados como responsáveis por um futuro, então pressupomos que seriam valorizados, no sentido de “*status*” e financeiramente, pois o responsável ou governo, entenderia que para desempenhar tal função, requer tempo para construção intelectual, e menor carga de trabalho burocrático, e o profissional teria que entender também o valor de uso para toda a nação do seu trabalho.

Ainda no tripé marxista, na perspectiva de uma revolução usando os meios materiais disponíveis, uma atitude concreta, seria uma mudança na forma de ver a educação.

Os investimentos escolares e por aluno, deveriam ser pensados de forma mais democrática e regionalizada, observando a comunidade envolta à estrutura física da escola, e todos e todas aqueles e aquelas que dela se beneficiam.

Uma configuração possível de se avaliar tal desenvolvimento, seria o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁵, do qual seu resultado não é só dependente da educação, mas faz parte do mesmo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. (Pnud, Brasil, s/p).

Uma sociedade, onde sua economia, segurança, educação e saúde estão bem desenvolvidas, ter-se-ia uma capacidade para atingir um nível maior de IDH. Pode-se concluir que, os investimentos na educação devem ser sempre os maiores, sem pensar no lucro de grandes corporações e sim no futuro de uma nação em décadas.

Então, a substância criadora de valor do trabalho docente, deveria ser a perspectiva de uma sociedade melhor, pois seus alunos e alunas terão capacidades de ter uma renda, educação e saúde, isso voltaria à nação em forma de riqueza material, cultural e humana dando base para um futuro próspero.

Mas como a mercadoria, que tem por objetivo se tornar dinheiro, o conhecimento também tem o mesmo destino, como “o enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em forma patente e deslumbrante”, ambos criam um véu ilusório de valor de troca, escondendo o valor real de uso, que qualifica e desqualifica o trabalho de acordo com a vontade do seu produtor. (Marx, p. 117. 2017).

Tendo a educação como uma parte da economia, com uma visão mercadológica, podemos intuir; a educação é componente que agrega valor, quando o capitalista investe em um artigo, ele coloca todos os cálculos possíveis de despesas, manutenção, perdas e ganhos, visando que o lucro seja efetivo, logo a educação como parte deste sistema, é compreendida da mesma forma, seus investimentos não poderiam ir de encontro com os lucros, por isso o retorno esperado pelo sistema, é de um trabalhador educado para o

³⁵ Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 25/01/2021

trabalho, de forma que ele seja útil para o mercado de trabalho.

3.2 A CONTRAÇÃO DO TEMPO DE DOCÊNCIA.

O tempo se tornou o produto mais caro na sociedade atual, as tarefas são intermináveis, buscamos sempre esticar o dia um pouco mais para dar conta das “obrigações”. Estamos sempre buscando mais tempo. Esta mudança é resultado das nossas formas de produção. “Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1980, p. 26 apud Lombardi, p. 48).

Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua actividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. [...] Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como sua consciência. (MARX; ENGELS, 1980, p. 26 apud Lombardi, p. 48).

Como afirmam Marx e Engels, o homem é resultado das condições materiais que o antecedem, e se moldam de acordo com as formas que a sua produção lhe impõe. A produção capitalista busca racionalizar tudo e qualquer ato, momento ou movimento. Frederick Taylor, em sua obra “Princípios da Administração Científica”, publicada no ano de 1911, traz de forma detalhada como o trabalhador deve se portar para produzir mais e melhor, utilizando de técnicas como controle de movimentos, do tempo de trabalho e descanso e introduzindo a competição entre os trabalhadores e “bônus”, para aqueles que entregam melhores resultados.

Recentemente, David Harvey retoma a discussão de tempo na nossa contemporaneidade, a partir de um olhar marxista, no Livro A loucura da Razão Econômica.

A circulação e a acumulação de capital também moldaram e remoldaram as definições de tempo e espaço. O tempo-espaço dos mercados financeiros contemporâneos é completamente diferente daquele que existia em 1848. O capital, sendo a força revolucionária que patentemente é, transformou os marcos espaciais e temporais da vida cotidiana, o cálculo econômico, a administração burocrática e as transações financeiras. Aceleração dos tempos de rotação, precarização do trabalho ao longo da vida do trabalhador e redução nos atritos espaciais produziram alterações tanto nos estilos de vida quanto nos ritmos de acumulação do capital. (HARVEY, 2017, p. 139).

Os conceitos teorizados por Marx, estão em completa evidência, como o “tempo e espaço absoluto”, que se refere ao tempo total que o trabalhador vende para o capitalista, o “Tempo-espaço relativo”, que tem a intenção de obter a maximização da produção dentro do tempo comprado, e o “tempo-espaço relacional”, “que é registrado conforme o trabalho abstrato se desenvolve”, e que busca diminuir as “porosidades”, ou seja, as lacunas em que os trabalhadores não estão efetivamente produzindo.

A (o) docente que trabalha 20 horas semanais vende sua força de trabalho para o Estado burguês, que neste caso é representado pelo Estado, o tempo absoluto, sendo direcionado as turmas, tem por obrigação cumprir 16 horas/aulas em sala e 04 para planejamento. Neste tempo deve se desenvolver todas as obrigações que lhe são atribuídas, de forma ágil e eficaz, não lhe dá a oportunidade de refletir sobre seus atos e trabalhos, as exigências buscam minimizar até o momento íntimo, como ir ao banheiro, há em escolas exigências de que a professora ou professor deve-se manter em pé durante toda a aula, para mostrar que está trabalhando e também para controlar a disciplina em sala.

Os componentes pedagógicos são atualizados de tempo em tempo, as novas formas de tecnologia nos possibilitaram diminuir o tempo de produção de materiais pedagógicos, pois a internet fornece um grande acervo, não é mais utilizado o mimeografo à álcool, porque uma impressora pode imprimir mil folhas em pouco tempo, o tempo está sendo maximizado, o que dá brechas para aumentar as funções docentes, a tecnologia chega para auxiliar, daria maior tempo para refletir, infelizmente esse tempo é tomado por outras exigências.

Com todas essas facilidades, que são necessárias e úteis, o volume de trabalho começa a aumentar, a flexibilidade imposta pelo sistema capitalista induz o profissional a se atualizar. Ao mesmo tempo em que está dando aulas, atualiza a chamada “on line”,

completa os relatórios dos (as) discente regulares e do AEE, para depois se preparar para ajudar na confecção do Projeto Político Pedagógico da Escola, o seu tempo de planejamento já está comprometido nesta altura, sobrando os intervalos de descanso e de refeições, ou seja, toda a porosidade está sendo preenchida, mas não restando tempo, é levado para casa um pacote de provas, atividades e trabalhos, para serem corrigidos.

O tempo da professora e professor foi tomado, o tempo livre faz parte da escola, as redes e mídias sociais extremamente importantes, se utilizada de forma corretas, traria só benefícios, mas nessa nova forma de produzir carrega em si a contradição, o tempo livre, o ócio, é tomado pelas mensagens de redes sociais, não precisamos mais ir ao trabalho, ele vem até nos, entra em nossas casas, senta-se ao nosso lado, toma café da manhã, e depois vai dormir na mesma cama.

Outros agravantes que infligem mais ainda, são as avaliações internas e externas, que deveriam agir como ferramentas, nos quais veríamos onde o trabalho poderia ser aprimorado, que na realidade ocorre o contrário, pois o número de avaliação atingido, reflete nos orçamentos futuro da escola, as (os) docentes se sentem na responsabilidade e na obrigação de atingirem metas, das quais não dependem exclusivamente do seu trabalho e sim de uma complexa rede de circunstâncias. Os 200 dias letivos, não são mais suficientes para cumprir as demandas.

Os professores e professoras do Município de Uberlândia, são vítimas dessa aceleração do tempo e acúmulo de trabalho, como demonstram os dados, estão doentes, as taxas de atestados protocolados com nexos causais devido ao trabalho exercido, ultrapassam 10 mil em apenas 09 anos, culminam em 3.544 somente em 2019, o último ano analisado, divididos pelos dias letivos que são 200, ficam em média 17 atestas por dia.

A Ler/Dort são as mais discrepantes, causados pelo esforço laboral, ficando em segundo lugar os atestados relacionados à depressão. Um cenário preocupante. A pergunta feita no início deste trabalho é facilmente respondida, as (os) profissionais da educação no Município de Uberlândia, estão sofrendo uma degradação físico e mental, de forma que, para além das dificuldades por cada um enfrentado, para manter o sistema em funcionamento, como ir trabalhar doente, gera um gasto enorme aos cofres público, que por sua vez se consolida em uma educação de baixa qualidade para os alunos e alunas.

Para se ter o tempo livre, passamos horas e horas no trabalho, ele se tornou o produto mais caro do mundo, não trabalhamos para viver, vivemos para trabalhar, levando ao estrangulamento, como está demonstrando nos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a feminização, a proletarização docente utilizada para suprir as necessidades de uma industrialização, transformou os educadores e educadoras em “profissionais da educação”, “assalariados”, embebidos na lógica do mercado, que trouxe contradições entre conquistas e perdas, no âmbito dos direitos femininos e de trabalho, a liberdade educacional foi perdida, ao mesmo tempo que os colocou como funcionários ditados pelo estado e pelo sistema econômico.

Michael W. Apple, no capítulo V do livro “Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação; visões críticas”, (1997), nos trouxe um relato importante, ocorrido na cidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, uma determinação vinda do Departamento de Educação Pública e o Legislativo, medidas sempre tomadas de cima para baixo, mas que dessa vez deixou os professores e participantes ali presentes, atônitos.

A partir do próximo ano, todos/as, os /as estudantes de graduação que quiserem tornar-se professores/as terão que cursar “Educação para o Emprego”, que consiste em essência, num curso sobre as “vantagens do sistema da livre-empresa”. Ao mesmo tempo, todos os currículos escolares nos níveis elementar e secundário – atingindo crianças de cinco anos para cima - também terão que incluir em seu ensino um programa coerente de educação para o emprego. Afinal, nunca é muito cedo para começar, não é verdade? Afinal de contas, a educação não passa de um fornecedor de “capital humano para o setor privado”. (APPLE, p. 181. 1997).

Este evento ocorrido nos Estados Unidos, foram impostos na nossa educação, por meio da Constituição, que foi confirmado pelo fato de que a educação aqui no Brasil se tornou meta da Organização Mundial do Comércio.

É conhecimento de todos os alunos da rede básica de ensino, tanto no âmbito do município de Uberlândia, como no estado de Minas Gerais, como no Brasil, o foco que traz engajamento dos (as) alunos (as) nos estudos, é a oportunidade de ter um trabalho melhor, ascensão social e financeira, uma das primeiras perguntas direcionadas aos alunos é: o que você será quando você crescer? Que traz em seu bojo o melhor emprego, melhor renda, e quiçá ascensão social, não direciona o (a) estudante à uma reflexão de uma evolução humana.

Quando Apple escreveu este artigo, ressaltou que as alianças por uma educação

socialmente de qualidade, na qual buscava uma formação mais ampla, naquele período, estava sendo solapada por interesses de alianças de setores cada vez mais fortes, capazes de ditar políticas públicas, formados por uma “Nova Direita e com intelectuais neoconservadores”, que tinha a finalidade de dar, “as condições educacionais que acreditam ser necessárias tanto para aumentar a competitividade internacional, o lucro e a disciplina, quanto para nos fazer retornar a um passado romantizado do lar, da família e das escolas “ideais” (Apple, 1993, apud, Apple, p. 183. 1997). Tal finalidade, conduziu a educação brasileira ao ideário neoliberal.

Um dos pontos nevrálgicos da ideologia neoliberal, de que o desemprego seria diminuído pelo aumento da educação dos (as) trabalhadores (as) e seus filhos e filhas, nos trouxe à uma realidade de escolas abarrotadas de estudantes, pois incentivaram a qualificação do trabalhador, mas não deram as condições financeiras ou materiais para se manterem. Nas escolas não chegam os suportes necessários para abarcar com qualidade social, todas as crianças. Criou no imaginário dos trabalhadores que somente pela educação seriam capazes de se emancipar e subir de classe social, a educação é fundamental, mas o desemprego não retroagiu, ao contrário, aumentou, temos agora desempregados qualificados, com curso superior.

A partir do final do século XX, a educação passa a ser monitorada pela OMC, com objetivos e metas a serem cumpridas, avaliações nacionais e internacionais foram postas, houve investimentos em livros didáticos, em estruturas, em formação continuada, mas mantendo o ideal mercadológico, precificando alunos, taxando um valor para cada matrícula, o resultado foram salas abarrotadas de alunos, o que gerou precarizações nas escolas de todos os entes federados.

Como demonstrado no capítulo II, a realidade precarizada dos professores se estende por todo o Brasil, sendo Uberlândia mais um exemplo, pois se constituiu seguindo os mesmos princípios.

O objetivo geral desta de dissertação que tinha a intenção de demonstrar se temos de fato uma degradação real do trabalho do (a) professor (a) nas séries iniciais, é respondida com uma contundente afirmativa. Tendo em mente que as precarizações do trabalho, se manifestaram materialmente em afastamentos médicos, os atestados se tornaram a fonte

documental para tal comprovação.

Para se demonstrar a precarização, foram levantados os atestados protocolados pelos professores da rede municipal de ensino básico, de 2009 a 2019. Protocoladas no processo de nº 9663/2020 junto a PMU no dia 20/03/2020, sendo os mesmos enviados pela Diretoria de Gestão de Pessoa/SMA no dia 14/04/2020. Os atestados foram filtrados em Cids, vinculados às condições laborais, tais como a depressão, Ler/Dort.

No período pesquisado, o total de atestados protocolados, foram de 98.335, neste número estão todas as CIDs, desde uma pequena gripe à afastamento por gravides. Já os relacionados à comorbidades laborais, foram 27.580 atestados, que comparado à quantidade de profissionais no ano de 2016, seria como se 92,72% dos profissionais da educação, tivessem protocolados um atestado, relacionado à problemas advindos do trabalho, um número inquietante, que caracteriza uma realidade de professores adoecidos em decorrência do seu ato de educar.

Neste período (2009-2019) separados por Cids, tivemos um total de 6.760 atestados ligados à depressão, 20.820 atestados relacionados à Ler/Dort, tendo seus picos de emissão nos anos de 2016 e 2019, nestes números estão tanto efetivos como contratados. Outro dado que pode revelar um maior grau de degradação é a quantidade de atestados protocolados por contratados e efetivos, todas as comparações demonstram que os efetivos buscam auxílios médicos com maior frequência em comparação aos contratados. Os professores contratados, executam o mesmo trabalho dos efetivados, mas em contrapartida não tem os mesmos direitos e nem os mesmos salários, também não recebem de acordo com seu grau de formação, podem estar em situação de adoecimento ainda maior, pois por medo de perder o contrato, que é respaldado pela Lei nº 9626 de 22 de outubro de 2007, que de acordo com suas normas, pode ser reincidido a qualquer momento, por interesse do contratante ou contratado, ou caso o funcionário falte sem justificativa por mais de duas vezes.

Estão incutidos na lógica do mercado, guardado as defesas que podem e devem existir, este contratado está sob o julgo da sua direção, eventuais desentendimentos, adoecimentos que não necessitam de atestados, podem desencadear uma rescisão, por isso não buscam meios de tratamento.

Os efetivos que emitem mais atestados, ficam na linha de fogo, eles têm o direito garantido e fazem o uso dele, mas são rechaçados como maus funcionários por buscarem meios de tratamento. Esta mesma concepção é tratada por Apple (1985), no qual relembra naquela época a demonização do público.

Assim uma de suas principais realizações tem sido transferir a culpa pelo desemprego e pelo subemprego, pela perda de competitividade econômica e pelo suposto abandono de valores e padrões “tradicionais” na família, na educação e nos locais remunerados e não-remunerados de trabalho, localizando-a não nos efeitos e políticas econômicas, culturais e sociais dos grupos dominantes, mas na escola e em outras instituições públicas. O “público” agora é o centro de todo o mal; o “privado é o centro de tudo que é bom (Apple, 1993, apud Apple, p. 185. 1997). (Grifos do autor)

Com os dados apresentados, podemos dizer que a classe docente nas escolas públicas, no Município de Uberlândia, está sofrendo uma degradação. Eles e elas são responsáveis em levar o conhecimento científico aos estudantes filhos (as) dos trabalhadores (as), se estes aluno (as) tivessem uma boa educação, agregaria valor aos seus trabalhos, que por lógica simples, venderiam sua mão de obra por um valor mais caro no futuro, mas o capital imputando todas as suas exigências, levou o professor e professora à precariedade, impedindo de efetuar com qualidade sua função, decorrendo então na precarização da educação destes trabalhadores, que por sua vez não irão ter condições plenas para garantir uma vida digna e um bom trabalho, ou seja, o capital, precariza o docente que por sua vez, reflete na má educação do trabalhador, aumentando assim as margens de lucros futuros.

A nossa história educacional que foi construída e talhada pela divisão de classes, manteve uma educação para o trabalhador e outra para as elites, se consolidou em uma realidade caótica, as (os) professoras (es) que estão na linha de frente, se veem na obrigação de resolver tais abismos. Várias teorias metodológicas são desenvolvidas, novas técnicas, novos horizontes, mas sempre baseados na dinâmica capitalista, para se ter um cidadão flexível, tecnológico, competente, capaz de resolver os problemas do dia-a-dia, sempre estão em voga, buscando desenvolver trabalhadores que resolvam os problemas que o próprio capitalismo cria, sem nenhuma perspectiva de mudança, mas na materialidade escolar, produz professores doentes, sem perspectiva e com formação escassa, culminando na manutenção do trabalhador somente escolarizado, negando aos (às) filhos (as) dos

trabalhadores o conhecimento científico, que no futuro sem este aporte, será um produto mais barato no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R.; ALVES, G. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educ. Soc**, Campinas, vol 25, n 87, p. 335- 351, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 24–46, 2018. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9986>
- BRASIL. **Decreto nº 4958, 14 de novembro de 1940**: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- _____. **Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>, Acesso em: 20 jul. 2017.
- _____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Panorama da Educação**: destaques do Education at a Glance 2019. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 27 p.
- BOSSI, A. P. **Reforma urbana e luta de classes**: Uberabinha/MG (1888 a 1922). São Paulo: Xamã, 2004.
- BOOTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro/RJ. Ed, Zahar. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do Iseb e da Cepal à Teoria da Dependência**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005. <https://doi.org/10.2307/4151124>
- CARVALHO, C. H. **Histórico, Função Social e Formação do educador da EJA**. In: SANTOS, S. M.; OLIVEIRA, M; V. **EJA na diversidade**: letramento acadêmico cultural. Uberlândia: Edufu, 2010. p. 27-47.
- CASTANHA, A. P. A Introdução do Método Lancaster no Brasil: História e Historiografia. **Anais do IX ANPEDSUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>. Acesso em: 12/06/2020.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. 9. ed. Tradução de Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 2004.

FERREIRA, N. S DE A. As pesquisas denominadas “estado da arte. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, agosto/2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

FILHO, N. M.; SILVA, G. A. Invalidez por dor nas costas entre segurados da Previdência social no Brasil. **Rev Saúde Pública** 2011; 45(3):494-502. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102011000300007>

FRIGOTTO, G. A Produtividade da Escola Improdutiva 30 anos depois: Regressão social e Hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação, p. 206 – 233. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619>>. Acesso em: 20 jun. 2018. <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8619>

GENTILI, P. A. A. SILVA, T. T. (Orgs). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Visões Críticas. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

_____. **A Cidadania Negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

HARVEY, D. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução de Arthur Renzo. São Paulo: Boi tempo, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População total em 2015**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map9778.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. 2017. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015**. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em 22 jul. 2017.

IGUTI, A. M.; HOEHNE, E. L. Lombalgias e trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, 28 (107/108): 73-89, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572003000200007>

LOMBARDI, J. C. Modo de produção e educação: notas preliminares. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 43-53, jun. 2009.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. V. 1. 35 ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOROSINI, M, C; FERNANDES, C,M,B. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Ed. Educação Por Escrito, Ensaio. Porto Alegre, v. 5, .2, p. 154-164, jul. – dez. 2014. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do Saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDES, R. (org.). **Doenças Osteomusculares relacionadas com o trabalho: membro superior e pescoço**. Patologia do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013, p. 1391-1423.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NETO, J. P. **Karl Marx. Uma Biografia**. São Paulo: Boi Tempo, 2020.

RANIERI, J. **A câmara escura**. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RESENDE, K. P. **História da educação profissionalizante: práticas e representações sociais da Escola Estadual Américo Renê Giannetti 1977 - 1996**. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12ed. São Paulo: Autores Associados, 1992.

ROCHA, J. A. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos em Uberlândia -MG (1990/2008)**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

SILVA, A. A. Municipalização do Ensino Fundamental: de Anísio Teixeira a embates contemporâneos. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.21, p.143-157, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/21/municipalizacao_do_ensino.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTOS, M. A. F. A Geografia dos Crimes Violentos em Uberlândia –MG. **Revista da**

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), p.166-182, V.12, n.19, jul-dez.2014. <https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0007>

SILVA, A. M. **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. 2018. 395p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018. <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29380>

TAYLOR, F. W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TOLEDO, C. N. A experiência Isebiana. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 06/2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1407200509.htm>>. Acesso em 10/06/2020.

VERONESI JÚNIOR, J. R. **Fisioterapia do Trabalho: Cuidando da Saúde Funcional do Trabalhador**. São Paulo: Andreolli, 2008.

WEFFORT, F; C. (Org.). **Os clássicos da política**. 14. São Paulo: Ática, 2011.

ANEXOS

Anexo I: Quadro informativo de Turmas e Alunos, Ensino Fundamental.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE ESTATÍSTICA E CENSO ESCOLAR

02/09/2020 14:25
Página 1 de 1

QITA - Quadro Informativo de Turmas e Alunos
ENSINO FUNDAMENTAL

Escola	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO		Total		Média Alunos por Sala
	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A	
EM. PROP. CECY CARDOSO PORFÍRIO	4	114	5	115	5	155	5	148	5	166	10	309	7	221	5	177	3	110	49	1515	30,92
Total:	4	114	5	115	5	155	5	148	5	166	10	309	7	221	5	177	3	110	49	1515	30,92

OBS:

25 de 5:53 → 15:20
3-20

Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 600 - 1º Pavão - 2º Piso
CEP: 38.408-150 - Bairro Santa Mônica - Fones: 3230.2679 / 2943 - Uberlândia, MG
email: estatistica.sm@uberlandia.mg.gov.br

Setembro, 2020

Fonte: Escola Municipal Cecy Cardoso Porfírio.

Anexo II: Ofício nº03/PPGED/UFU



Programa de
Pós-Graduação em Educação



Ofício nº 03/PPGED/UFU

Em, 17 de março de 2020

De: Professor Doutor Carlos Alberto Lucena
Euclides Afonso Cabral (Mestrando em Educação)

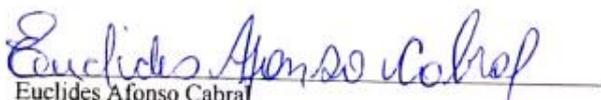
Para: Neiva Fátima dos Anjos
Diretoria de Gestão de Pessoas

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, eu Euclides Afonso Cabral, matrícula: 11912EDU013, discente do Programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa em Trabalho, Sociedade e Educação, sob orientação do Professor Doutor Carlos Alberto Lucena, venho por meio deste ofício, solicitar acesso e/ou envio dos dados sobre atestados médicos, afastamentos e demais relacionados à saúde dos professores do Municípios de Uberlândia:

A solicitação se justifica pela pesquisa na qual estamos analisando as condições do trabalho do docente do município de Uberlândia, para compreendermos seus desafios e ter a intenção de propor alternativas para potencializar sua atuação.

Agradecemos a atenção!


Euclides Afonso Cabral
Mestrando

Contato: 34 991508924
E-mail: euclides1233@hotmail.com

PMU / SMA
Diretoria de Gestão
de Pessoas

18 MAR 2020

HS: 15:08


Assinatura Legível

Anexo III: Folha de informações e despacho.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

FOLHA DE INFORMAÇÕES E DESPACHO	Nº DO PROTOCOLO 9663/2020	Nº DE FOLHAS 06
REQUERENTE: EUCLIDES AFONSO CABRAL	DATA: 15/04/2020	

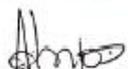
Considerando o despacho da Senhora Secretária de Administração, às folhas 05, fica autorizado a liberação de informações para a pesquisa do requerente.

Na oportunidade, solicitamos ao requerente, que ao final da pesquisa, seja apresentado a esta Diretoria, uma cópia, do resultado do trabalho realizado.

Ao Núcleo de Protocolo da SMA, para ciência do requerente.

Com posterior retorno à Diretoria de Gestão de Pessoas, para arquivo.

Em 15/04/2020


NEIVA DE FÁTIMA DOS ANJOS
Diretora de Gestão de Pessoas

NFA/mta

Anexo IV: Boleto pagamento de taxa



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO

JIA DAM 1.496.435/20-72		CODIGO 714620/58	NOSSO NÚMERO 24964352072000000	DATA DE EMISSÃO 20/03/2020	AUTENTICIDADE FF9D963CB875500A
SCRIÇÃO 156.831.686-00			CONTRIBUINTE EUCLIDES AFONSO CABRAL		
FICNPJ 156.831.686-00			ENDEREÇO AVENIDA MAUA, 367		
URRO SAIRRO BOM JESUS				CIDADE/UF UBERLANDIA/MG	CEP 38.400-754

IDENTIFICAÇÃO DÉBITO	SE	TRIBUTO	VENCIMENTO TRIBUTO	VALOR LANÇADO	VALOR ATUALIZADO	MULTAJUROS/DESC	VALOR
Ano Trib Par Lançamento							
120 0994 001 00644378/20		SOLICITACAO	30/03/2020	9,04	0,00	0,00	9,04

090994 - TAXA DE SOLICITACAO
TAXA DE SOLICITACAO - 9,04

Pagto por aplicativo

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Núcleo de Protocolo
Processo: 9663/2020
Data: 20/03/20
Hora: 13:00
Atendente: *[Assinatura]*
Anexo: Folha(s): 5

DATA DE VALIDADE	VALOR LANÇADO	VALOR ATUALIZADO	MULTAJUROS	DESCONTO	EMOLUMENTOS	TOTAL
30/03/2020	9,04	0,00	0,00	0,00	0,00	9,04

1: Tributo | Par: Período/Parcelas | SE: Situação | S: Débito Suspenso | Z: Débito Encaminhado a Protesto | D: Débito Ajust Exec Digital | T: Débito Protestado | E: Débito Ajust Exec Manual | C: Débito Coercitivo | A: Débito Dívida Ativa | P: Débito Parcelado | *: Débito Ativa CDA | W: Débito Protesto Suspenso | #: Desistência execução fiscal | N: Prescrição não tributária | R: Prescrição tributária

81620000000-7 09044639202-0 00330249643-9 52072000000-6
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

RECIBO DO
CONTRIBUINTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO

JIA DAM 1.496.435/20-72		CODIGO 714620/58	NOSSO NÚMERO 24964352072000000	DATA DE EMISSÃO 20/03/2020	AUTENTICIDADE FF9D963CB875500A
SCRIÇÃO 156.831.686-00			CONTRIBUINTE EUCLIDES AFONSO CABRAL		
FICNPJ 156.831.686-00			ENDEREÇO AVENIDA MAUA, 367		
URRO SAIRRO BOM JESUS				CIDADE/UF UBERLANDIA/MG	CEP 38.400-754

IDENTIFICAÇÃO DÉBITO	SE	TRIBUTO	VENCIMENTO TRIBUTO	VALOR LANÇADO	VALOR ATUALIZADO	MULTAJUROS/DESC	VALOR
Ano Trib Par Lançamento							
120 0994 001 00644378/20		SOLICITACAO	30/03/2020	9,04	0,00	0,00	9,04

090994 - TAXA DE SOLICITACAO
TAXA DE SOLICITACAO - 9,04

DATA DE VALIDADE	VALOR LANÇADO	VALOR ATUALIZADO	MULTAJUROS	DESCONTO	EMOLUMENTOS	TOTAL
30/03/2020	9,04	0,00	0,00	0,00	0,00	9,04

1: Tributo | Par: Período/Parcelas | SE: Situação | S: Débito Suspenso | Z: Débito Encaminhado a Protesto | D: Débito Ajust Exec Digital | T: Débito Protestado | E: Débito Ajust Exec Manual | C: Débito Coercitivo | A: Débito Dívida Ativa | P: Débito Parcelado | *: Débito Ativa CDA | W: Débito Protesto Suspenso | #: Desistência execução fiscal | N: Prescrição não tributária | R: Prescrição tributária

81620000000-7 09044639202-0 00330249643-9 52072000000-6
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA - VIA BANCO



Anexo V: Ofício nº 5734/SMA-NRP



Ofício nº: 5734 /SMA-NRP

Em: 17/04/2020

Considerando as medidas temporárias de prevenção ao Coronavírus - COVID-19, dentre elas as dispostas no decreto nº 18.550, de 19/03/2020, informamos que as respostas aos processos/requerimentos serão realizadas por meio telefônico, eletrônico e postal a fim de evitar o deslocamento e aglomeração de pessoas.

Neste sentido, encaminhamos, em anexo a intimação/resposta referente ao processo/procedimento sob nº 9663/2020 datado de: 20/03/2020, assunto: SOLICITAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Maiores informações/esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (34) 3239-2514 e email secaoprotocolo@uberlandia.mg.gov.br e no site www.uberlandia.mg.gov.br

Observações:

Atenciosamente,

Maria Virgília Ferreira do Nascimento
Coordenadora do Núcleo de Protocolo

EUCLIDES AFONSO CABRAL
AV. MAUA Nº 367 -
BOM JESUS
38.400-754 UBERLÂNDIA - MG



20 APR 2020

Anexo VI: Retorno por e-mail do protocolo 9663/2020

18/05/2021

Email – Euclides Cabral – Outlook

Requerimento de dados para mestrado.

César Augusto Martins de Freitas <cesar@uberlandia.mg.gov.br>

Ter, 14/04/2020 12:01

Para: euclides1233@hotmail.com <euclides1233@hotmail.com>

Cc: neivaf <neivaf@uberlandia.mg.gov.br>

 2 anexos (7 MB)

Contratos - Filtrados.xlsx; Efetivos - Filtrados.xlsx;

Boa tarde!

Conforme conversa e sobre protocolo 9663/2020, segue anexo com dados de servidores da PMU (Prefeitura Municipal de Uberlândia) tanto efetivos como contratados dos anos de 2010 a 2019.

Qualquer dúvida estarei a disposição.

Atenciosamente,

César Augusto M. Freitas
Oficial Administrativo - SMA/NMT

<https://outlook.live.com/mail/0/inbox/id/AQQkADAwATZIZmYAZC05OQAwMf0wMABhNy0wMAItMDAKABAww6Vew44%2FcMFihCEWidjQ%3D...> 1/1